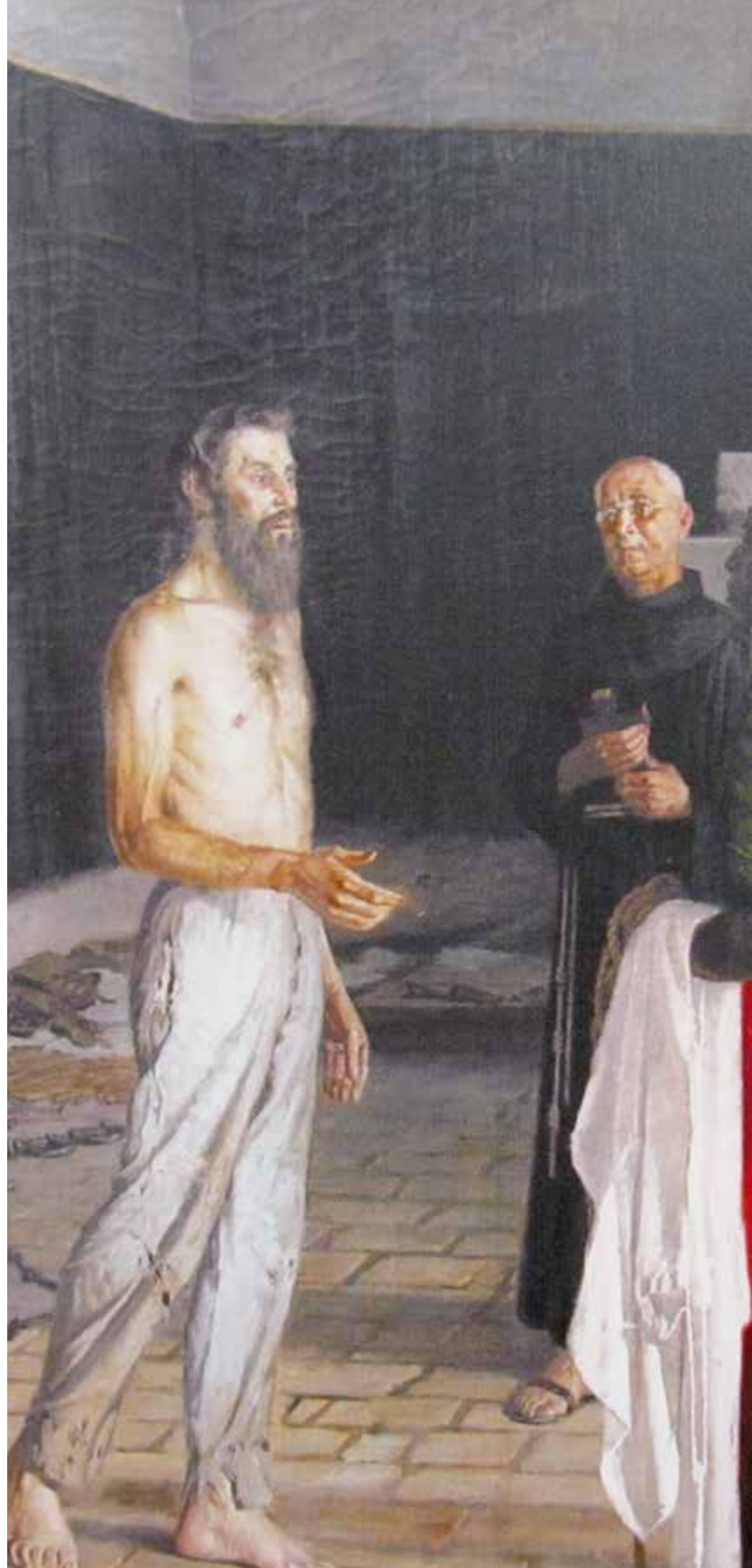


Relatório Anual

Comissão de Constituição e
Justiça e de Cidadania

2015



1054



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Plenário 01 - Reunião Deliberativa Extraordinária

13/03/2014

10:54

QUORUM

51

TITULARES

Aguiar Ribeiro
 Altair Moraes
 Alessandro Haber
 Altívio Lopes
 André Fufuca
 André Moura
 Antônio Sullus
 Arnaldo Faria de
 Arthur Lira
 Arthur O. Maia
 Barbalho
 Batista Gomes
 Bonifácio Andrad
 Bruno Cezari
 Carlos Roberto
 César Azeiteiro
 Cavalli Filho
 Cristiano Brasil
 Danilo Ruffo
 Dêcio Lima
 Espartaco Amorim
 Evandro Góes
 Fausto Pinato
 Felipe Maia
 Genival Chagas
 Inácio Guimarães
 João de Castro

JHC

João Campos
 Jorginho Mello
 José Carlos Alencar
 José Fogaça
 José Guimarães
 José Helder
 João Dantas
 Jucivaldo Filho
 Jurely Jurely
 Lincoln Portella
 Luciano Dutra
 Luis Tilly
 Luiz Couto
 Luiz Sérgio
 Marcelo Airo
 Marcos Felizardi
 Marcos Rogério
 Maria do Rosário
 Omar Serraglio
 Paulo José
 Paulo Landim
 Paulo Rocha
 Paulo Vitor
 Paulo Magalhães
 Paulo Teixeira
 Rômulo Falcão
 Raul Jungmann

Suplentes

Flávio Borja
 Rodrigo Pacheco
 Rogério Rosso
 Renato Feres
 Kassim
 Rubens Pereira Jr.
 Sérgio Sousa
 Sérgio Zveiter
 Tadeu Alencar
 Valter Pinheiro
 Vanessa Vital
 SUPLENTE
 Adelson Barreto
 Afonso Horta
 Alexandre Loba
 Anderson Ferraz
 Bruna Purlan
 Carlos Augusto
 Carlos Marinho
 Celso Silveira
 Daniel Almeida
 Delag. Edgar Rossi
 Delagado Waldi
 Diego Andrade
 Dr. José
 Edmar Arruda
 Elton Faria

Suplentes

Elmar Hoelzlmann
 Fábio Faria
 Francisco Figueira
 Roberto Guimarães
 Rômulo Braga
 Gonzaga Patrícia
 Guará Pereira
 Inácio Rocha
 Ivan Valente
 Jurek Caporale
 Juliana Siqueira
 José Romão
 Leirio Sampaio
 Leônidas Carvalho
 Leonardo Pizani
 Luiz Vargato
 Manoel Junior
 Marinho Almeida
 Marinho Magalhães
 Mariz Brito
 Mauro Lima
 Max Faria
 Nannuca Faria
 Nuno Grunmach
 Ruan Rodrigues
 Ruan Maranhão
 Sérgio Leão

Suplentes

Idemir Moraes
 Paulo Maluf
 Paulo Passos
 Pedro Cunha Lima
 Pedro Uzeda
 Pedro Vitor
 Prof. Vitor Caldeira
 Renato Iório
 Ricardo Tripodi
 Roberto Brito
 Roberto Otton
 Samuel Filho
 Sérgio Camargo
 Pio Greco
 Valdeir Junior
 Valdeir Pereira
 Wellington
 Wilmar Duarte

Suplentes

Roberto Moura
 Wilson Sampaio
 Paulo Maranhão Jr.



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

55º Legislatura - 2015 - 2019

1º Sessão Legislativa

Presidente

Eduardo Cunha

1º Vice-Presidente

Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente

Giacobo

1º Secretário

Beto Mansur

2º Secretário

Felipe Bornier

3ª Secretária

Mara Gabrilli

4º Secretário

Alex Canziani

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Mandetta

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Luiza Erundina

4º Suplente

Ricardo Izar

Diretor Geral

Romulo de Sousa Mesquita

Secretário-Geral da Mesa

Sílvio Avelino da Silva

Sumário

Introdução	7
Membros da Comissão	9
Março	15
Abril	27
Maio	45
Junho	77
Julho	105
Agosto	119
Setembro	132
Outubro	185
Novembro	209
Dezembro	235
Audiências Públicas	351
Seminários	267
Câmara Mirim	281
Matérias apreciadas e transformadas em normas jurídicas	285
Estatísticas	303
Equipe Técnica CCJC	304

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Aguinaldo Ribeiro

2º Vice-Presidente

Osmar Serraglio

3º Vice-Presidente

Veneziano Vital do Rêgo

Diretoria Legislativa

Afrísio Vieira de Lima Filho

Departamento de Comissões

Rejane Marques

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Secretária Executiva: Alexandra Zaban Bittencourt

Projeto gráfico, diagramação e capa

Gabriel Vieira

Texto e edição

Iara Vidal

Fotos

Agência Câmara

Câmara dos Deputados

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Anexo II Praça dos Três Poderes

Brasília - DF

CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6494

Facebook.com/ccjcamara

Twitter.com/ccjc_camara

www.camara.leg.br



2015: Cooperação, diálogo e protagonismo do Legislativo

O primeiro ano da 55ª Legislatura foi marcado por um ritmo intenso de trabalho na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O colegiado construiu uma pauta em sintonia com os desejos da população e não se furtou a enfrentar temas polêmicos, como a redução da maioria penal e a limitação do número de Ministérios.

Ao longo de nove meses, entre 4 de março e 22 de dezembro, com o auxílio dos três Vice-Presidentes, Deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), e de todos os 66 membros titulares e 66 suplentes, a CCJC realizou

124 reuniões e apreciou 1.486 matérias, principalmente Projetos de Lei (PL), Projetos de Lei Complementar (PLP), Projetos de Decretos Legislativos (PDC) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC).

Esse é o resultado de foco, trabalho coletivo, diálogo e ponderação. As reuniões semanais dos coordenadores de bancada para debater assuntos polêmicos e sugerir e encaminhar demandas dos partidos para a pauta da CCJC garantiram ao colegiado agilidade e equilíbrio.

Meus sinceros agradecimentos aos coordenadores, pelo PMDB, Rodrigo Pacheco (MG); PT, Décio Lima (SC);

PSDB, Betinho Gomes (PE); PP, Aguinaldo Ribeiro (PB); PSD, Sergio Zveiter (RJ) e Índio da Costa (RJ); PR, Jorginho Melo (SC); PSB, Tadeu Alencar (PE); PTB, Cristiane Brasil (RJ); DEM, Felipe Maia (RN); PRB, Fausto Pinato (SP); PDT, Marcos Rogério (RO); SD, Arthur Oliveira Maia (BA); PSC, Edmar Arruda (PR); PCdoB, Rubens Pereira Júnior (MA); PROS, Ronaldo Fonseca (DF); PPS, Raul Jungmann (PE); PV, Evandro Gussi (SP); PHS, Marcelo Aro (MG); PSOL, Chico Alencar; e PMN, Hiran Gonçalves (RR).

Exemplo de coletividade foi a apreciação do PRC 191/2009, que atribui à CCJC o exame do mérito das PECs. Parlamentares se envolveram em intensos debates com sugestões para consolidar o texto aprovado.

A recompensa do legislador é um projeto pelo qual atuou transformado em lei. Contribuí com a nova Lei da Mediação (13.140/2015). O PL 7169/2014 demandou diálogo para conciliar interesses em reuniões com o Ministério da Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, a Advocacia-Geral da União, os magistrados da Justiça do Trabalho e Parlamentares. A reforma da Lei da Arbitragem (13.129/2015) foi construída nesse mesmo ambiente.

Este *Relatório* traz as proposições transformadas em Norma Jurídica depois que passaram pela CCJC, incluindo as mudanças feitas ou que estão sendo propostas nos Códigos vigentes.

A CCJC promoveu audiências públicas sobre temas variados e polêmicos. Redução da maioridade penal e da idade mínima para o trabalho; publicidade de produtos infantis; punição de crimes contra a honra praticados nas redes sociais; criminalização de anúncio de meio abortivo; regras para reprodução assistida; combate a condutas ofensivas contra a mulher na internet; Lei de Patentes; Planos de Mobilidade Urbana; e rodeios e vaquejadas.

Realizamos encontros, no Distrito Federal e em dez Estados, para debater a admissibilidade da PEC 430/2009, que institui o ciclo completo de polícia, com a série de seminários *Por uma nova arquitetura Institucional da Segurança Pública: Pela adoção no Brasil do Ciclo Completo de Polícia*.

Boa leitura!

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente da CCJC

Membros da Comissão



Arthur Lira PP/AL - Presidente

Formado em Direito, está em seu segundo mandato como deputado federal. Foi vereador em Maceió e deputado estadual em Alagoas. Filiado ao PP desde 2009, foi líder da legenda na Câmara em 2012 e 2013. Sua atuação à frente da presidência da CCJC durante o ano de 2015 foi marcada pelo enfrentamento de pautas polêmicas e pela competência em mediar conflitos.



**Aguinaldo Ribeiro PP/PB
1º Vice-Presidente**

Formado em Administração, está em seu segundo mandato como deputado federal. Filiado ao PP desde 2003, foi vice-líder da legenda na Câmara em 2011 e líder em 2011 e 2012.

Advogado e professor universitário, está em seu quinto mandato como deputado federal. Foi vice-prefeito de Umuarama (PR) entre 1993 e 1996. Filiado ao PMDB desde 1981.



**Osmar Serraglio PMDB/PR
2º Vice-Presidente**



**Veneziano Vital do Rêgo PMDB/PB
3º Vice-Presidente**

Formado em Direito, está em seu primeiro mandato como deputado federal. Foi vereador e prefeito em Campina Grande (PB). Filiado ao PMDB desde 2005.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania



Alceu Moreira - PMDB/RS



Alessandro Molon REDE/RJ



Altineu Côrtes PR/RJ



André Fufuca PEN/MA



André Moura PSC/SE



Antonio Bulhões PRB/SP



Arnaldo Faria de Sá PTB/SP



Arthur Oliveira Maia SD/BA



Betinho Gomes PSDB/PE



Bonifácio de Andrada PSDB/MG



Bacelar PTN/BA



Carlos Bezerra PMDB/MT



Chico Alencar PSOL/RJ



Bruno Covas PSDB/SP



Capitão Augusto PR/SP



Cristiane Brasil PTB/RJ



Danilo Forte PSB/CE



Covatti Filho PP/RS



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania





Rodrigo Pacheco PMDB/MG



Rogério Rosso PSD/DF



Ronaldo Fonseca PROS/DF



Rubens Pereira Junior PCdoB/MA



Sergio Souza PMDB/PR



Tadeu Alencar PSB/PE



Valmir Prascideli PT/SP



Wadih Damous PT/RJ

Membros Suplentes

Alexandre Leite - DEM/SP
 Bruna Furlan - PSDB/SP
 Cabo Sabino - PR/CE
 Carlos Marun - PMDB/MS
 Célio Silveira - PSDB/GO
 Daniel Almeida - PCdoB/BA
 Delegado Waldir - PSDB/GO
 Dr. João - PR/RJ
 Edmar arruda - PSC/PR
 Efraim Filho - DEM/PB
 Elmar Nascimento - DEM/BA
 Erika KoKay - PT/DF
 Fábio Faria - PSD/RN
 Félix Mendonça Junior - PDT/BA
 Fernando Monteiro - PP/PE
 Gabriel Guimarães - PT/MG
 Gonzaga Patriota - PSB/PE
 Gorete Pereira - PR/CE
 Hildo Rocha - PMDB/MA
 Ivan Valente - PSOL/SP
 Janete Capiberibe - PSB/AP
 Jefferson Campos - PSD/SP

Jerônimo Goergen - PP/RS
 JHC - PSB/AL
 José Nunes - PSD/BA
 Laercio Oliveira - SD/SE
 Laerte Bessa - PR/DF
 Laudivio Carvalho - PMDB/MG
 Leonardo Picciani - PMDB/RJ
 Lincoln Portela - PR/MG
 Lucas Vergilio - SD/GO
 Manoel Junior - PMDB/PB
 Marco Maia - PT/RS
 Mário Negromonte JR. - PP/BA
 Marx Beltrão - PMDB/AL
 Mauro Lopes - PMDB/MG
 Max Filho - PSDB/ES
 Mendonça Filho - DEM/PE
 Moema Gramacho - PT/BA
 Nelson Marchezan Junior - PSDB/RS
 Odelmo Leão - PP/MG
 Odorico Monteiro - PT/CE
 Paulo Freire - PR/SP
 Pedro Uczai - PT/SC

Pedro Vilela - PSDB/AL
 Prof. Victório Galli - PSC/MT
 Reginaldo Lopes - PT/MG
 Renata Abreu - PTN/SP
 Ricardo Barros - PP/PR
 Ricardo Tripoli - PSDB/SP
 Rossoni - PSDB/PR
 Rubens Ottoni - PT/GO
 Sandro Alex - PPS/PR
 Sarney Filho - PV/MA
 Silas Câmara - PSD/AM
 Silvio Costa - PTdoB/PE
 Soraya Santos - PMDB/RJ
 Sóstenes Cavalcante - PSD/RJ
 Subtente Gonzaga - PDT/MG
 Tia Eron - PRB/BA
 Uldurico Junior - PTC/BA
 Valtenir Pereira - PMB/MT
 Vitor Valim - PMDB/CE
 Wellington Roberto - PR/PB
 Wolney Queiroz - PDT/PE

Março



4 de março

Arthur Lira Presidente da CCJC



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o colegiado mais estratégico da Câmara dos Deputados, elegeu o Deputado Arthur Lira (PP-AL) para presidência ao longo do ano de 2015. A eleição foi realizada durante a Reunião de Instalação e Eleição Ordinária no primeiro ano da 55ª Legislatura. Arthur Lira com ampla maioria.

Aos 45 anos, formado em Direito, o parlamentar está em seu segundo mandato como deputado federal. Na ocasião em que foi eleito, Arthur Lira se comprometeu a fazer da Comissão um espaço aberto para o diálogo.

“Cada deputado representa um tema, uma camada da população, o seu partido. O Presidente somente conduz o processo com a responsabilidade de isenção”.

10 de março

Eleição dos três Vice-presidentes



Os três vice-presidentes da CCJC para o exercício de 2015, durante a 55ª Legislatura, foram eleitos no dia 10 de março. O Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) assumiu a 1ª vice-presidência; o Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) tornou-se 2º vice-presidente; e o Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi eleito 3º vice-presidente.

11 de março

Penas maiores para crimes que colocam público em risco



O Projeto de Lei Nº 1.572/2007, do Senado Federal (PLS 53/2007), aumenta as penas aplicadas a quem cometer crimes que põem em risco muitas pessoas – como incêndio, explosão e atentados contra a segurança dos transportes marítimo, fluvial e aéreo. A proposição altera o Código Penal (Decreto-Lei Nº 2.848/1940). O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

Pela proposta, esse crimes terão penas de quatro a dez anos e multa, que serão aumentadas em um terço se for cometido para vantagem financeira; ou ocorrer em residência, edifício público, transportes coletivos, estação ferroviária ou aeródromo; estaleiro, fábrica ou oficina, depósito de explosivo, entre outros.

Criminalização de aliciamento de pessoas para tráfico de órgão



O Projeto de Lei Nº 403/2007, do Senado Federal (PLS 251/2004), torna crime condutas relacionadas ao tráfico de órgãos humanos. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

Pela proposta, quem comprar ou vender tecidos, órgãos ou parte do corpo humano terá pena de três a oito anos reclusão mais multa. Mesma pena para quem promover, intermediar, facilitar ou auferir qualquer vantagem com a transação ou aliciar, induzir, oferecer ou prometer vantagem para alguém praticar esses crimes. Caso os tecidos, órgãos ou partes do corpo humano sejam destinados ao mercado internacional, a pena é aumentada em um terço. O texto muda a Lei Nº 9.434/1997.

Criação de Cargos em Cartórios Eleitorais para atender Zonas Eleitorais



O Projeto de Lei Nº 7.027/2013, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cria cargos e funções nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para atender Zonas Eleitorais. O parecer favorável do relator, Deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária Nº 13.150/2015.

A nova legislação dá continuidade ao processo de implementação de pessoal próprio para os Cartórios e Zonas Eleitorais e estabelece a criação de 666 cargos, 166 de analista judiciário, 166 de técnico judiciário, 167 funções comissionadas de chefe de cartório eleitoral e 167 funções comissionadas de assistente I, totalizando 1.165 cargos. A criação desses cargos servirá para atender os cartórios e as urnas eletrônicas para as eleições 2016.

Novos cargos de Juiz do Trabalho Substituto no TRT em Belo Horizonte



O Projeto de Lei Nº 7.906/2014, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria 21 cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte (MG). O parecer favorável do relator, Deputado Lincoln Portela (PR-MG), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

A matéria foi examinada e aprovada pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça antes de ser enviada ao Congresso Nacional.

A proposta é justificada diante da necessidade de adequar o quadro de magistrados do TRT às regras de padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Regulação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



O Projeto de Lei Nº 4.591/2012, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), regula a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O parecer favorável do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

O Conselho será o órgão central do sistema da Justiça do Trabalho e contará com membros do Tribunal Superior do Trabalho, da Justiça do Trabalho e de Tribunais Regionais do Trabalho.

O CSJT foi instituído pela Emenda Constitucional 45/04, para supervisionar administrativa, orçamentária, financeira e patrimonialmente a Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

8 de março

Matérias de Parlamentares terão prioridade sobre MPs de igual teor



O Projeto de Resolução Nº 200/2013, do Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), permite que o presidente da Câmara conceda urgência para Projeto de Lei que tenha o mesmo teor de Medida Provisória editada posteriormente pelo poder Executivo. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda parecer do relator na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e, depois, será apreciada pelo Plenário.

A urgência será solicitada ao Presidente da Câmara pelo autor do PL, e poderá ser concedida mesmo que a semelhança da proposta com a MP não seja completa. Aprovada a urgência, o PL será incluído na Ordem do Dia para discussão e votação imediata. Ainda será possível apresentar recurso no prazo de cinco sessões.

Modernização do Registro Civil de Pessoas Jurídicas



O Projeto de Lei Nº 2.339/2007, do Deputado Alex Canziani (PTB-PR), altera a Lei Nº 6.015/1973, na parte relativa ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ). O parecer favorável com complementação de voto do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O objetivo da proposta é aperfeiçoar e atualizar a Lei 6.015/1973 no trecho que regula o Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Desde que essa lei entrou em vigor, várias outras a sucederam para regular matéria relativa aos registros públicos e foram feitas profundas modificações que criaram figuras novas, como a sociedade simples. O texto também permite o uso de registro eletrônico para agilizar e modernizar os procedimentos registrais existentes.

Criação de cargos para o TRT de Goiânia



O Projeto de Lei Nº 7.573/2014, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria cargos efetivos, em comissão e funções comissionadas no quadro funcional do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, com sede em Goiânia (GO). O parecer favorável do relator, Deputado João Campos (PSDB-GO), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária Nº 13.143/2015.

O projeto de lei foi examinado e aprovado pelo TST, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça antes de ser enviado ao Congresso Nacional. Na justificativa, o TST apresenta a necessidade de adequar o quadro de pessoal do TRT ao disposto que determina o CSJT para conferir melhor estrutura à área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

19 de março

30 de agosto: Dia Nacional do Perdão para promover a tolerância



O Projeto de Lei Nº 6.128/2013, da Deputada Keiko Ota (PSB-SP), cria o Dia Nacional do Perdão, a ser comemorado anualmente em 30 de agosto. O parecer favorável do relator, Deputado Antônio Bulhões (PRB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

A data pretende promover uma reflexão sobre o acúmulo de problemas sociais, que desencadeia uma série de atos violentos. Isso faz com que a população esteja mais propensa à intolerância, à impaciência, à revolta e a outros males que acabam por fomentar um estado de violência. A retenção de mágoas, rancores e desesperanças é particularmente perigosa para o bem-estar coletivo. O caminho para superar essas situações é incentivar e cultivar o exercício e a prática do perdão.

25 de março

Reajuste de salário para servidores do Judiciário



O Projeto de Lei Nº 7.920/2014, do Supremo Tribunal Federal (STF), reajustaria os salários dos servidores do Poder Judiciário da União. O parecer favorável do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi aprovado. A matéria foi aprovada pelo Senado Federal, encaminhada à sanção da Presidente da República, mas foi integralmente vetada. O Congresso Nacional votou pela manutenção do veto presidencial.

Pelo texto, o aumento dos servidores do Judiciário seria pago em parcelas até 2017. O impacto orçamentário para 2015 seria de aproximadamente R\$ 1,473 bilhão. O gasto estaria condicionado à existência de dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

31 de março

Admitida PEC que propõe redução da Maioridade Penal



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 171/93, do ex-deputado Benedito Domingos (DF), reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos. O parecer pela admissibilidade do Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado por 42 votos a favor e 17 contra. Antes, fora rejeitado o relatório do Deputado Luiz Couto (PT-PB), contrário à proposta.

A matéria foi objeto de grande polêmica na Câmara dos Deputados. Na CCJC, os partidos PT, PSol, PPS, PSB e PCdoB votaram contra a proposta. Os partidos favoráveis à aprovação da admissibilidade foram PSDB, PSD, PR, DEM, PRB, PTC, PV, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB. Já PMDB, PP, PTB, PSC, SD, Pros, PHS, PDT, e PEN liberaram suas bancadas porque havia deputados contra e a favor.



A proposição entrou na pauta da CCJC no dia 17 e foi votada no dia 31. Nesse período, o colegiado analisou o parecer do relator, Deputado Luiz Couto (PT-SP), pela inadmissibilidade da PEC 171/93 e apensadas; além dos votos em separado que seguiram o relator dos Deputados Ivan Valente (PSOL-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ) e Tadeu Alencar (PSB-PE); dos Deputados Marcos Rogério (PDT-RO) e Laerte Bessa (PR-DF), pela admissibilidade da matéria e apensadas, exceto a da PEC 349/2013; e dos Deputados Capitão Augusto (PR-SP), Efraim Filho (DEM



-PB) e Onofre Agostini (PSD-SC) pela admissibilidade da PEC 171/93 e apensadas.

A proposição e apensadas foi tema de audiência pública no dia 24 que atendeu requerimentos dos Deputados Alessandro Molon (Rede/RJ), Esperidião Amin (PP-SC) e Maria do Rosário (PT-RS). O debate contou com a participação de advogados constitucionalistas e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep). A matéria também foi debatida pela CCJC ao longo das reuniões dos dias 26, 30 e 31.

No dia 31, o parecer do relator, Deputado Luiz Couto (PT-SP), foi rejeitado por 43 votos contra 21. O voto do Deputado Marcos Rogério (PDT-RO) foi vencedor com 42 contra 17. A matéria teve o mérito analisado por uma Co-

missão Especial, foi votada em dois turnos pelo Plenário e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade é daqueles debates que dividem a sociedade brasileira. De um lado, defensores dos direitos humanos e o próprio governo posicionam-se contra a proposta. De outro, os que acreditam que a medida pode diminuir a violência defendem a ideia como uma resposta que o Parlamento pode dar aos brasileiros.

Pesquisa do Instituto Datafolha apontou que 87% dos brasileiros são favoráveis à redução. O número serve de base para os defensores da responsabilização penal dos jovens aos 16 anos. Hoje, os adolescentes começam a ser responsabilizados aos 12 anos. Mas são submetidos ao ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foca na reeducação e, nos casos mais graves, prevê internação por até três anos dos menores infratores.







Abril





7 de abril

Estipulada cota para jovens nas Eleições Proporcionais



O Projeto de Lei Nº 7.292/2006, da Comissão de Legislação Participativa, estipula cotas para jovens com até 29 anos nas eleições proporcionais – para Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador. O parecer favorável ao substitutivo do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

De acordo com a proposta, cada partido ou coligação deverá ter, no mínimo, 30% de candidatos de cada sexo e pelo menos uma vaga com candidatos jovens de até 29 anos, considerando-se atendidos os dois requisitos quando coincidirem na mesma pessoa.

A proposta foi elaborada a partir de uma sugestão do Instituto Brasileiro de Políticas da Juventude.

Decisão sobre empréstimos do Governo deverá ser submetida ao Congresso



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 223/2003, do Deputado Ivan Valente (PSOL-SP), torna competência do Congresso Nacional autorizar e aprovar empréstimos, operações e obrigações de qualquer natureza, contraídas e garantidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, entidades da administração indireta e empresas de economia mista. O parecer favorável à admissibilidade do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Atualmente, cabe ao Senado autorizar esse tipo de operação externa de natureza financeira. A PEC revoga essa competência privativa do Senado, atribuindo as decisões sobre empréstimos também à Câmara dos Deputados.

Permissão para brasileiro no exterior votar para Deputado federal



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 436/2009, do Deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), concede aos brasileiros residentes no exterior o direito de votarem para Deputado Federal. O parecer favorável à admissibilidade do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Atualmente, os brasileiros e as brasileiras que moram fora do País só podem votar para Presidente da República, em zonas eleitorais distribuídas nos cinco continentes. O texto aprovado permite que a Justiça Eleitoral crie circunscrições extraordinárias nas representações diplomáticas (como embaixadas e consulados), a fim de possibilitar o exercício da cidadania plena a esses cidadãos e cidadãs.

Mediação para solução de casos judiciais e extrajudiciais



O Projeto de Lei Nº 7.169/2014, do Senado Federal (PLS 517/2011), regulamenta o uso da mediação, em casos judiciais ou extrajudiciais. O parecer favorável do relator, Deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), foi aprovado. Transformado na Lei Ordinária 13.140/2015.

Até a sanção da nova Lei de Mediação não havia uma legislação específica sobre o tema, apenas uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A nova lei define que todas as mediações serão confidenciais e poderão ser feitas pela internet ou por outros meios de comunicação a distância. Diz ainda que o Poder Público pode criar câmaras para prevenir e resolver por conta própria questões administrativas. O texto aprovado foi fruto de consenso entre representantes do Judiciário e operadores do Direito.

9 de abril

Fim do sigilo de ações de contestação de mandato



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 415/2014, do Deputado Rubens Bueno (PPS-PR), pretende acabar com o sigilo de justiça em ações de contestação de mandato eletivo. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

A imposição de sigilo de justiça nas ações de impugnação de mandato está na contramão da transparência que se exige das questões relacionadas à administração pública, sobretudo em se tratando da imputação de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude no processo eleitoral, fatos que, se realmente configurados, deslegitimam a obtenção do mandato eletivo.

Nova Vara Federal e cargos de juízes para Rondonópolis (MT)



O Projeto de Lei Nº 6.234/2013, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cria a 2ª Vara Federal de Rondonópolis (MT) e os cargos de Juiz Federal e de Juiz Federal Substituto, além dos cargos de provimento efetivo e em comissão na jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF) – 1ª Região, Seção Judiciária de Mato Grosso. O parecer favorável do relator, Deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), foi aprovado. A matéria foi aprovada pelo Plenário e transformada na Lei Ordinária 13.251/2016.

É crescente a demanda da população brasileira pela Justiça, sobretudo cidadãos e cidadãs cujas causas não ultrapassam o valor de 60 salários-mínimos. Tal realidade exige que o Poder Público adote medidas para uma estrutura adequada para o atendimento à população.

Treinamento e técnicas de resgate e primeiros socorros em condomínios



O Projeto de Lei Nº 3.702/2004, do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), institui treinamento de proteção contra incêndio e técnicas de resgate e primeiros socorros em todos os condomínios do País. O parecer favorável do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A proposta exige que condomínios tenham cadeiras de rodas, macas fixas e caixa de primeiros socorros, além de obrigar o treinamento de zeladores e porteiros de condomínios residenciais, comerciais e corporativos quanto a técnicas de proteção contra incêndio, de resgate e de primeiros socorros. Na justificativa, o fato de que muitas vidas são perdidas pela falta de conhecimento das pessoas que trabalham nesses locais.

Produtos agroindustriais serão submetidos à análise de resíduos químicos



O Projeto de Lei Nº 3.487/2012, do Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), proíbe a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz, trigo, feijão, cebola, cevada e aveia e derivados importados de outros países, para o consumo e a venda no mercado brasileiro sem que tenham sido submetidos à análise de resíduos químicos de agrotóxico ou de princípios ativos usados, também, na industrialização dos referidos produtos. O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

A legislação brasileira não permite o uso de tais produtos no território nacional, pois alguns princípios ativos não são liberados no Brasil, existindo outros com concentrações e diluentes, também, proibidos.

Furto de arma de fogo passa a ser crime qualificado



O Projeto de Lei Nº 3.708/2012, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), classifica o furto de arma de fogo como furto qualificado. O parecer favorável do relator, Deputado Alessandro Molon (REDE-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

O crime organizado consegue reunir arsenais, muitas vezes até mais sofisticados que os das forças policiais. Com as armas ilegais, o narcotráfico sobrevive, as milícias afrontam o Estado e toda a situação de violência cresce. Atualmente, o Código Penal (Decreto-lei 2.848/40) estabelece como furto qualificado, com pena de reclusão de dois a oito anos, mais multa, o crime cometido com destruição ou rompimento de obstáculo; abuso de confiança; emprego de chave falsa; e com duas ou mais pessoas.

Canceladas sanções a servidores públicos de movimento reivindicatório



O Projeto de Lei Nº 1.781/1999, do Deputado Jovair Arantes (PSDB-GO), cancela as sanções administrativas aplicadas a servidores públicos em decorrência da participação efetiva em movimento reivindicatório a partir de 5 de outubro de 1988. O parecer favorável do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Estão enumerados os tipos de participação no movimento reivindicatório: a paralisação do trabalho, o esforço de convencimento por meios pacíficos, o comparecimento em assembleias ou reuniões, o descumprimento de ordem escrita ou verbal expedida no transcurso do movimento reivindicatório e outras formas de manifestação efetivadas sem o emprego de meios violentos.

6 de março: Dia Nacional do Teatro do Oprimido homenageia Augusto Boal



O Projeto de Lei Nº 6.970/2010, do Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido, no dia 16 de março, em homenagem ao seu criador, o teatrólogo Augusto Boal. O parecer favorável do relator, Deputado Alessandro Molon (REDE-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O Teatro do Oprimido é obra edificada na ação de pessoas que colocaram a arte a serviço da vida e da luta por um mundo mais justo, no qual a expressão criativa em diferentes linguagens seja direito fundamental de todos e todas. Augusto Boal desenvolveu o Teatro do Oprimido para que oprimidos e oprimidas ultrapassassem a condição de consumidores de bens culturais e assumissem a de produtores de cultura e de conhecimento.

PIB Verde será calculado pelo IBGE para avaliar patrimônio ecológico



O Projeto de Lei Nº 2.900/2011, do Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), determina que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), divulgue também o PIB Verde, em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico, além dos critérios e dados econômicos e sociais tradicionalmente utilizados. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O cálculo do PIB Verde considerará iniciativas semelhantes, como o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é convergir índices adotados em outros países como ocorre com o PIB.

31 de outubro: Dia Nacional da Poesia em homenagem a Carlos Drummond



O Projeto de Lei Nº 3.694/2012, do Senado Federal (PLS 501/2009), institui o Dia Nacional da Poesia no dia 31 de outubro, em homenagem ao poeta Carlos Drummond de Andrade. O parecer favorável do relator, Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.131/2015.

A Constituição Federal reconhece como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, entre eles merece a literatura, reconhecida e valorizada por nosso povo, e de cujo meio já brotaram alguns de nossos artistas mais estimados, como José de Alencar, Castro Alves, Cruz e Souza, Machado de Assis, Mário de Andrade, Jorge Amado, Manoel Bandeira, Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade.

Visto para profissionais estrangeiros em eventos esportivos



O Projeto de Lei Nº 1.499/2007, do Deputado Deley (PSC-RJ), concede de visto temporário para estrangeiros que vierem ao Brasil trabalhar em eventos esportivos internacionais. Enquadram-se nessa categoria, além dos competidores, integrantes de delegações internacionais, equipes técnicas e de apoio. O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amim (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

O projeto foi elaborado a partir de demandas da Federação Internacional de Futebol (FIFA) para a Copa do Mundo de 2014. Os estrangeiros que trabalham em eventos esportivos de nível internacional devem ter facilidades tanto na concessão de visto quanto em seu registro de entrada no país.

Fatura de serviços públicos deve indicar quitação de débitos anteriores



O Projeto de Lei Nº 281/2011, do Deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), obriga as empresas concessionárias de serviços públicos (água, luz e telefone) a indicar nas faturas a quitação de débitos anteriores. O objetivo é dispensar os consumidores de guardar as contas antigas e evitar que fiquem sujeitos a cobranças tardias. O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário. Atualmente, a Lei 12.007;2009 exige que as empresas prestadoras de serviços públicos ou privados emitam e encaminhem aos consumidores declaração anual de débitos. A proposição pretende aprimorar essas regras, especialmente para prestadores de serviços públicos para ampliar a proteção ao consumidor.

14 de abril

Marco normativo da responsabilidade civil do Estado



O Projeto de Lei Nº 412/2011, do Deputado Hugo Leal (Pros-RJ), disciplina a responsabilidade civil do Estado nos casos de danos a terceiros oriundos de ações e omissões, de falta de serviço ou de fatos imputados às pessoas jurídicas de direito público. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria foi aprovada pelo Plenário e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposição foi elaborada por uma Comissão instituída no Ministério da Justiça e na Advocacia-Geral da União, em 2002, para tratar das ferramentas com as quais os cidadãos e cidadãs podem obter, com celeridade, reparações em face de danos causados pelos agentes estatais. O objetivo é consolidar um marco normativo.

Isenção tributária para seguros de vida com cobertura por sobrevivência



O Projeto de Lei Nº 10/2015, do Deputado Lucas Vergílio (SD-GO), altera as regras dos seguros de vida com cláusula de cobertura para sobrevivência e incentiva, nos aspectos fiscais, a participação dos empregadores no custeio desses planos de seguro em favor de empregados e dirigentes. O parecer favorável do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A participação do empregador terá os estímulos assegurados às contribuições de pessoas jurídicas a programas de previdência privada. As contribuições pagas a seguro de vida com cobertura por sobrevivência não integrarão a remuneração dos beneficiários para efeitos trabalhistas, previdenciários e de contribuição sindical, ou para FGTS.

Verba do Funpen para creches e berçários em presídios



O Projeto de Lei Complementar Nº 13/2015, da Deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para implantação de berçário e creche nos estabelecimentos penais. O parecer favorável do relator, Deputado Fausto Pinato (PRB-SP), foi aprovado. A matéria altera a Lei Complementar 79/1994, que cria o Funpen, que foi transformada na Lei Complementar 153/2015.

A Lei de Execução Penal garante berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos estabelecimentos penais. Poucos estabelecimentos penais obedecem ao disposto na lei por falta de recursos. A medida pretende resolver o problema, de crucial importância para as mulheres que dão a luz a um filho em uma penitenciária.

15 de abril

Agentes de polícia poderão se infiltrar para investigar pedofilia



O Projeto de Lei Nº 1.404/2011, do Senado Federal (PLS 100/2010), prevê a infiltração de agentes da polícia na internet para investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. O parecer favorável da relatora, Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi aprovado. A matéria foi aprovada pelo Plenário e aguarda apreciação do Senado Federal.

A matéria é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – Pedofilia, que funcionou no Senado Federal entre 2008 e 2010 e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). A infiltração será a pedido do Ministério Público ou de representação do delegado de polícia e somente poderá ocorrer se a prova não puder ser obtida por outros meios legais.

Material de contrabando servirá para combater o crime



O Projeto de Lei Nº 2.505/2000, do Deputado Lincoln Portela (PR-MG), determina que o material apreendido pela Polícia Federal, fruto de contrabando e que possa vir a ser usado no combate ao crime, deverá ser repassado às Secretarias de Segurança Pública Estaduais e do Distrito Federal e à Polícia Federal. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria foi aprovada pelo Plenário e aguarda apreciação do Senado Federal.

Os órgãos responsáveis pela execução das políticas de segurança pública vivenciam grande carência de recursos para o enfrentamento à criminalidade. Daí a possibilidade do texto de que tais órgãos possam utilizar produtos confiscados de contrabandos para combater a violência.

22 de abril

Aberto o debate para limitar a 20 o número de ministérios



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 299/2013, do Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), limita em 20 o número de ministérios que o Poder Executivo pode criar e manter. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado André Moura (PSC-SE), foi aprovado. A Comissão Especial para analisar o mérito da proposição encontra-se em funcionamento.

A proposta alinha o país ao tamanho dos demais estados sem deixar qualquer pendência administrativa. Ministérios e Secretarias similares podem ser incorporados ou fundidos entre si. O intuito é o de sinalizar para a sociedade que o gasto público com a máquina administrativa terá limite. A redução proposta é de 50% o atual tamanho da administração direta.

23 de abril

Fim do arquivamento de proposições ao final do mandato



O Projeto de Resolução Nº 190/2001, da ex-Deputada Nair Xavier Lobo (GO), propõe o fim do arquivamento das proposições com o término da legislatura. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado com complementação de voto. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A regra se aplica às proposições já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno, e caso o autor de uma proposta não tenha sido reeleito, outro Deputado ou Deputada poderá rerepresentar a proposição arquivada, sendo obrigatória a menção ao texto e autor original. O processo legislativo nem sempre ocorre de forma célere e eficiente e a proposta pretende valorizar a participação dos Parlamentares com o acolhimento de suas matérias.

28 de abril

Benefícios a pessoas em situação de dependência



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 28/2011, do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), institui, na previdência social, benefícios destinados à proteção das pessoas em situação de dependência, aquela que tenha perdido a condição para o desempenho das atividades da vida diária. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram o envelhecimento da população brasileira. Em 1940, a população idosa correspondia a 1,6 milhão de pessoas. Em 2010, estima-se 19,7 milhões de pessoas. Em 2040, deve chegar a 55,5 milhões.

Pena maior para furto de gado para abate



O Projeto de Lei Nº 6.999/2013, do Deputado Afonso Hamm (PP-RS), aumenta a pena para o crime de furto de gado (abigeato) e outros animais de corte. Altera o Código Penal (Decreto-Lei substitutivo do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria foi aprovada pelo Plenário e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A pena será de reclusão de dois a oito anos e multa. O projeto inclui o comércio de carne e outros alimentos sem procedência legal entre os crimes contra as relações de consumo. A pena para o transporte, compra, venda, depósito ou entrega de carne ou outros alimentos sem procedência legal será de detenção de dois a cinco anos e pagamento de multa.

Acesso a resultados para todos os candidatos em vestibulares



O Projeto de Lei Nº 1.715/2011, do Deputado Diego Andrade (PSD-MG), permite a qualquer vestibulando ter acesso às notas e à ordem de classificação dele no exame. O substitutivo do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), que obriga a divulgação dos resultados, com a relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação e o cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios de preenchimento de vagas divulgados em edital. O projeto original substitui a expressão “relação nominal dos classificados” por “relação nominal dos aprovados e não aprovados”.

29 de abril

Marechal Rondon incluído no rol dos Heróis da Pátria



O Projeto de Lei Nº 1.834/2007, do Senado Federal, inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria. O parecer favorável do relator, Deputado João Campos (PS-DB-GO), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária Nº 13.141/2015.

Marechal Rondon teve papel singular de desbravador e explorador dos sertões brasileiros, responsável pela pacificação de inúmeras tribos indígenas, pela construção de milhares de quilômetros de linhas telegráficas, além do levantamento de milhares de quilômetros lineares de terras e águas. O nome de Marechal Rondon será registrado no Livro dos Heróis da Pátria.

Mudanças em Eireli e criação de sociedade limitada unipessoal (SLU)



O Projeto de Lei Nº 6.698/2013, do Senado Federal (PLS 96/2012), torna flexível a legislação sobre empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) e institui um novo modelo societário – a sociedade limitada unipessoal (SLU). O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda deliberação de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para ser apreciada em Plenário.

A proposta altera o Código Civil (Lei 10.406/2002) e retira a obrigatoriedade de capital mínimo para a constituição de Eireli e a necessidade de integralização imediata do capital. Atualmente, o capital social da Eireli deve ser depositado no momento de constituição da empresa, em valor 100 vezes superior ao maior salário mínimo vigente.

Mudança na remuneração das carreiras do MPU e CNMP



O Projeto de Lei Nº 7.919/2014, do Ministério Público da União (MPU), altera os valores das remunerações das carreiras dos servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O parecer favorável do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do substitutivo pelo Senado.

Os vencimentos de analista do MPU vão variar de R\$ 7.323 a R\$ 10.883; os salários de técnico, de R\$ 4.363 a R\$ 6.633; e os de auxiliar também serão reajustados, mas a carreira passará a constituir quadro em extinção, devendo os cargos ser extintos ou transformados, à medida que vagarem. O projeto também prevê reajustes de 15% para as funções de confiança, e reajustes que vão de 5,3% a 25% na remuneração dos cargos em comissão.

PEC devolve aos Estados a competência de criar Municípios



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 56/2007, do ex-Deputado Vicentinho Alves (TO), pretende restabelecer a autonomia político-administrativa dos Estados Brasileiros, devolvendo-lhes a competência para legislar sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), foi aprovado.

A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Desde 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional Nº 15, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal

Sinalizadores de obstáculos nas zonas de proteção dos aeródromos



O Projeto de Lei Nº 6.748/2010, do Senado Federal (PLS 664/2007), torna explícita no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA - Lei 7.565/1986) a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.133/2015.

O trato cuidadoso dos equipamentos de sinalização deve ser encargo atribuído aos responsáveis no próprio CBA, como maneira de acentuar a importância dessa medida de segurança. Muitos acidentes e incidentes aéreos têm ocorrido por ausência de instalação ou adequada manutenção desses equipamentos.

Maio



5 de maio**Criminalização do uso de emendas para influenciar votações**

O Projeto de Lei Nº 2.850/2008, do Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), caracteriza como crime de responsabilidade do Presidente da República o ato de utilizar a liberação do pagamento das emendas parlamentares para influenciar a votação de projetos no Congresso Nacional. O projeto altera a Lei 1.079/1950 e também considera crime a falta de pagamento das despesas relativas a essas emendas. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

As emendas parlamentares foram resgatadas pela Constituinte para serem subsídio às ações governamentais, para contemplar regiões ou projetos não favorecidos pela proposta do governo.

Tecnologias de construção sustentáveis para enfrentar o efeito estufa

O Projeto de Lei Nº 1.562/2011, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), estabelece a adoção de tecnologias construtivas que contribuam para absorver o carbono atmosférico e a reduzir a temperatura média ambiente nas grandes cidades brasileiras. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação da redação final na CCJC antes de seguir para o Senado.

Altera o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) e define as grande cidade como aquelas que contam com população superior a um milhão de habitantes. Considera o efeito estufa como uma das principais preocupações da atualidade.

20 de Junho: Dia Nacional do Vigilante, profissionais da segurança privada



O Projeto de Lei Nº 7.505/2010, do Senado Federal (PLS 10/2010), institui o Dia Nacional do Vigilante, a ser celebrado anualmente no dia 20 de junho. O parecer favorável do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.136/2015.

A escolha do dia 20 de junho para o Dia Nacional do Vigilante, além de representar uma homenagem aos profissionais pertencentes à categoria que desempenha atividades da segurança privada, reconhece o empenho e a dedicação destes trabalhadores no desempenho de suas atribuições. A data marca o dia em que a Lei 7.102/83, que regulamentou a atividade profissional de vigilante, foi sancionada. Atualmente, a categoria é composta de 1,8 milhões de trabalhadores cadastrados.

Provas de concursos para órgãos federais devem ser realizadas nos Estados



O Projeto de Lei Nº 2.349/2007, do Senado Federal (PLS 509/2003), determina que as provas de concursos públicos para provimento de cargos federais serão realizadas no Distrito Federal e nas capitais dos Estados nos quais haja inscritos em número igual ou superior a 50. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

Promoverá a igualdade de competição entre os postulantes a cargos na União e garantirá a isonomia que deve nortear os respectivos processos seletivos, minimizará a possibilidade de os candidatos sofrerem discriminação por força do local em que residem e viabilizará a participação de quem pode arcar com os custos do deslocamento.

Perda de bens e valores para quem praticar ou explorar prostituição infanto-juvenil



O Projeto de Lei Nº 4.402/2008, do Senado Federal (PLS 38/2008), estabelece a perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e aguarda a apreciação do Senado Federal.

O crime de prática ou exploração de prostituição infanto-juvenil tem sido objeto de análise na Câmara dos Deputados desde 1992, por ocasião do funcionamento da CPI do Extermínio contra Crianças e Adolescentes. Essas atividades criminosas que exploram jovens de ambos os sexos, principalmente as meninas, continuam encontrando respaldo e têm crescido.

Criminalização de comunicação de fato inverídico a órgão público, o trote



O Projeto de Lei Nº 45/2015, do Deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES), criminaliza o trote, ou seja, a conduta de provocar a ação de órgãos da administração pública por meio da comunicação de fato inverídico. A matéria modifica o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). O parecer favorável do relator, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Informes falsos causam muito prejuízo ao Poder Público e impedem ações repressivas nos locais onde realmente ocorrem os crimes. De acordo com a proposta, quem fizer comunicação falsa, seja por telefone, internet, ou qualquer outro meio de comunicação, receberá penas e multas mais rígidas. A proposta também sugere campanhas de conscientização para a redução dos trotes.

Mensagens de texto gratuitas para serviços de emergência



O Projeto de Lei Nº 5.438/2013, da Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), obriga as prestadoras dos serviços de telefonia móvel a encaminhar gratuitamente as mensagens de texto destinadas aos serviços públicos de emergência. Altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997). O parecer favorável do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), foi aprovado. A matéria aguarda a apreciação do Senado Federal.

Os serviços públicos de emergência devem dar tratamento adequado às solicitações encaminhadas por meio de mensagens de texto. A Resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicada em abril de 2011 (564/11) determina que as operadoras transmitam essas mensagens.

Tabeliães poderão exercer função na Comarca



O Projeto de Lei Nº 3.004/2011, do Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), permite a prática de atos notariais no âmbito da circunscrição da Comarca. A matéria altera a Lei dos Notários e Registradores (Lei 8.935/1994). O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Atualmente, o tabelião é proibido de praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual foi delegado. O Município pode ser pequeno para restringir a atuação do notário e a Comarca pode ser grande. Delega ao Poder Judiciário a decisão sobre os limites da delegação e prevê pena de perda de delegação para o tabelião que extrapolar os limites territoriais da delegação outorgada.

Espaço exclusivo para menores de 21 anos no sistema prisional



O Projeto de Lei Nº 5.974/2013, do Deputado Marcos Rogério (PDT-RR), cria espaço exclusivo para menores de 21 anos em estabelecimentos penais. Altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984). O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

Atualmente, a lei já assegura à mulher e ao maior de 60 anos, separadamente, o direito a estabelecimento próprio e adequado a sua condição pessoal. No caso do jovem de 21 anos, embora tenha acesso a muitas informações, ainda não está maduro o suficiente para entender o que fazer para não entrar no mundo da criminalidade mais séria. Trata-se de passo importante para que a ressocialização seja realmente o efeito da prisão.

6 de maio

Vale do Mucuri fará parte da região de atuação da Codevasf



O Projeto de Lei Nº 2.351/2011, dos Deputados Zé Silva (SD-MG), Ademir Camilo (PROS-MG), Fábio Ramalho (PV-MG), Leonardo Monteiro (PT-MG) e Toninho Pinheiro (PP-MG) e do ex-Deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), inclui o Vale do Mucuri na jurisdição da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Altera a Lei 6.088/1974, que criou a Condevasf. O parecer favorável do relator, Deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O Vale do Mucuri é formado por 27 municípios, com longas estiagens que inviabilizam a sustentabilidade da agropecuária e comprometem o desenvolvimento da região, culminando em baixos indicadores socioeconômicos.

Previsão de responsabilidade civil a donos de cartórios



O Projeto de Lei Nº 235/2015, da Deputada Erika Kokay (PT-DF), prevê a responsabilização civil de donos de cartórios (notários e oficiais de registro) por danos causados por eles ou substitutos. Altera a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994). O parecer favorável do relator, Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A antiga Lei dos Cartórios (Lei 6.015/1973), deixava clara a responsabilidade de notários e registradores ser subjetiva. Contudo, sob a nova ordem constitucional e com a nova redação, a doutrina passou a divergir quanto a ser subjetiva ou objetiva a natureza da responsabilidade dos titulares de serviços extrajudiciais. A proposta define a responsabilidade civil de notários e registradores.

Deputados médicos podem exercer a medicina sem vantagem pessoal



A Consulta Nº 2/2015, da Presidência da Câmara dos Deputados, formulada pelo Deputado Alexandre Serfiofis (PSD-RJ), questionou sobre a possibilidade de Parlamentar médico exercer sua profissão, de forma gratuita e voluntária, em consultório particular. O parecer do relator, Deputado Índio da Costa (PSD-RJ), avaliou que não há incompatibilidade no exercício da Medicina em caráter privado e gratuito e foi aprovado.

A Assembleia Nacional Constituinte quis impedir que congressistas praticassem certos atos, exercessem certas funções e empregos, nos quais a condição de parlamentar poderia proporcionar situação injustamente vantajosa, e, ainda, evitar que pudessem ocupar cargos ou funções que tornariam vulneráveis o exercício do mandato popular.

Mudança na CLT prevê novos prazos para recursos trabalhistas



O Projeto de Lei Nº 2.113/2007, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), estabelece regras para a contagem dos prazos para recursos trabalhistas. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O parecer com complementação de voto do relator, Deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Estabelece regras lógicas para o início da contagem dos prazos recursais trabalhistas. A atual redação da CLT estabelece como termo inicial para a contagem do prazo recursal para os embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, a contar da publicação da conclusão do acórdão. Essa regra tem gerado injustiças, como o desconhecimento por Turmas do TST de recursos interpostos.

7 de maio

Estatuto do Idoso priorizará atendimento de maiores de 80 anos



O Projeto de Lei Nº 3.575/2012, do Deputado Simão Sessim (PP-RJ), estabelece que idosos a partir de 80 anos terão prioridade especial em relação aos demais idosos em todo atendimento de saúde, exceto em caso de emergência, na tramitação de processos e demais serviços. Altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). O parecer favorável da relatora, Deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi aprovado. A matéria e aguarda apreciação do Senado Federal.

Há mais de 3 milhões de pessoas com mais de 80 anos no País, que têm direito à prioridade a partir de 60 anos, exceto para emergências que deve ser avaliada por profissionais de saúde. A expectativa média de vida dos brasileiros é de 72 anos para homens e de 75 para mulheres.

12 de maio

Rejeitado guardas municipais com atribuição de trânsito



O Projeto de Lei Nº 5.805/2013, do Deputado Lincoln Portela (PR-MG), previa a inclusão dos guardas municipais entre os agentes com direito de aplicar o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). O parecer do relator, Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), pela rejeição da proposta, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

O Código de Trânsito relaciona como órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal e as polícias militares dos estados e do Distrito Federal. Caso fosse aprovada, as guardas municipais poderiam aplicar penalidades e medidas administrativas às infrações cometidas pelos motoristas nas cidades. Atualmente, as Guardas Municipais têm competência para proteção dos bens, serviços e instalações dos municípios.

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza será fiscalizado pelo Legislativo



O Projeto de Lei Complementar Nº 603/2010, do ex-Deputado Moreira Mendes (RO), possibilita que o Congresso Nacional fiscalize periodicamente a alocação, o emprego e a execução dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Tramita apensado ao PLP 439/2014 e modifica o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP – Lei Complementar 111/2001). O parecer favorável do relator, Deputado JHC (SD-AL), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O Fundo foi criado pela Emenda Constitucional 31/2000, para viabilizar acesso a níveis dignos de subsistência com ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outras. A EC 67/2010 prorrogou por prazo indeterminado a vigência do Fundo.

Piso salarial nacional para fiscais agropecuários



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 97/2011, do Deputado Zé Silva (SD-MG), cria um piso salarial único em todo o Brasil para funcionários das entidades públicas que atuam na fiscalização sanitária animal e vegetal. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Pela proposta, a lei que regulamentar esses pisos para cargos de níveis médio e superior também instituirá um fundo contábil para garantir o pagamento. O número de fiscais federais vinculados ao Ministério da Agricultura é insuficiente, e a fiscalização tem sido feita pelos fiscais estaduais. Caberá à comissão especial que analisará a PEC achar um texto adequado para a medida.

Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Judiciário



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 11/2015, do Senado Federal, deixa explícito o Tribunal Superior do Trabalho (TST) como órgão do Poder Judiciário, além de alterar os requisitos para o provimento dos cargos de ministros do órgão e modificar sua competência. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria teve o mérito analisado por uma Comissão Especial e aguarda apreciação, em dois turnos, pelo Plenário.

Equipara os requisitos para o cargo de ministro do TST aos dos ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, notável saber jurídico e a reputação ilibada, e inclui como competência do TST a manutenção de suas decisões por tribunais inferiores do trabalho.

13 de maio

Redução de idade para aposentadoria de extrativistas



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 320/2008, do Senado Federal (PEC 56/2001), inclui os extrativistas vegetais entre os trabalhadores beneficiados com a redução de cinco anos na idade-limite para a aposentadoria. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Os trabalhadores do extrativismo vegetal terão o direito de aposentadoria aos 60 anos, no caso dos homens, e aos 55 anos, se mulheres. A Constituição prevê que os trabalhadores rurais da economia familiar, garimpeiros e pescadores artesanais têm o mesmo direito. Os demais trabalhadores podem se aposentar com 65 anos, enquanto as trabalhadoras aos 60.

Reforço na segurança de casas de show para prevenção de tragédias



O Projeto de Lei Nº 4.923/2013, da ex-Deputada Nilda Gondim (PB), reúne 19 projetos de lei para reforçar a segurança em boates, casas de shows, bares e restaurantes em locais fechados e exige do poder público e de empresários o empenho em garantir a segurança nos momentos de lazer. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O substitutivo aprovado foi resultado dos debates após a tragédia na boate Kiss, que matou 242 pessoas em Santa Maria (RS). O texto atribui maior poder aos Corpos de Bombeiros. Além de combater os incêndios em bares e boates, eles serão responsáveis por autorizar reformas nas casas de show e aplicar multas.

Inspeção sanitária e testes de agrotóxicos em produtos importados



O Projeto de Lei Nº 6.897/2006, do Deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), estabelece condições para a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários e seus derivados, importados de outros países. O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta torna obrigatória a realização de testes em produtos agropecuários in natura ou semiprocessados importados, para analisar resíduos de princípios ativos de agrotóxicos. A intenção é impedir a entrada, no território brasileiro, de enfermidades que têm atingido outras partes do mundo e de pragas recentemente chegadas ao Brasil.

Nomeado trecho de rodovia gaúcha entre Santa Maria e Rosário do Sul



O Projeto de Lei Nº 3.905/2012, do Deputado Paulo Pimenta (PT-RS), denomina de “Rodovia Dr. Mario Ortiz de Vasconcellos” o trecho de 139 quilômetros entre as cidades gaúchas de Santa Maria e Rosário do Sul, na BR 158. Ex-vereador e ex-prefeito de Rosário do Sul por dois mandatos, Mario Ortiz de Vasconcellos (1910-2012) teve participação decisiva na construção do trecho entre sua cidade e Santa Maria. O parecer favorável da relatora, Deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A pavimentação da BR 158 foi concluída em 2008, é uma importante obra de infraestrutura realizada no estado e sinaliza o recomeço do desenvolvimento nas regiões Centro, Campanha e Fronteira Oeste do Estado.

Impedida transferência de encargos sem previsão de repasses financeiros



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 172/2012, do Deputado Mendonça Filho (DEM-PE), pretende impedir a transferência de qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal ou aos Municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. Altera o art. 160 da Constituição Federal. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi aprovado. A matéria foi aprovada em dois turnos pelo Plenário e aguarda apreciação do Senado Federal.

A União será responsável pelas obrigações repassadas aos entes federados com dotação orçamentária prevista. Caso contrário, ficará impedida de determinar que Estados, DF e Municípios arquem sozinhos com a despesa.

14 de maio

Impedimento para aumento de alíquotas e impostos até 31 de dezembro de 2015



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 136/2007, do Deputado Guilherme Campos (DEM-SP), impede que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aumentem, até o dia 31 de dezembro de 2015, a alíquota ou base de cálculo de diversos impostos. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

A União, os Estados, o DF e os municípios não poderão aumentar alíquota ou base de cálculo de tributos e contribuições como o Imposto de Renda. Também foram incluídos na proibição o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunica-

ção (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).



Pela proposta, os governos também não poderão aumentar as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU); e Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos (ITBI). As autoridades também ficam proibidas de instituir tributo ou contribuição.



As contribuições sociais do empregador e da empresa

incidentes sobre a folha de salários e rendimentos do trabalho; sobre a receita ou o faturamento; e sobre o lucro e as taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos também não poderão ter alíquotas ou base de cálculo aumentadas.



No caso dos impostos patrimoniais, qualquer aumento na base de cálculo deverá respeitar a variação observada desde o último reajuste no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice que venha a sucedê-lo, no caso de extinção. O autor da proposta lembra que as bases de cálculo desses tributos estão naturalmente sujeitas a alteração, em virtude de variações nos preços dos bens.

Também poderão sofrer reajuste as alíquotas específicas do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Cofins e do PIS/Pasep.

Mapas de GPS devem ser atualizados a cada dois anos



O Projeto de Lei Nº 3.699/2012, do Deputado Paulo Feijó (PR-RJ), determina que mapas dos sistemas de posicionamento global (GPS) deverão ser atualizados, no mínimo, a cada dois anos. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os GPS devem trazer, de forma clara e ostensiva, informações sobre a data da última atualização dos mapas e itinerários instalados. Em caso de descumprimento a multa é de R\$ 10 mil reais, que será dobrada em caso de reincidência. Mesmo no caso de a empresa deixar de comercializar o produto, ela deverá manter a atualização periódica dos mapas e itinerários por no mínimo cinco anos, contados a partir da descontinuação do aparelho.

Nomeado trecho de rodovia piauiense entre Luís Correia e Bertolândia



O Projeto de Lei Nº 7.790/2010, do Senado Federal, denomina “Rodovia Governador Alberto Silva” o trecho da BR-343, localizado entre os municípios Luís Correia e Bertolândia, no Piauí. O parecer favorável do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.145/2015.

O engenheiro civil Alberto Tavares Silva nasceu em Parnaíba, no Piauí, no dia 10 de novembro de 1918. Silva foi um dos principais nomes da política do estado. Foi por duas vezes Prefeito de Parnaíba, duas vezes Governador do Estado do Piauí, Senador da República e Deputado Federal por duas legislaturas. Faleceu em 2009, em Brasília, no exercício de seu segundo mandato de deputado federal por insuficiência respiratória.

Dia do Educador Nacional homenageia Paulo Freire



O Projeto de Lei Nº 2.989/2008, do ex-Deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), institui no Brasil o Dia do Educador Social a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de setembro, data de nascimento do educador e filósofo Paulo Freire. O parecer favorável do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O Educador Social atua no combate à exclusão social ao fundamentar a prática na educação popular, especialmente a desenvolvida a partir da década de 70, sob a influência de Paulo Freire. Sua prática didática fundamentou o movimento Pedagogia Crítica, no qual o estudante é instigado a assimilar conhecimento pelo próprio caminho e não seguindo um já previamente construído.

Leiloeiros têm competência para pregão eletrônico



O Projeto de Lei Nº 5.657/2009, do Senado Federal (PLS 74/2008), confere aos leiloeiros a competência de realizar vendas em hasta pública ou pregão público por meio da internet. A matéria altera a lei que regula a profissão de leiloeiro (Decreto 21.981/1932). O parecer favorável do relator, Deputado André Moura (PSC-SE), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei 13.138/2015.

O texto torna obrigatória a figura do leiloeiro para presidir todos os leilões, mas somente especifica que a venda em pregão público pode ser realizada também por meio da internet. Os leilões, ao longo da história, foram deixando de ser exclusivamente presenciais, e passaram a incorporar os avanços tecnológicos que tornaram possíveis interações a longa distância.

Prazo de dois anos para planejamento de ações de política agrícola



O Projeto de Lei Nº 2.478/2011, do Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), estabelece prazo mínimo de dois anos para a vigência do planejamento da política agrícola nacional. Hoje, os planos governamentais têm duração média de um ano. O parecer favorável do relator, Deputado Giovanni Cherini (PDT-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O Planejamento da Política Agrícola Nacional é elaborado pelo governo federal, para aumentar a produção agrícola e a regularidade do abastecimento interno, além de reduzir as desigualdades regionais. Um exemplo é o Plano Agrícola e Pecuário, lançado todos os anos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que inclui a redução de juros para empréstimos a produtores.

19 de maio

Cargos da Polícia Civil do DF devem ser de nível superior



O Projeto de Lei Nº 8.078/2014, do Poder Executivo, transforma em cargos de nível superior os da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal. Altera a Lei 9.264/1996. O parecer favorável do relator, Deputado Laerte Bessa (PR-DF), foi aprovado. A matéria foi transformada em Lei Ordinária 13.197/2015.

Desde 1996, os concursos públicos para perito criminal, perito médico-legista, agente de polícia de custódia, escrivão de polícia, papiloscopista policial e agente penitenciário exigem nível superior, mas, legalmente, as carreiras continuam sendo de nível médio. Na prática, o que muda é que as carreiras poderão reivindicar melhorias nas suas atribuições, equiparação com salários de cargos equivalentes e ocupação de cargos de comando da PCDF.

Mudança da denominação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, a CDEIC



O Projeto de Resolução Nº 241/2014, do Deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que insere o setor de serviços entre as atribuições da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, que passa a se chamar Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. O parecer favorável do relator, Deputado Lucas Vergilio (SD-GO), foi aprovado. A matéria foi transformada na Resolução da Câmara dos Deputados 12/2015.

Dados de 2013 do IBGE mostram o setor de serviços como responsável por 49,8% dos 1,141 milhão dos postos de trabalho criados, seguido pelo comércio (30%) e pela construção civil (10,8%). O setor de serviços corresponde a 67% do PIB.

Mudanças no Estatuto da OAB definem atividades privativas da advocacia



O Projeto de Lei Nº 3.962/2012, do Deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), define as atividades privativas de advocacia, como o assessoramento jurídico em contratos e acordos extrajudiciais; a defesa e o assessoramento jurídico em sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e o assessoramento e a representação jurídica em procedimentos administrativos perante órgãos públicos e privados, e tipifica o exercício ilegal da profissão de advogado. O parecer favorável do relator, Deputado Valteir Pereira (PROS-MT), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/1994), o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) e a Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/1941).

Regulamentação do uso das polícias Civil e Militar e Bombeiro Militar do DF



O Projeto de Lei Nº 4.275/1993, do Poder Executivo, autoriza o governo federal, por meio de ato do Presidente da República, a utilizar as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em caso de vigência de estado de defesa, estado de sítio ou de intervenção no DF. O parecer favorável com complementação de voto do relator, Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Indica as subordinações para fins operacionais e permite que a União e o DF legislem concorrentemente sobre organização, garantias, direitos e deveres dos integrantes da Polícia Civil do DF. Regulamenta dispositivo constitucional referente ao uso das forças de segurança do DF.

20 de maio

Isenção tributária para instituições de cultura e desporto sem fins lucrativos



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 8/2011, do Deputado Vicente Candido (PT-SP), proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituem imposto sobre patrimônio, renda ou serviços de instituições de cultura e de desporto sem fins lucrativos. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Garante a essas instituições tratamento tributário atribuído às entidades educacionais para assegurar a efetividade dos valores explicitados na Constituição, que garante a todos o pleno exercício dos seus direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoio e incentivo para valorizar e difundir manifestações culturais.

Controle unificado de alimentos de origem vegetal



O Projeto de Lei Nº 1.254/2007, do Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), torna obrigatória a padronização, a inspeção, a fiscalização e o acompanhamento da produção e do comércio dos produtos alimentícios de origem vegetal. O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado com emenda. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Boa parte dos produtos alimentícios consumidos pela população brasileira não sofre fiscalização ou controle dos órgãos oficiais competentes. Institui que as atividades de inspeção sejam coordenadas pelo Sistema Unificado de Atenção da Sanidade Agropecuária e pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Vegetal. Vale para produtos importados ou produzidos no País.

Embargos de declaração interrompem prazo para recursos nos Juizados Especiais



O Projeto de Lei Nº 3.947/2012, do Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), estabelece que, também no Juizado Especial, a interposição de embargos de declaração interrompe o prazo para outros recursos, por qualquer das partes. Altera a Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995). O parecer favorável do relator, Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

Garante o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição, permite a interposição dos embargos de declaração previstos na legislação processual, sem prejuízo de outros recursos. Embargo de declaração é a peça apresentada ao juiz ou tribunal que deu uma sentença para eliminar possível dúvida sobre a decisão.

Pessoas Jurídicas não podem ingressar no Juizado Especial



O Projeto de Lei Nº 3.115/2012, do Deputado João Aruda (PMDB-PR), que proíbe empresas de factoring, que trabalham com cheques endossados de terceiros, de entrar com ação em juizados especiais para pleitear o recebimento desses títulos. O parecer favorável do relator, Deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A matéria evita, por exemplo, que empresas de factoring entrem com ação em juizados especiais para receber os cheques em um tempo menor devido a sua tramitação mais rápida nesses juizados. O cheque recebido originalmente por pessoa jurídica e posteriormente endossado à pessoa física equivale à cessão de crédito e, como tal, não pode ser alvo de ação nos Juizados Especiais Cíveis.

Julgamento de infração de trânsito por Juizado Especial



O Projeto de Lei Nº 1.035/2007, do ex-Deputado Mendes Ribeiro Filho (RS), determina que causas envolvendo penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) poderão ser objeto de análise do juizado especial federal. Tramita apensada aos PL 1301/99, PL 6591/06, e PL 5374/13, que tratam do tema de forma diferente. Atualmente, as infrações de trânsito são julgadas pela Justiça comum, cujo acesso é mais difícil, pela necessidade de advogados e custos maiores. Nos juizados especiais, as causas de valor de até 60 salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo são julgadas com maior celeridade. O parecer do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Nomeada Luís Carlos Prestes ponte sobre o rio Gravataí (RS)



O Projeto de Lei Nº 5.031/2009, Senado Federal (PLS 341/2008), nomeia como Luís Carlos Prestes a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, quilômetro 270, entre os municípios gaúchos de Canoas e Porto Alegre. O parecer favorável da relatora, Deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei 13.147/2015.

Gaúcho, Luís Carlos Prestes, conhecido como “cavaleiro da esperança”, era um líder que sonhava com um Brasil mais justo e igualitário. Combateu a República Velha como integrante do movimento tenentista (formado em geral por militares de média e baixa patentes) e comandou a Coluna Prestes, marcha que percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do País espalhando ideias como o voto secreto.

Proteção ao patrimônio de novo parceiro do devedor de pensão alimentícia



Projeto de Lei Nº 3.908/2008, do Senado Federal (PLS 273/2005), que protege o patrimônio do novo cônjuge ou companheiro de um devedor de pensão alimentícia, impedindo que parte do valor dos bens seja destinada ao pagamento de pensão. Altera a Lei de Impenhorabilidade do Bem de Família (Lei 8.009/1990). O parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei 13.144/2015.

A medida busca oficializar um entendimento já consolidado na jurisprudência dos tribunais. Apesar de resguardar o direito do novo cônjuge, a medida não deve impedir a penhora dos bens e resguardará a parcela da alienação judicial relativa à parte do bem que caiba ao devedor, mas não à outra parte, que cabe ao novo cônjuge.

26 de maio

Extinção dos terrenos da Marinha que pertencem à União



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 39/2011, do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), extingue o instituto jurídico dos terrenos de marinha (nome dado aos espaços situados na orla marítima de toda a costa brasileira e nas margens de rios e lagos). Tramitam apensadas as PEC 16/2015, PEC 27/2015 e PEC 30/2015. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Alceu Moreira (PM-DB-RS), foi aprovado. A matéria está tendo o mérito analisado por uma Comissão Especial.

Segundo a Constituição, essas áreas pertencem à União, que cobra pelo seu uso. A grande maioria dos terrenos é ocupada por particulares, poderá ser transferida em definitivo para os ocupantes.

Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)



O Projeto de Lei Nº 2.532/2011, do Deputado Giovani Cherini (PDT-RS), institui a data de 31 de janeiro como o Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A data pretende chamar a atenção para o reconhecimento das RPPNs como instrumentos de proteção ambiental em áreas de propriedade particular que foram destinadas a este fim por iniciativa de seu proprietário. A RPPN é uma das modalidades de unidade de conservação previstas na Lei 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e é criada pelo proprietário da área a ser preservada e não pelo poder público.

Criação de cargos no Conselho Nacional do Ministério Público



O Projeto de Lei Nº 7.921/2014, do Ministério Público da União, cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Altera a Lei 11.372/2006 e a Lei 12.412/2011. O parecer favorável do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria foi integralmente vetada pela Presidente da República. O Congresso decidiu pela manutenção do veto e a proposição arquivada.

O CNMP é o órgão de controle externo criado pela Emenda Constitucional Nº 45/2004, como instrumento de ampliação da participação cidadã nos rumos do Ministério Público brasileiro e de promoção de sua integração e fortalecimento. O incremento da atuação do CNMP nas áreas fins e meio demanda um aumento no quadro de pessoal.

27 de maio

Mudança nos índices de correção de dívidas de Estados e Municípios



O Projeto de Lei Complementar Nº 37/2015, do Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), estabelece prazo de 30 dias para aplicação de lei que muda os índices de correção de dívidas de Estados e Municípios. O parecer favorável do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Complementar 151/2015.

Os entes federados têm recorrido ao Poder Judiciário para pleitear seus direitos e a renegociação pretende reduzir o saldo devedor. As dívidas hoje são corrigidas mensalmente pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), com juros de até 9%. A nova lei determina a correção das dívidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 4% de juros.

Envio de informações a órgãos de Defesa Civil para ação em caso de desastre



O Projeto de Lei Nº 2.374/2003, do ex-Deputado Sandro Mabel (GO), obriga as pessoas físicas ou jurídicas a prestar informações aos órgãos de defesa civil para possibilitar a ação rápida em caso de desastre. O parecer favorável do relator, Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), e duas emendas do Senado Federal à proposta foram aprovados. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Há uma lacuna na legislação brasileira em relação ao dever de notificar os órgãos competentes de defesa civil em casos de ações ou fatos que potencialmente gerem a necessidade de medidas preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas, no âmbito da competência desses órgãos. Pela proposta, atividades militares ficam isentas desta obrigação.

Novas regras para contratos com fidelidade



O Projeto de Lei Nº 1.257/2011, do Deputado Márcio Marinho (PRB-BA), restringe as cláusulas de fidelidade nos contratos de serviços de telefonia, internet e TV por assinatura. Altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) e a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997). O parecer favorável do relator, Deputado Antônio Bulhões (PRB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta proíbe a fidelização do consumidor, a estipulação de prazos mínimos de vigência, o pagamento de multas em casos de cancelamento antecipado de contratos e a comercialização de equipamentos tecnicamente modificados. A Anatel regulamentará a possibilidade de aplicação de prazo de permanência pelas prestadoras desses serviços a seus usuários.

Mudanças na lei que define crimes contra o Sistema Financeiro Nacional



O Projeto de Lei Nº 1.290/2007, do Senado Federal (PLS 79/2005), torna crime o ato de endossar ou subscrever títulos e valores mobiliários sem “lastro”, ou seja, sem saldo ou crédito suficiente. Altera a Lei do Colarinho Branco (Lei 7.492/1986). O parecer favorável do relator, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O objetivo do texto é dar maior credibilidade aos títulos, além de proteger o investidor. Título mobiliário é a expressão usada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela legislação societária brasileira para designar os papéis que podem ser negociados no mercado de capitais. Os títulos mais comuns são ações, debêntures, notas promissórias, duplicatas e letras de câmbio.

Punição para furto e comércio de sinais de telefonia e de TV por assinatura



O Projeto de Lei Nº 239/2007, do Senado Federal (PLS 403/2003), transforma em crime o furto e a comercialização de frequências de telefonia celular, de sinais de TV por assinatura, entre outros. O parecer favorável com complementação de voto do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) – que atualmente pune apenas quem furta energia elétrica, radioativa, térmica, mecânica ou outro tipo de energia – para determinar pena de 1 a 4 anos de prisão mais multa. Esse tipo de prática já é considerada ilegal, mas não há tipificação prevista. A exceção é o furto de energia, que já tem pena prevista de 1 a 4 anos de reclusão mais multa.

Novas regras para contratos de adesão mudam o Código do Consumidor



O Projeto de Lei Nº 435/2003, do Deputado Paes Landim (PTB-PI), normatiza o contrato de adesão. Altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O contrato de adesão, por não deixar a opção de discutir condições, precisa ter bem definida a solução para problemas mais comuns que causam conflitos, resguardando os interesses de quem adquire os bens ou serviços sem deixar o fornecedor ao arbítrio de interpretações aleatórias ou sem receber o que é justo, de modo a não causar maiores prejuízos às partes. Da mesma forma, a norma deve evitar expedientes que visem à inadimplência proposital.

Passagem livre para crianças portadoras de câncer no transporte interestadual



O Projeto de Lei Nº 4.264/2001, do ex-Deputado Luiz Bittencourt (GO), estende o passe livre concedido às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual às crianças portadoras de câncer. Altera a Lei do Passe Livre (Lei 8.899/1994). O parecer favorável do relator, Deputado Pr. Marco Feliciano (PSC-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O passe livre já é garantido para as pessoas com deficiência no transporte interestadual. Outras proposições também preveem gratuidade para portadores de câncer, de Distrofia Neuromuscular Progressiva e da síndrome de Prader-Willi. Para ser beneficiada, a família deverá ter renda per capita mensal igual ou inferior a um salário mínimo.

28 de maio

Inscrição para concurso público pela internet em todo o país



O Projeto de Lei Nº 2.389/2007, do Deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), torna obrigatória a possibilidade de o candidato se inscrever pela internet em concursos públicos da União. O parecer favorável do relator, Deputado Bruno Covas (PSDB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta pretende que quem mora longe dos grandes centros possa se inscrever para concursos pela internet. O edital deverá conter as informações pertinentes ao concurso, como remuneração; requisitos para a posse no cargo; início, término e valor da inscrição. O boleto poderá ser pago até o primeiro dia útil subsequente ao término da inscrição.

Contratação de profissionais do SAMU por Estados, DF e Municípios



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 167/2012, do Deputado Fernando Torres (PSD-BA), estabelece a admissão de profissionais do Serviço de Atendimento Médico de Emergência (SAMU) por processo de seleção pública, que será o requisito para que eles sejam contratados diretamente por Estados, Distrito Federal ou Municípios. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado João Campos (PSDB-GO), foi aprovado. A matéria aguarda criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

O SAMU é oferecido pelo governo federal em parceria com governos estaduais e prefeituras com a finalidade de prover o atendimento pré-hospitalar à população. Falta um modelo específico para a celebração do vínculo com a administração pública.

Suspensão de processos para férias de advogados



O Projeto de Lei Nº 5.240/2013, do Deputado Damião Feliciano (PDT-PB), suspende o prazo de processos sob responsabilidade de um advogado para que ele possa tirar férias de 30 dias. Altera o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/1994). O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado com apenas uma alteração no texto original: para que o mesmo processo não tenha prazo suspenso mais de uma vez no período de um ano. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A suspensão valerá para processos nos quais o advogado atue como único representante com procuração judicial. As férias serão comunicadas à OAB com antecedência de 30 dias e o recibo será juntado ao processo judicial.

Procedimentos para o Protocolo Integrado do Judiciário Nacional



O Projeto de Lei Nº 1.614/2011, do Deputado Rubens Bueno (PPS-PR), torna mais fácil e rápido o acesso de advogados e cidadãos ao Judiciário ao viabilizar o cumprimento de prazos processuais em todo o território nacional, seja por meio eletrônico ou físico, integrando o modelo de comunicação por meio eletrônico, entre as diversas esferas do judiciário; comum e especializada. O parecer favorável do relator, Deputado Bacelar (PTN-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A utilização de um sistema de protocolo integrado nacional de todo o Poder Judiciário nacional facilitará o cumprimento de prazos processuais, além de gerar praticidade, agilidade, comodidade, economia e satisfação aos cidadãos.

Prestação de contas do Presidente da República ao Congresso Nacional



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 267/2013, do Deputado Wilson Filho (PTB-PB), obriga o Presidente da República a ir ao Congresso na abertura da sessão legislativa (2 de fevereiro de cada ano) para falar sobre a situação do País, prestar contas das atividades do Executivo no ano anterior e apresentar o plano de governo. Tramita apensada à PEC 21/2007. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado André Moura (PSC-SE), foi aprovado. Aguarda criação de uma Comissão Especial para analisar o mérito.

Atualmente, o Presidente da República envia uma mensagem com o plano de governo para o Congresso Nacional no início da sessão legislativa, mas não vai pessoalmente falar com os parlamentares.

Processo pelo STF de dispositivo revogação de lei ou ato normativo



O Projeto de Lei Nº 4.355/2012, do Deputado Professor Victório Galli (MT), permite ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar ações que tratam da constitucionalidade de lei e atos normativos já revogados. Altera a Lei da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Lei 9.868/1999). O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Pretende evitar que Estados revoguem uma lei ou ato inconstitucional para evitar sua análise no STF e, posteriormente, o reedite. Tal tipo de manobra, que visa impedir o exame das leis perante a Suprema Corte, compromete a defesa dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, prejudica a população e traz insegurança jurídica.

Junho



2 de junho

Gratificação por acúmulo de função na defensoria pública da União



O Projeto de Lei Nº 7.836/2014, da Defensoria Pública da União, cria uma gratificação temporária para defensores que acumularem mais de uma área de atuação (ou ofício, no jargão da DPU), como cível, criminal ou previdenciária, entre outras. O parecer favorável do relator, Deputado Fausto Pinato (PRB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Cria uma segunda gratificação, devida a defensores que acumularem mais de uma função administrativa dentro da estrutura do DPU. O acúmulo é recorrente na instituição, que não possui carreira administrativa própria, nem profissionais em número suficiente para atender todos os estados onde a DPU atua. O impacto orçamentário das gratificações será de R\$ 3,38 milhões por ano.

Mudança na regra para participação de Deputado em Comissão Permanente



O Projeto de Resolução Nº 5/2011, do ex-Deputado Henrique Eduardo Alves, muda o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) para permitir que os Deputados possam fazer parte, como membros titulares, de até duas Comissões Permanentes, com exceção da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PD-T-RO), foi aprovado. A matéria aguarda parecer do relator na Mesa Diretora da Câmara.

O parlamentar não pode ser titular de mais de uma comissão permanente, exceto nas de Legislação Participativa; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Cultura; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; dentre outras.

Regulamentação para CEASAS e criação do Planhort



O Projeto de Lei Nº 174/2011, do Deputado Weliton Prado (PT-MG), cria o Plano Nacional de Abastecimento de Hortifrutiflorigranjeiros (Planhort) com diretrizes para os entrepostos públicos de abastecimento alimentar, as centrais de abastecimentos ou Ceasas. O parecer favorável do relator, Deputado Padre João (PT-MG), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Regulamenta a gestão das centrais existentes e prevê a construção de novos entrepostos, além de estimular a produção e o consumo, com o desenvolvimento e difusão de técnicas e boas práticas de produção, transporte, embalagem, armazenagem e comercialização de produtos naturais. Prevê um sistema de rastreabilidade, que permitirá saber a origem dos alimentos.

23 de Setembro: Dia Nacional da Educação Profissional



O Projeto de Lei Nº 8.117/2014, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), institui o Dia Nacional da Educação Profissional a ser celebrado no dia 23 de setembro. O parecer favorável do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O objetivo é reconhecer iniciativas e políticas de educação profissional, divulgar resultados e promover discussões. A data recorda o dia da criação, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, em 1909, de 19 Escolas de Aprendizes Artífices. Essas unidades para o ensino profissional primário e gratuito são consideradas o marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

9 de junho

Autorização de empréstimo para pagar precatórios



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 74/2015, dos Deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Leonardo Picciani (PMDB-RJ) e Sibá Machado (PT-AC), cria um regime especial transitório (2016-2020) para que Estados, Distrito Federal e Municípios possam quitar os débitos pendentes com precatórios, fixando limites para gastos com essa despesa. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Mainha (SD-PI), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento após o trânsito em julgado. Os precatórios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020.

Punição para quem usar centro comunitário com fim eleitoral



O Projeto de Lei Complementar Nº 443/2009, do Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), pune pela legislação eleitoral quem fizer uso indevido de centro social para fins eleitorais, inclusive com cassação de registro e mandatos, e com inelegibilidade por oito anos. O parecer favorável do relator, Deputado Wadih Damous (PT-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A proposta foi elaborada a partir das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O texto inclui tal prática, além de abuso do poder econômico, de autoridade, e uso indevido de meios de comunicação. Os efeitos atingem não só os candidatos, mas todos que tenham contribuído para a prática do ato indevido ou abusivo.

Responsabilidade criminal para dirigentes de entidades esportivas



O Projeto de Lei Nº 2.832/2011, do Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), estabelece responsabilidade penal de dirigentes de entidades esportivas que se apropriarem ou aplicarem créditos ou bens sociais da instituição em proveito próprio ou de terceiros. Altera a Lei Pelé (Lei 9.615/1998), que institui normas gerais sobre o desporto. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Há clubes tradicionais falidos e jogados no esquecimento e outros notórios de enriquecimento ilícito de dirigentes esportivos no País, sem qualquer punição. O tratamento mais rígido a esses dirigentes esportivos justifica-se pelos riscos que essas condutas impõem a sociedade.

Regulamenta a profissão de artesão e estipula políticas de apoio



O Projeto de Lei Nº 7.755/2010, do Senado Federal (PLS 136/2009), reconhece a profissão de artesão e determina que haja políticas públicas de apoio, crédito e aperfeiçoamento para esses profissionais. O parecer favorável da relatora, Deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.180/2015.

A proposta pretende estabelecer um conjunto de ações cujo objetivo é a valorização, a expansão e a renovação das artes, dos ofícios e das microempresas artesanais. De acordo com a nova lei, artesão é toda pessoa que exerce atividade predominantemente manual, que pode contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos de forma individual, associada ou cooperativada.

10 de junho**Dispensa de alvará de construção para imóveis com mais de cinco anos**

O Projeto de Lei Nº 7.093/2014, do Deputado Irajá Abreu (PSD-TO), dispensa, no caso de residências de um só pavimento finalizadas há mais de cinco anos, a apresentação do alvará de construção para obter a averbação do imóvel. Altera a Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015/1973) e refere-se às casas destinadas à moradia de uma só família (residência urbana unifamiliar). O parecer favorável do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta fixa procedimento uniforme e simplificado para a regularização de construções junto ao serviço de registro. Hoje, uma obra deve ter o projeto entregue à prefeitura para expedir o alvará de construção, depois ocorre a averbação da construção em um cartório.

15 de junho**Retroatividade para pagamento de Seguro-Desemprego**

O Projeto de Lei Nº 2.750/2015, do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), garante a retroatividade do pagamento do seguro-desemprego segundo as regras da Lei do Seguro-Desemprego (Lei 13.134/2015) aos trabalhadores que recorreram ao benefício no período de vigência da Medida Provisória 665/14, cujas condições eram menos benéficas do que a lei derivada dela. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A intenção é aplicar regras definitivas para quem pediu o benefício durante a vigência da MP. Como a lei aprovada pelo Congresso tem regras mais benéficas aos trabalhadores do que a MP que lhe deu origem, a ideia é conferir tratamento isonômico para todos os trabalhadores.

Gasto maior de Municípios com pessoal em Saúde e Educação



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 390/2014, do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), possibilita a ampliação, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, do limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

A Constituição impede que a despesa com pessoal exceda os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), de 54% da receita corrente líquida (RCL). A PEC abre exceção para que os Municípios ultrapassem esse limite no caso de gastos com pessoal ativo nas áreas de saúde e de educação.

Rejeitada mudança na Política Nacional de Resíduos Sólidos



O Projeto de Lei Nº 4.337/2012, do Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), alteraria a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) para dispor sobre o tratamento ou a destinação de resíduos sólidos e a disposição final de rejeitos. O parecer pela inconstitucionalidade do relator, Deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê que a gestão desses resíduos seja realizada por meio da instituição de microrregiões, as quais podem abranger mais de uma unidade da federação. Conforme a lei, Estados que criarem microrregiões serão priorizados no acesso a recursos da União ou a incentivos e financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento.

Critério de renda para desempate em vestibular



O Projeto de Lei Nº 7.654/2010, do Senado Federal (PLS 174/2005), estabelece critério social para o desempate em processos seletivos de instituições públicas de ensino superior. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/1996). O parecer favorável do relator, Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.184/2015.

No caso de empate, terá prioridade o candidato com renda familiar inferior a dez salários mínimos. Prevalecerá o que comprovar menor renda. A adoção do critério de renda familiar para ingresso nas instituições públicas de educação superior é um importante fator de inclusão social, pela via educacional.

Regulamentação de empresas criadas por universitários



O Projeto de Lei Nº 8.084/2014, do Senado Federal (PLS 437/2012), regulamenta as empresas juniores – aquelas criadas por universitários na instituição de ensino superior e voltadas para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos. O parecer favorável do relator, Deputado JHC (SD-AL), foi aprovado. Como sofreu alterações na Câmara, a matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A universidade terá autonomia para definir como será o reconhecimento da empresa júnior, mas o regulamento deverá ser elaborado com representantes das empresas. Conforme dados da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, são 1,2 mil empresas desse tipo no Brasil, o que coloca o País em destaque no cenário internacional.

16 de junho

Fundo da Educação Básica poderá ser permanente



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 15/2015, da Deputada Raquel Muniz (PSC-MG), transfere o dispositivo que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para o corpo permanente da Constituição Federal. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

O Fundeb, criado para vigorar até 2020, torna-se um instrumento permanente de financiamento da educação pública. A proposta determina que o fundo poderá receber os royalties da exploração de petróleo e gás natural.

Percentual mínimo de recursos para a Saúde



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 1/2015, do Deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), estabelece o valor mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria está tendo o mérito analisado por uma Comissão Especial.

Estabelece uma regra de transição de cinco anos até que o percentual de 18,7% seja atingido - 15% da Receita Corrente Líquida no ano seguinte à promulgação da emenda constitucional derivada da PEC, 16% no segundo ano, 17% no terceiro, 18% no quarto e 18,7% a partir do quinto. O montante executado não poderá ser destinado a pagamento de pessoal e encargos sociais.

Cela especial para presas com bebês de até seis meses



O Projeto de Lei Nº 2.608/2007, do Deputado Pepe Vargas (PT-RS), estabelece a transferência da gestante presa à unidade hospitalar para atendimento médico quatro semanas antes do parto e assegura cela especial para a mãe e o recém-nascido até que este complete seis meses. O parecer favorável do relator, Deputado Hiran Gonçalves (PMN-RR), foi aprovado com complementação de voto. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

As regras da ONU procuram caminhos férteis para o aprimoramento humano do preso, em condições de fortalecer o alicerce da reconstrução pessoal para merecer o respeito e a confiança dos cidadãos no convívio social, preservando o interesse coletivo de segurança ante o resguardo das garantias e dos direitos individuais.

Criação de cargos para o Tribunal Superior Eleitoral



O Projeto de Lei Nº 7.889/2014, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cria 534 cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas naquela Corte. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.250/2016

Serão abertos 100 novos postos para analistas judiciários e 8 para técnicos judiciários; 44 em comissão e 382 funções comissionadas. As vagas são justificadas pelo aumento das demandas processual e de serviços relacionados à Justiça Eleitoral, independentemente de ser ano eleitoral ou não. O número de processos recebidos pelo tribunal tem aumentado, mas o órgão mantém desde 2006 o mesmo quantitativo de pessoal.

16 de Novembro: Dia Nacional da Amazônia Azul



O Projeto de Lei Nº 7.903/2014, do Senado Federal (PLS 30/2014), institui o Dia Nacional da Amazônia Azul a ser comemorado anualmente no dia 16 de novembro. O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. Como passou por mudanças, voltou a ser analisada pelo Senado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.187/2015.

Divulgará a importância dos oceanos e estimulará e fortalecerá a mentalidade marítima em toda a sociedade brasileira, contar sua história, realçar a importância social e econômica dos mares para o desenvolvimento do país. A data comemora a demarcação, pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, denominado pela Marinha como Amazônia Azul.

Orlândia (SP) pode receber o título de Capital Nacional do Futsal



O Projeto de Lei Nº 3.210/2012, do Deputado Pr Marco Feliciano (PSC-SP), confere ao Município de Orlândia (SP) o título de “Capital Nacional do Futsal”. O parecer favorável do relator, Deputado João Campos (PSDB-GO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Orlândia é a capital do futsal paulista e foi a capital nacional da modalidade durante a 38ª Taça Brasil de Clubes realizada em 2011 com os 10 principais clubes do Brasil. Situada próxima a importantes centros urbanos como Ribeirão Preto, Franca, Sertãozinho e Barretos, fica a 362 km da capital e tem população estimada em aproximadamente 37.422 habitantes. Conta com um time de futsal com notável desempenho ao longo dos anos.

Joinville (SC) pode receber o título de Capital Nacional da Dança



O Projeto de Lei Nº 615/2011, do Deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), confere à Joinville (SC) o título de “Capital Nacional da Dança”. O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Joinville é o município mais populoso de Santa Catarina, é o pólo econômico e tecnológico do estado. O título deve-se à realização do Festival de Dança de Joinville que acontece anualmente e é considerado pelo Guinness Book, desde 2005, maior festival de dança do mundo, além de ser o mais amplo painel da dança no Brasil. O Instituto Festival de Dança de Joinville, que organiza o evento, recebeu a ordem do Mérito Cultural da presidente da República, Dilma Rousseff.

Dia 17 de junho

Prazo para envio de ata de Convenção Partidária à Justiça



O Projeto de Lei Nº 6.180/2013, do Senado Federal (PLS 281/2013), obriga os partidos políticos a entregar a ata com decisões sobre candidaturas e coligações à Justiça Eleitoral em até 24 horas. O PL 4.162/2012 tramita apensado à matéria. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A proposta acrescenta prazo para entrega à Justiça e determina que, se o partido descumprir as obrigações, as decisões poderão ser anuladas. A Lei Eleitoral (9.504/97) já obriga a publicação da ata nos meios de comunicação em até 24 horas após a realização da convenção. A intenção do texto é evitar manobras políticas que possam distorcer o resultado das convenções.

Limite de responsabilidade solidária para locadores de veículos



O Projeto de Lei Nº 4.457/2012, do Senado Federal (PLS 405/2009), deixa explícito no Código Civil (Lei 10.406/2002) que somente há responsabilidade solidária do locador com o locatário no caso de dano causado com o bem alugado, se o locador agir com dolo ou culpa. O parecer favorável do relator, Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), foi aprovado. A matéria foi vetada pela Presidência da República e o veto foi mantido integralmente pelo Congresso Nacional.

A proposta reverteria a súmula (492/69) do Supremo Tribunal Federal (STF) que considera locadores responsáveis solidariamente em todos os casos. Na avaliação do relator, o entendimento do STF é uma distorção, já que a legislação mudou e a súmula continuou valendo.

Incentivos para pecuária intensiva e produção orgânica



O Projeto de Lei Nº 4.362/2008, do Senado Federal (PLS 474/2007), permite a concessão de incentivos especiais pelo Poder Público aos produtores rurais que troquem a pecuária extensiva pela intensiva e que estimulem o sistema orgânico de produção. Altera a Lei de Política Agrícola (Lei 8.171/1991). O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.158/2015.

A pecuária extensiva utiliza grandes áreas de terra, com rebanho solto. Já o sistema intensivo usa pastagens plantadas e adubadas. O objetivo é promover ganhos de eficiência, com aumento da produção de alimentos, da produção por unidade de área, da precocidade e da qualidade dos produtos.

Afastamento imediato de agente público que for preso



O Projeto de Lei Nº 2.859/2011, do Deputado Rubens Bueno (PPS-PR), estabelece o afastamento imediato de funcionário público em caso de prisão em flagrante, preventiva ou temporária. A matéria modificaria o Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689/1941). O parecer pela rejeição do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A proposta fere o preceito da presunção de inocência e a dignidade humana ao presumir, antes do fim do processo, a culpa ou a possibilidade de que o agente atrapalhe as investigações e, por isso, foi considerada inconstitucional. O juiz pode determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo quando a medida for necessária para as investigações.

Regras para proteção especial de marcas de renome



O Projeto de Lei Nº 4.890/2009, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), permite ao detentor de uma marca industrial pedir, a qualquer tempo, ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o reconhecimento do “alto renome” de sua marca registrada – título que lhe garante proteção especial. Altera a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996). O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta pretende inibir a ação de terceiro que tenta registrar a marca sem nem mesmo semelhança ou afinidade com aquela que goza de poder distintivo incontestável. Estabelece prazo de vigência para o reconhecimento do alto renome idêntico ao do registro original da marca.

Publicidade oficial obrigatória em jornais de bairro



O Projeto de Lei Nº 4.961/2009, do Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), obriga órgãos públicos da administração direta e indireta da União a reservarem pelo menos 10% da verba de publicidade para jornais alternativos de bairro ou regionais que tenham tiragem mínima de 5 mil exemplares. O parecer favorável do relator, Deputado Bruno Covas (PSDB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda deliberação de Recurso pela Mesa para ser submetido à apreciação do Plenário antes de ser apreciado pelo Senado Federal.

Os veículos interessados em divulgar esse tipo de publicidade deverão se credenciar junto aos órgãos públicos. O objetivo é facilitar o acesso da população à publicidade oficial, já que a maioria dos cidadãos não lê os jornais oficiais.

Novos financiamentos para agricultores endividados



O Projeto de Lei Nº 6.263/2009, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), reabre a possibilidade de novos financiamentos a agricultores que ainda estão renegociando dívidas relativas a determinadas operações de investimento, mesmo antes do quitá-las. Altera a Lei 11.775/2008. O parecer favorável do relator, Deputado Espiridião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Trata-se de dívidas relativas a financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste de Centro-Oeste. Sem novos investimentos, os agricultores ficam impedidos de modernizar atividades, fundamentais para que se mantenham competitivos.

Proibida cobrança de roaming na área atendida pela empresa telefônica



O Projeto de Lei Nº 275/2011, do Deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), proíbe a cobrança, pelas operadoras de telefonia celular, da tarifa adicional de deslocamento (roaming) quando o cliente fizer ou receber ligação fora da sua área de origem, mas em região atendida pelo mesmo grupo econômico da operadora. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta aprovada sujeita os infratores às penalidades da Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9472/1997) - que incluem advertência, multa, suspensão temporária e extinção da concessão -, sem prejuízo de outras previstas na legislação em vigor.

Dia Nacional da Ação de Graça e Oração



O Projeto de Lei Nº 881/2011, do Deputado Pr Marco Feliciano (PSC-SP), muda a denominação do Dia Nacional de Ação de Graças, acrescentando a expressão “e da Oração”, a ser comemorado anualmente em toda quarta quinta-feira do mês de novembro. O parecer favorável do relator, Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Atualmente, o Dia Nacional de Ação de Graças já é comemorado nessa data, segundo a Lei 781/1949. A única mudança, portanto, é o acréscimo do termo “da oração”. Pela proposta aprovada, o novo “Dia Nacional de Ação de Graças e da Oração” deve simbolizar para todos a aspiração mais elevada ao bem supremo, como formação de ideias de existir em função do bem comum.

18 de junho

Permissão para cobrança de pós-graduação em universidade pública



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 395/2014, do Deputado Alex Canziani (PTB-PR), possibilita a cobrança de cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrado profissional em universidades públicas. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria teve o mérito analisado por uma Comissão Especial e aguarda apreciação, em dois turnos, pelo Plenário.

A proposta que teve a admissibilidade aprovada altera o artigo da Constituição que atualmente prevê a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais de educação básica e superior. Pelo texto, as universidades terão autonomia para ofertar cursos pagos de extensão, pós-graduação *latu sensu* e mestrados profissionais.

Piso salarial para radialistas estipulado em acordo coletivo de trabalho



O Projeto de Lei Nº 3.982/2012, do Deputado André Moura (PSC-SE), assegura aos profissionais radialistas piso salarial anual, estipulado em convenção ou acordo coletivo de trabalho. O parecer favorável do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A ausência de uma legislação que fixe o piso nacional dos radialistas faz com que a categoria seja desprivilegiada com as disparidades dos pisos salariais propostos pelo patronato em negociação com os sindicatos de cada Estado. Esse configura um dos principais entraves que os profissionais radialistas têm atualmente em prol da categoria, ou seja, as dificuldades estão nas divergências dos números nos diferente locais do país.

Prazo maior para complementação de taxa de recurso em juizado especial



O Projeto de Lei Nº 265/2015, do Deputado Eli Corrêa Filho (DEM-SP), concede prazo maior para a complementação do pagamento de taxa na interposição de recurso em processos nos juizados especiais cíveis e criminais. Altera a Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995). O parecer favorável do relator, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado e a matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O prazo passa a ser de cinco dias. Quem faz o recurso deve ser intimado a responder e só após isso o recurso poderá ser anulado se não tiverem sido pagas todas as contas. Essa parte do processo, mudou com o tempo, mas a lei dos juizados especiais (Lei 9.099/1995) não foi modificada até agora.

23 de junho

Reintegração de servidores de entidades extintas durante o Governo Collor



O Projeto de Lei Nº 3.846/2008, do ex-Deputado Acélio Casagrande (SC), permite a reintegração ao serviço público federal de ex-servidores que trabalhavam em entidades da administração indireta da União extintas durante o Governo Collor. O parecer favorável do relator, Deputado Laerte Bessa (PR-DF), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Amplia os beneficiados pela Lei da Anistia dos Servidores Públicos (8.878/1994), que permitiu o retorno ao serviço de funcionários demitidos durante o governo Collor apenas nas situações em que as atividades do órgão ou entidade foram transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão da administração pública federal, ou que estivessem em curso de transferência ou absorção.

Destinação de 2% dos impostos para Cultura



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 421/2014, da Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), estabelece percentual mínimo de recursos públicos a serem aplicados na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), foi aprovado.



Pela proposta, caberá à União aplicar 2% do que arrecadar em impostos. Já os Estados e o Distrito Federal

deverão investir 1,5% da arrecadação dos impostos e das receitas oriundas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e os Municípios, 1% dos tributos e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



A PEC determina que o mínimo de recursos a serem aplicados pelo governo federal será aumentado gradualmente durante os três primeiros exercícios financeiros após a promulgação da emenda constitucional resultante da PEC. No primeiro ano, seria destinado 0,5%; no segundo, 1%; e no terceiro, 1,5%. No caso de estados, municípios e do DF, também deverá haver um escalonamento,



nos cinco primeiros exercícios financeiros, até que se alcance o índice estabelecido, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quarto por ano.



Conforme a proposta, os recursos da União destinados à promoção cultural deverão ser distribuídos na seguinte proporção: 30% para os municípios e 20% para os estados e o DF. Também haverá um aumento gradual até que esses números sejam atingidos: 15% para os municípios e 10% para os estados e o DF no segundo ano; e 22% para os municípios e 15,5% para os estados e o DF no terceiro ano.



A proposição tramita apensada à PEC 150/2003, que vincula recursos para a Cultura e já foi aprovada em comissão especial, mas ainda não foi votada pelo Plenário. A PEC precisará ser votada em dois turnos no Plenário da Câmara. Se aprovada, seguirá para o Senado.

Tramitação

Nesta legislatura, a PEC 421/2014 foi desarquivada pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados no dia 6 de fevereiro. Chegou à CCJC no dia 12 de março, quando o Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA) foi designado relator. O primeiro parecer – pela admissibilidade, com emenda – foi apresentado dia 19 de março e devolvido ao relator no dia 1º de abril.



No dia 16 de abril, Deputado Rubens Pereira Júnior apresentou o seu segundo parecer, também pela admissibilidade, proferido no dia 13 de maio. Os Deputados Ale-

xandre Leite (DEM-SP) e Antonio Bulhões (PRB-SP) pediram vistas da matéria até 19 de maio.



No dia 27 de maio, a matéria foi discutida pelos Deputados Ronaldo Fonseca (PROS-DF) e Marcos Rogério (PDT-RO), que requereu o adiamento da votação por cinco sessões. Findo o prazo, no dia 23 de maio a Deputada Erika Kokay (PT-DF) foi designada relatora substituta e apresentou o parecer pela admissibilidade da PEC, que foi aprovado.



Agora a PEC terá o mérito analisado por uma comissão especial.

24 de junho

Atendimento do SUS em todas as áreas da Saúde



O Projeto de Lei Nº 3.077/2000, do Deputado Ricardo Ferraço (PSDB-ES), explicita em lei a obrigação de o Sistema Único de Saúde (SUS) oferecer atendimento em todas as áreas da saúde legalmente reconhecidas em suas ações de assistência e prevenção, como nutrição, odontologia e fisioterapia. O parecer favorável do relator, Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

No Senado, recebeu Substitutivo e retornou para a análise dos Deputados. A matéria reconhece como profissionais de saúde de nível superior, entre outros, Assistentes Sociais, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Veterinários, Nutricionistas, Odontólogos, Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais.

Ajuste na lei do serviço voluntário para incluir assistência à pessoa



O Projeto de Lei Nº 3.984/2000, do Senado Federal (PLS 12/2000), insere a assistência à pessoa no rol das atividades de entidades públicas ou instituições privadas sem fins lucrativos em que é admitida a prestação desse serviço. Altera a Lei do Serviço Voluntário (Lei 9.608/1998). O parecer favorável do relator, Deputado Jutahy Junior (PSDB-BA), foi aprovado. Por ter havido alteração na Câmara, a proposta aguarda apreciação do Senado.

O trabalho voluntário valoriza a cidadania. Atualmente, a Lei do Voluntariado considera serviço voluntário a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública ou a instituição privada sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

25 de Março: Dia Nacional do Oficial de Justiça



O Projeto de Lei Nº 3.695/2012, do Senado Federal (PLS 26/2010), institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça a ser celebrado no dia 25 de março. O parecer favorável do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.157/2015.

A nova lei homenageia uma classe profissional que desempenha atividade imprescindível para a prestação jurisdicional, ao conduzir a decisão judicial do campo teórico para o prático. O Oficial de Justiça atua, via de regra, longe das dependências dos Foros, visita todas as camadas da sociedade tornando-se testemunha ocular de conflitos e estabelece relações sociais nas diligências, além de atuar como orientadores e terem de desenvolver habilidades que os aproximem das pessoas.

Autorização para novo prazo a demitidos no Governo Collor



O Projeto de Lei Nº 4.786/2012, do Senado Federal (PLS 82/2012), autoriza o Poder Executivo a reabrir por 180 dias o prazo para que funcionários demitidos durante a reforma administrativa promovida pelo governo Collor e anistiados pela Lei 8.878/1994 requeiram sua readmissão. O parecer favorável do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria foi totalmente vetada pela Presidência da República. O veto foi mantido pelo Congresso Nacional.

A lei permitiu o retorno de demitidos entre 1990 e 1992. O texto vetado estenderia a possibilidade de concessão de anistia aos empregados demitidos após essa data, desde que tivessem desempenhado suas funções no processo de liquidação ou de dissolução de empresas públicas.

25 de junho

Sociedade para avaliar empréstimo de microempresas



O Projeto de Lei Complementar Nº 106/2011, do Deputado Esperidião Amin (PP-SC), autoriza a constituição de sociedade de garantia solidária (SGS) para as microempresas com a finalidade exclusiva de conceder garantia a seus sócios participantes em empréstimos. O parecer favorável do relator, Deputado Rossoni (PSDB-PR), foi aprovado. A proposição também foi aprovada pelo Plenário e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O texto aprovado é uma emenda substitutiva que inclui novo capítulo no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06) e prevê a constituição de SGS sob a forma de sociedade por ações para a concessão de garantia a seus sócios participantes que serão, preferencialmente, microempresas e empresas de pequeno porte.

Criação de cargos de analista judiciário no TST



O Projeto de Lei Nº 7.902/2014, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria 270 cargos de analista judiciário, área judiciária, e 54 cargos em comissão de assessor de ministro, nível CJ-3, no quadro de pessoal do órgão. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Extingue cargos efetivos de técnico judiciário, de várias áreas, e cargos de auxiliar judiciário, à medida que se tornarem vagos. As contratações se justificam pelo aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional 45, de 2004, que ampliou a composição do TST e reformatou suas decisões.

Regulamentação da profissão de design de interiores



O Projeto de Lei Nº 4.692/2012, do Deputado Ricardo Izar (PSD-SP), regulamenta a profissão de designer de interiores. Assegura o exercício profissional aos portadores de diploma de curso superior na área, que responde pelos nomes de composição de interior ou design de ambientes, e também aos formados em arquitetura e urbanismo. O parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O profissional planeja e projeta espaços internos para conforto, estética, saúde e bem-estar. Hoje, 80 mil profissionais atuam no mercado, 80% deles mulheres. A atividade possui classificação própria atribuída pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

30 de junho

Obrigatoriedade em lei de teste de impacto em veículos



O Projeto de Lei Nº 2.976/2011, do Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), torna lei a exigência de que todo modelo de veículo automotor fabricado ou montado no Brasil, exceto máquinas agrícolas e tratores, seja submetido a teste de impacto (crash test). Essa avaliação serve para verificar a resistência de carros, caminhões e congêneres contra colisões, a fim de garantir a proteção aos passageiros. O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Esses testes são exigidos desde 1973 pelo Contran. Mas o Brasil não os exige para veículos pesados acima de 3,5 toneladas e para aqueles motorizados de duas rodas, que obedecem ao conceito de segurança ativa.

Criação de cargos para a Administração Pública Federal



O Projeto de Lei Nº 6.244/2013, do Poder Executivo, cria 11 mil cargos na administração pública federal e aguarda apreciação pelo Senado Federal. O parecer favorável da relatora, Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

Cria cargos para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Ministério da Educação, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O provimento dos novos cargos será realizado de forma gradual, já a partir de 2015. O impacto anual da medida está estimado em, aproximadamente, R\$ 958 milhões.

11:13





Julho





1º de julho

Aumento de repasse de verba para Fundo de Participação dos Municípios



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 6/2015, do Deputado Odelmo Leão (PP-MG), aumenta as transferências da União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), incluindo na base de cálculo do fundo 20% da arrecadação da Cofins e da CSLL. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

O percentual de 20% será alcançado em quatro anos, na razão de 5% por ano, cumulativamente, e os Municípios devem aplicar os recursos exclusivamente em ações de saúde e de assistência social. A proposta pretende ampliar, a partir da discussão do que já foi retirado dos Municípios, o debate sobre o pacto federativo.

Criminalização de bloqueio de celular com aparelho



O Projeto de Lei Nº 7.925/2014, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), tipifica no Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848/1940) o crime de comercialização e uso de bloqueador de celulares de alta potência, conhecidos como “jammers”. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

O “jammer” é usado, geralmente, por quadrilhas especializadas em roubos de carga. Pelo texto, constitui crime importar, exportar, fabricar, adquirir, vender ou expor à venda, oferecer ou ter em depósito o equipamento sem a autorização do órgão competente. Há uma ressalva para permitir o uso de tais aparelhos quando permitido pela autoridade competente.

2 de julho

Uso de créditos de celular pré-pago sem limite de prazo



O Projeto de Lei Nº 7.415/2002, do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), permite ao usuário de telefone celular pré-pago utilizar os créditos adquiridos sem limite de prazo. O parecer favorável do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.

Os créditos vendidos pela prestadora do serviço não terão prazo de validade e deverão manter o mesmo poder de compra da data da aquisição e o usuário deve fazer uma recarga de créditos 90 dias após utilização total do saldo, sob pena de perder a linha. Resolução da Anatel permite às prestadoras do serviço oferecer créditos com qualquer prazo de validade, desde que disponibilize uma opção com validade de 90 dias e de 180 dias.

Regulamentação da equoterapia na reabilitação de pessoas com deficiência



O Projeto de Lei Nº 4.761/2012, do Senado Federal (PLS 264/2010), regulamenta a prática da equoterapia como método de reabilitação da pessoa com deficiência. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado e recomendou um novo texto para corrigir imperfeições ligadas à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto original. Como o texto sofreu mudanças na Câmara, retornará para análise do Senado Federal.

A equoterapia é um sistema terapêutico e educacional de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, e deverá ser orientado por equipe formada por médico, veterinário, psicólogo, fisioterapeuta e profissional de equitação.

Teste auditivo e oftalmológico obrigatório em estudantes



O Projeto de Lei Nº 786/2007, do Deputado Jorge Tadeu Mudalen (SP), obriga o Poder Público a oferecer testes auditivos e oftalmológicos às crianças quando ingressarem no ensino fundamental – o que ocorre aos seis anos de idade. O parecer favorável do relator, Deputado Alexandre Leite (DEM-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

O texto aprovado determina que o Ministério da Saúde deverá firmar convênios com Estados e Municípios para financiar esses exames auditivos e oftalmológicos nas escolas. A proposta prevê ainda que o aluno poderá fazer o exame com profissional de sua escolha. A proposição pretende também contemplar cuidados com a audição e a visão das crianças e melhorar o rendimento dos alunos.

Inclusão de rodovia no Plano Nacional de Viação



O Projeto de Lei Nº 6.280/2009, do Deputado Giacobbo (PR-PR), inclui no Plano Nacional de Viação (Lei 5.917/1973) o trecho rodoviário entre a fronteira do Brasil com a Argentina e a BR-163, incluindo a ponte sobre o Rio Santo Antônio, em Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná. Com a medida, o referido trecho passa a ser responsabilidade do governo federal. O parecer favorável do relator, Deputado Luciano Ducci (PSB-PR), foi aprovado. A matéria foi arquivada pelo Senado Federal.

A cidade paranaense de Santo Antônio do Sudoeste desenvolveu-se às margens do rio Santo Antônio, que separa o Brasil da Argentina, em região que é hoje polo industrial de confecção de roupas e apresenta economia crescente baseada na pecuária leiteira e na agricultura.

Permissão para motorista dirigir trator com CNH categoria “B”



O Projeto de Lei Nº 2.828/2011, do Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), autoriza condutores de trator a dirigir com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria “B”, desde que também detenham certificado de curso de formação profissional na área. O parecer favorável do relator, Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

A proposta abrange também motoristas de outros veículos destinados à movimentação de cargas ou à execução de trabalho agrícola. Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Lei 9.503/1997) obriga esses profissionais a terem carteira de motorista da categoria “C”, destinada a condutores de veículos utilizados em transporte de carga com peso bruto total que exceda a 3,5 mil kg.

Limite para alertas de cobrança de telefônicas a clientes



O Projeto de Lei Nº 2.887/2011, do Deputado Dimas Fabiano (PP-MG), proíbe operadoras tanto de telefonia móvel quanto fixa de enviar ao assinante mais de uma mensagem por dia – de texto ou de voz – para alertá-lo da existência de conta não paga. O parecer favorável ao substitutivo do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Será admitido o envio moderado de mensagem. Um novo aviso só poderá ocorrer após 72 horas da primeira notificação. O descumprimento resultará em multa de até 100% do valor do débito não pago para cada mensagem enviada em descumprimento ao limite estabelecido, sendo cobrado em dobro em caso de reincidência.

Nomeada engenheiro Isaac Bennesby a BR-425, em Rondônia



O Projeto de Lei Nº 3.648/2012, da Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO), denomina Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby a BR-425, entre o distrito de Abunã e a cidade de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria foi transformada em na Lei Ordinária 13.231/2015.

Com cerca de 151 quilômetros de extensão, a BR-425 começa em Porto Velho (RR) e termina na fronteira do Brasil com a Bolívia. A escolha do nome decorre do trabalho do engenheiro Isaac Bennesby, então prefeito de Guajará-Mirim, que deu início a pavimentação da rodovia. Nascido em 1945, o homenageado foi diretor do DER-RO e deputado estadual.

7 de julho

Curatela compartilhada para pessoas com deficiência



O Projeto de Lei Nº 1.163/2015, do Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), inclui no Código Civil (Lei 10.406/2002) a possibilidade de curatela compartilhada para pessoas maiores de 18 anos com deficiência física grave ou deficiência mental. O parecer favorável ao substitutivo da relatora, Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Senado Federal.

A curatela compartilhada seguirá as regras da guarda compartilhada. Os curadores dividirão a responsabilidade pelos cuidados com o maior de idade, sempre atentando ao melhor interesse do curatelado. Tanto o Código Civil quanto o Código de Processo Civil conferem poderes para somente uma pessoa zelar e cuidar do incapaz.

Instrumento para coibir invasão de propriedades rurais



O Projeto de Lei Nº 6.480/2009, do ex-Deputado Moreira Mendes (PPS-RO), busca coibir a invasão de imóveis rurais. O texto equipara a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários do programa de reforma agrária ao crime de falsificação de documento público. O parecer favorável ao substitutivo do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

A proposta altera o Código Penal (Decreto-lei 2.848/40) e a Lei da Reforma Agrária (8.629/93). Criminaliza a modificação fraudulenta do cadastro da reforma agrária com pena de dois a seis anos e multa e imputa criminalmente quem descumprir as proibições relativas à desapropriação de imóveis invadidos.

Atendimento de psicologia e serviço social nas escolas públicas



O Projeto de Lei Nº 3.688/2000, do ex-Deputado José Carlos Elias (ES), garante atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica. O parecer favorável do relator, Deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.

Pela proposta, esses profissionais atenderão estudantes dos ensinos fundamental e médio, para melhorar o processo de aprendizagem e as relações entre alunos, professores e a comunidade escolar. Estabelece ainda que, quando houver necessidade, os alunos deverão ser atendidos em parceria com profissionais do SUS. Os sistemas de ensino, de saúde e de assistência social terão um ano após a publicação da lei para cumprir as novas regras.

Fim da prisão disciplinar para PM e Bombeiro Militar



O Projeto de Lei Nº 7.645/2014, dos Deputados Subtenente Gonzaga (PDT-MG) e Jorginho Mello (PR-SC), extingue a pena de prisão como forma de punir faltas disciplinares cometidas por policiais e bombeiros militares. Altera o Decreto-Lei 667/1969. O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria também foi aprovada pelo Plenário da Câmara e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O texto aprovado também proíbe o uso de medidas restritivas de liberdade, como a prisão preventiva ou temporária, para punir militares envolvidos em faltas disciplinares. Cria o Conselho de Ética e Disciplina Militar para bombeiros e PMs e prevê que os citados em processos disciplinares tenham direito ao contraditório e à ampla defesa.

Verba maior para capacitação de engenheiros e agrônomos



O Projeto de Lei Nº 5.253/2013, do Senado Federal (PLS 31/2012), autoriza os conselhos federal e regionais de Engenharia e Agronomia (Confea e Creas) a destinar parte de sua renda líquida à capacitação dos filiados. O parecer favorável da relatora, Deputada Tia Eron (PTB-BA), foi aprovado. A matéria sofreu veto integral da Presidência da República. O Congresso Nacional manteve o veto na íntegra.

Pela Lei 5.194/66, apenas recursos de multas podem ser destinados ao aperfeiçoamento profissional. Os conselhos têm receitas de anuidades e da emissão de carteiras profissionais. Os conselhos aplicariam parcela da arrecadação na fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas a inspeções periódicas do órgão.

8 de julho

Governo será obrigado a executar emendas coletivas ao Orçamento



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 2/2015, do Deputado Hélio Leite (DEM-PA), torna obrigatória a execução das emendas coletivas – de bancadas estaduais e de comissões permanentes – ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). O parecer pela admissibilidade da PEC do relator, Deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), foi aprovado. A matéria teve o mérito analisado por uma Comissão Especial e aguarda apreciação pelo Plenário em dois turnos.

Segundo avaliação do autor da PEC, o contingenciamento das emendas de bancada e comissões vem virando regra. Para Leite, o fato de essas emendas não serem priorizadas pelo Executivo não ocorre baseado no mérito, mas tão somente por serem programações do Legislativo.



A Comissão Especial analisou o mérito da PEC 2/2015 e aprovou o relatório final, que obriga a União a executar as emendas de bancada ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) até o limite de 1% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior. Para 2016, isso significaria, pelas últimas estimativas, R\$ 7,93 bilhões.



O texto original aprovado pela CCJC fazia referência a todas as emendas coletivas, que são de bancadas estaduais e de comissões permanentes, mas o relator da Comissão Especial, Deputado Carlos Henrique (PMB-TO), limitou a proposta às emendas de bancada. As emendas

de bancada são aquelas apresentadas por deputados e senadores de cada estado e têm como objeto ações específicas daquela unidade da Federação.



Na avaliação de Carlos Henrique, as regras para definição das emendas a serem impositivas devem ser as mesmas propostas neste ano pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016. Conforme o texto aprovado pela CMO, o governo fica obrigado a executar no ano que vem pelo menos uma emenda de cada uma das 27 bancadas estaduais, porém com limite de 0,6% da receita corrente líquida.



A aprovação da matéria vai proporcionar obras estruturantes para Estados e Municípios, porque as emendas de bancada terão de ser executadas pela União.



Orçamento impositivo

No início da 55ª Legislatura, em 2015, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 358/2013 do Senado Federal – já transformada na Emenda Constitucional 86 – que torna impositivas as emendas individuais dos parlamentares, no limite de 1,2% da receita corrente líquida. Pela emenda, metade do valor das emendas deverá ser aplicada no setor de saúde.



14 de julho

Análise de mérito de Propostas de Emendas à Constituição pela CCJC



O Projeto de Resolução Nº 191/2009, do Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atribui à CCJC o exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC). Atualmente, o colegiado analisa apenas a admissibilidade dessas proposições. O parecer favorável com complementação de voto do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.

O Regimento Interno da Câmara diz que as Comissões Permanentes podem fazer audiências públicas em conjunto com a CCJC. O texto prevê a participação das demais Comissões Permanentes com uma inovação, ao contemplar a possibilidade do membro apresentar emendas à PEC e enviar sugestões ao Relator na CCJC.

15 de julho

Rejeitada proposta que impede incorporação de gratificações em salário



O Projeto de Lei Nº 7.930/2010, da Comissão de Legislação Participativa (SUG 227/2006), impede que as gratificações por função e produtividade passem a integrar o salário para qualquer fim, salvo disposto em convenção ou acordo coletivo. O parecer contrário à matéria do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A irredutibilidade salarial é cláusula pétrea da Constituição e, portanto, o projeto é inconstitucional. Há exceção para redução do salário em caso de convenção ou acordo coletivo. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei 5.452/43) determina que as gratificações ajustadas integrem o salário, assim como comissões, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

PEC cria carreira de Procuradores de Autarquias Estaduais



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 80/2015, do Deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), cria uma carreira para os procuradores de autarquias e fundações estaduais e para os advogados concursados como analistas, consultores e assessores jurídicos dessas entidades. O parecer pela admissibilidade da PEC do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. O mérito da matéria está sendo analisado por uma Comissão Especial.

Os procuradores estaduais foram inscritos na Constituição a partir da Emenda Constitucional 19, de 1998, organizados em uma carreira semelhante ao que ocorre com a Advocacia-Geral da União. A PEC pretende deixar claro que as autarquias e fundações precisam ter procuradores específicos.

Rui Barbosa passa a integrar o rol de Herói da Pátria



O Projeto de Lei Nº 5.942/2009, do Senado Federal (PLS 108/2008), inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria. O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.162/2015.

Rui Barbosa é um dos personagens mais conhecidos da história do Brasil. Nascido na Bahia, em 5 de novembro de 1849, fixou-se no Rio de Janeiro em 1879, ao ser eleito para a Assembleia Legislativa da Corte Imperial. Ganhou prestígio como orador, jurista e jornalista defensor das liberdades civis e foi por três vezes candidato à Presidência da República. Também foi ministro da Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca e senador. É considerado patrono do Senado Federal.

Agosto



4 de agosto

Menos tempo de fala e maior número de oradores em Comissões



O Projeto de Resolução Nº 40/2015, do Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), corta o tempo dos discursos dos deputados durante as discussões nas comissões, mas aumenta o número mínimo de debatedores necessários para a apresentação de requerimento de encerramento de discussão. O parecer favorável do relator, Deputado Índio da Costa (PSD-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda parecer do relator na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para ser submetido à apreciação pelo Plenário.

Podem falar por até 15 minutos o autor do projeto, o relator, os integrantes do colegiado e os líderes. Os demais deputados podem discutir por até 10 minutos. O projeto corta o tempo do primeiro grupo para 10 minutos improrrogável e destina 5 minutos para os demais Deputados.

Pena maior para crime de falsa identidade praticado pela internet



O Projeto de Lei Nº 7.758/2014, do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), prevê pena maior para o crime de falsa identidade praticado pela internet ou por qualquer outro meio eletrônico. O parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.

Pelo substitutivo aprovado, a pena para esse tipo de crime, que hoje é detenção de três meses a um ano ou multa, será aumentada de 1/6 a 1/3, se for praticado pela internet ou outro meio eletrônico. O texto original pretendia criar um novo tipo penal apenas detalhando o crime de falsa identidade já previsto no Código Penal e prevendo a mesma pena hoje existente. A proposta altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

Prioridade para escola pública receber material de informática apreendido



O Projeto de Lei Nº 181/2011, do Deputado Weliton Prado (PT-MG), dá prioridade às escolas públicas na distribuição de materiais de informática abandonados e apreendidos. A proposta beneficia escolas federais, estaduais ou municipais que manifestem interesse em receber equipamentos como monitores, teclados e impressoras, entre outros. O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Filho (PDT-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Pretende garantir que tais produtos não voltem ao circuito comercial e evitar que atrapalhem as vendas dos comerciantes do ramo, além de atender às necessidades das escolas públicas, que em geral dispõem de poucos computadores para muitos alunos.

Separação de presos de acordo com a gravidade do crime



O Projeto de Lei Nº 1.216/2007, do Senado Federal (PLS 162/2007), determina a separação de presos, provisórios ou condenados, de acordo com a gravidade do delito praticado. O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.167/2015.

A nova lei determina a separação dos presos provisórios em acusados por crimes hediondos; por crimes com grave ameaça ou violência à vítima, não considerados hediondos; e por crimes diversos. Já os condenados serão divididos em: condenados por crimes hediondos; primários ou reincidentes, condenados por crimes com grave ameaça ou violência à vítima; e demais condenados por crimes diversos.

Regulamentação da profissão de protesista ortopédico



O Projeto de Lei Nº 5.635/2005, do Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico, que deve ser técnico de nível médio. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O protesista/ortesista ortopédico é o profissional que toma medidas e confecciona órteses e próteses e ainda palmilhas e calçados ortopédicos, sempre de acordo com prescrição de médico, fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional. O profissional poderá ainda instruir pacientes e cuidadores quanto aos cuidados de higiene, manutenção e uso correto de equipamentos e acompanhar e manter registro de todos os dados sobre o aparelho.

Franqueador não poderá cobrar mais por aluguel



O Projeto de Lei Nº 6080/2009, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), proíbe o franqueador de sublocar imóvel para o franqueado pelo valor superior ao da locação. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Altera a Lei das Franquias (Lei 8.955/94), considerada omissa sobre o tema, que não se aplica à espécie a lei de locações, e permite que o franqueador cobre um valor superior ao aluguel apenas se tiver realizado investimentos no imóvel comprovadamente relacionados ao negócio. A Lei do Inquilinato (8.245/91) já proíbe a sublocação de imóvel por preço mais alto que o da locação, mas a prática é comum em regime de franquias.

Pena maior para crime de roubo no interior de residência



O Projeto de Lei Nº 7.826/2014, do Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), aumenta a pena prevista para o crime de roubo de um terço até metade caso ocorra no interior de residência. O parecer favorável do relator, Deputado Felix Mendonça Júnior (DEM-PE), ao substitutivo do texto foi aprovado. A proposta modifica o Código Penal (Decreto -Lei 2.848/1940) e aguarda apreciação pelo Plenário.

A proposta avalia que a atual legislação abrange dois bens jurídicos distintos: a proteção do patrimônio contra eventual subtração e o da integridade física. Nesta perspectiva, o texto aprovado amplia o rol de circunstâncias qualificadoras para aumento de pena de um terço até a metade da pena base prevista, que é de reclusão de quatro a dez anos, e multa.

5 de agosto

Cancelamento de serviços de TV por assinatura pela internet



O Projeto de Lei Nº 5207/2013, da Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), permite o cancelamento do serviço de TV por assinatura pela internet ou por telefone. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Acrescenta dispositivo à Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado (Lei 12.485/2011). O regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sobre direitos e garantias dos consumidores dos serviços de telecomunicações (Resolução 632/14), já prevê o cancelamento automático de serviços pela internet ou por telefone. A ideia da proposta apreciada é que essa possibilidade seja garantida em uma nova legislação.

Exigência de presença de advogados para termos de ajustamento de conduta



O Projeto de Lei Nº 1.755/2011, do Deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), inclui os termos de ajustamento de conduta (TAC) no rol das atividades privativas do advogado. O parecer favorável do relator, Deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), ao substitutivo, foi aprovado. A matéria aguarda deliberação de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para ser submetido à apreciação do Plenário.

O TAC serve para resolução de conflitos ao impor sanções a quem causou danos a interesses difusos, coletivos ou individuais. A sua celebração está prevista no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) e na Lei da Ação Civil Pública (7.347/85), que são alteradas pelo projeto.

Rejeitada interferência do Executivo em seguro coletivo



O Projeto de Lei Nº 2.726/2007, do Senado Federal (PLS 574/2007), autorizaria o Poder Executivo a criar exceções à regra do Código Civil que exige o apoio de 3/4 dos segurados para modificar apólice de seguros contratados em grupo, como por afiliados de um sindicato, membros de uma associação ou empregados de uma empresa. O parecer do relator, Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), pela rejeição da matéria foi aprovado. A proposta foi arquivada.

A proposta foi considerada injurídica, pois permitiria que o Estado interferisse em uma relação privada plenamente regulamentada. O texto concederia poderes ao Estado para intervir em um ato jurídico realizado entre particulares.

Prazo mínimo para prescrição de pontos de fidelidade



O Projeto de Lei Nº 4.015/2012, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), proíbe a prescrição do direito do consumidor aos pontos acumulados em programas de fidelidade junto a qualquer fornecedor. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os pontos recebidos e acumulados pelo consumidor são originários de gastos nas relações de consumo das quais participa e, portanto, não são favor prestado por fornecedor. Em 2010, o consumidor brasileiro perdeu 101 bilhões de pontos nos programas de recompensa dos cartões de crédito. O prazo estabelecido pela proposta original, de três anos, foi baseado em estudos internacionais para reduzir o período em um ano.

Dança e teatro como disciplinas obrigatórias da educação básica



O Projeto de Lei Nº 7.032/2010, do Senado Federal (PLS 337/2006), institui, como conteúdo obrigatório – mas não exclusivo – no ensino de Artes, a Música, as Artes Plásticas e as Artes Cênicas. O parecer do relator, Deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), favorável ao substitutivo da Comissão de Educação ao texto do Senado foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O texto está de acordo com as diretrizes da Resolução 7/10 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), que especifica os componentes curriculares de acordo com as áreas de conhecimento. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996) para ampliar a obrigatoriedade do ensino de conteúdo de outras áreas artísticas.

6 de agosto

Regulamentação do turismo rural



O Projeto de Lei Nº 5.077/2009, do deputado Silvio Torres (PSDB-SP), inclui, para apuração do imposto de renda, nova atividade rural: atividades turísticas voltadas para a produção agropecuária que agregam valor a produtos e serviços do meio rural. O parecer favorável às emendas e ao substitutivo do Senado Federal do relator, Deputado Fausto Pinado (PRB-SP), foi aprovado. Altera as Leis 8.023/1990 e 5.889/1973. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.171/2015.

A proposta admite como atividade rural administrar hospedagens, fornecer alimentação e bebidas em restaurantes e hotéis, organizar e promover visitas a propriedades rurais produtivas ou históricas e a explorar o cotidiano do meio rural e de manifestações artísticas ou religiosas do campo.

11 de agosto

Reajuste do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço



O Projeto de Lei Nº 4.566/2008, da Comissão de Legislação Participativa (SUG 71/2007), reajusta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com índices maiores que os atuais, que são de 3% ao ano. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria foi apreciada pelo Plenário da Câmara e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os depósitos feitos a partir de 1º de janeiro de 2016 serão reajustados, a partir de 2019, pelo mesmo índice da poupança (TR mais 6% ao ano). De 2016 a 2018, haverá uma transição. Em 2016, parte do lucro do FGTS remunerará as novas contas individuais dos trabalhadores em montante equivalente a 4% ao ano. Em 2017, o reajuste deverá ser de 4,75%; e, em 2018, de 5,5%.

Incentivo para Município pequeno comprar maquinário



O Projeto de Lei Complementar Nº 456/2009, do Deputado Manoel Junior (PSB-PB), beneficia municípios com menos de 50 mil habitantes na compra de maquinário pesado para a realização de serviços em vias públicas. A proposta também autoriza os consórcios públicos intermunicipais. O parecer favorável do relator, Deputado Jorginho Mello (PR-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Os bancos públicos oficiais disponibilizarão linhas de crédito para esse tipo de operação. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) proíbe operações de crédito entre dois entes da Federação, exceto entre instituição financeira estatal e outro ente que não se destinem a financiar despesas correntes ou a refinarciar dívidas.

Salários de peritos da PF vinculados ao de ministros do STF



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 64/2015, do Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), vincula o salário de peritos criminais da Polícia Federal a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O parecer pela admissibilidade da relatora, Deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), foi aprovado. A PEC agora terá o mérito analisado por uma Comissão Especial a ser criada pela Mesa Diretora da Câmara.

A diferença entre as remunerações desse cargo, que compõe a carreira de Policial Federal, e outros deve ser escalonada, não podendo ser superior a 10% ou inferior a 5%. A escolha do percentual obedeceu ao equilíbrio de renumeração histórica entre os peritos e delegados da PF e outras carreiras típicas de Estado.

Inclusão de cidades turísticas no Sistema Nacional de Turismo



O Projeto de Lei Nº 3.401/2012, do Senado Federal (PLS 521/2011), inclui os municípios localizados nas regiões turísticas do Brasil no Sistema Nacional de Turismo (SNT – conjunto de órgãos responsáveis pela definição da política do setor). O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), foi aprovado. Como o texto sofreu mudanças na Câmara, a matéria retorna ao Senado Federal para apreciação.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo sai da composição do SNT para entrada dos representantes dos municípios pertencentes ao rol das regiões turísticas do País, conforme definição do Programa de Regionalização do Turismo. Modifica a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/2008).

Prazo para Governo reconhecer calamidade pública



O Projeto de Lei Nº 784/2011, do Deputado João Arruda (PMDB-PR), estabelece o prazo máximo de 48 horas para que o Governo Federal reconheça situação de emergência ou de calamidade pública em um estado, no Distrito Federal ou em um município. O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O prazo de 48 horas só começará a ser contado após a entrega de toda a documentação exigida pela Lei 12.340/2010 para o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública – como a notificação de desastre e um plano de trabalho, com ações de reconstrução das áreas atingidas. A legislação atual não prevê prazo máximo para esse reconhecimento.

Rejeitada ação para atestado de boa cidadania



O Projeto de Lei Nº 2.306/2011, do Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), instituiria a ação de legalidade de conduta e de inexistência de desrespeito à lei – uma espécie de atestado de boa cidadania. O parecer do relator, Deputado Rossoni (PSDB-PR), pela rejeição, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

O projeto previa que esse novo tipo de ação judicial poderia ser proposto por qualquer pessoa, física ou jurídica, sobre a qual pese indício ou suspeita de violação da lei, ou sobre a qual autoridade pública ou qualquer outra pessoa tenha feito questionamento ou levantado dúvida sobre a licitude da sua conduta. O tema não foi disciplinado no Código de Defesa do Consumidor, deixando o consumidor desprotegido no contrato de aquisição imobiliária.

Dom Helder Patrono dos Direitos Humanos



O Projeto de Lei Nº 7.230/2014, do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-BA), declara Dom Helder Câmara “Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos”. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado. A proposta segue agora para apreciação pelo Senado Federal.

Dom Helder foi líder católico que lutou em benefício de melhores condições de vida para os mais pobres e defendeu os direitos humanos durante o regime militar. Ele morreu em 1999 e, por ter tido o trabalho reconhecido pelo mundo, chegou a ser indicado para o prêmio Nobel da Paz em 1972. Ficou conhecido por ter se tornado um líder contra o autoritarismo e os abusos aos direitos humanos e ser referência na luta pela paz e pela justiça social. Pregava uma igreja para os pobres e a não-violência.

12 de agosto

Rejeitada redução de penas para homicídio culposo na direção de veículos



O Projeto de Lei Nº 968/2003, do Senado Federal (PLS 151/2002), alteraria o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para diminuir as penas previstas para os crimes de homicídio e lesão corporal culposos na direção de veículo automotor, de forma a equipará-las aos crimes de homicídio e lesão corporal culposos previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). O parecer do relator, Deputado Rubens Otoni (PT-GO), pela rejeição da proposta foi aprovado. A matéria será apreciada pelo Plenário.

Caso a proposta tivesse sido aprovada, as penas seriam de 1 a 3 anos, em vez de 2 a 4 anos como ocorre hoje. As penas do Código de Trânsito se aplicam a quem causa o acidente que resulta em morte ou lesão e estava embriagado ou participando de racha.

Fiscalização de concentração bancária será feita pelo CADE



O Projeto de Lei Complementar Nº 265/2007, do Senado Federal (PLS 412/2003) transfere para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a fiscalização e punições de condutas do sistema financeiro lesivas à ordem econômica e à concorrência. O parecer favorável do relator, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O Cade terá prazo de 60 dias para avaliar atos de concentração bancária (fusões, aquisições e incorporações) e também poderá investigar e punir instituições financeiras em casos de condutas lesivas ao mercado financeiro, como indícios de combinação nos valores das tarifas. O Banco Central fará a avaliação das situações de riscos à confiabilidade e à segurança do sistema financeiro.

Proibição de advogado atuar em Tribunal onde há parentes



O Projeto de Lei Nº 3.881/2000, do ex-Deputado Wilson Santos, proíbe que advogados atuem em tribunais onde haja magistrados ou promotores que sejam seus parentes de até segundo grau. O parecer favorável do relator, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O texto é uma emenda do Senado à proposta original que reduziu de terceiro para segundo grau de parentesco. O relator acrescenta que a matéria possa sofrer veto da Presidência da República. A proposição apreciada já havia sido aprovada pela Câmara em 2002, mas passou por modificações no Senado e voltou para nova apreciação. A proposta modifica o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (Lei 8.906/1994).

Empréstimo de celular a cliente que deixar aparelho em conserto



O Projeto de Lei Nº 652/2011, do Deputado Hugo Leal (PROS-RJ), garante ao consumidor o direito de receber outro telefone celular sempre que deixar seu aparelho na assistência técnica autorizada durante o prazo de garantia. O parecer favorável ao apensado do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. Restando o PL 2862/11, apensado, que aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O aparelho emprestado deve permitir, no mínimo, receber e fazer chamadas, assim como receber e enviar mensagens. O relator modificou a proposta para adequar sua linguagem ao processo legislativo. O projeto original previa a substituição imediata do celular que apresentasse defeito e considerava o celular como um produto essencial, mas não cabe à lei fazer essa classificação.

Rejeitada ampliação de causas de competência de Juizados Especiais



O Projeto de Lei Nº 824/2011, do Deputado Rubens Bueno (PPS-PR), ampliaria a atuação dos juizados especiais cíveis. Atualmente, eles são limitados a causas de no máximo 60 salários mínimos (R\$ 47,3 mil). Pelo projeto, passariam a julgar causas que envolvam valores de até 200 salários mínimos (cerca de R\$ 157,6 mil). O parecer contrário do relator, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A proposta daria mais rapidez a causas previdenciárias nos juizados especiais. Em seu parecer pela rejeição, o relator argumentou que a proposta sobrecarregaria os juizados especiais, atrasando as decisões das causas e desvirtuando o propósito inicial desses tribunais – permitir decisões mais rápidas para causas mais simples.

Mudanças na regulamentação da profissão de corretor de seguros



O Projeto de Lei Nº 4.976/2013, do Deputado Giovani Cherini (PDT-RS), atualiza a regulamentação da profissão de corretor de seguros (Lei 4.594/64), exige que corretores passem por exames anuais e prevê pagamento de corretagem mesmo quando o seguro for contratado diretamente com a seguradora. O parecer favorável do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Será exigida a aprovação do corretor em exames ou cursos promovidos pela Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg), ou por outra instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Também haverá o pagamento de corretagem quando o seguro for contratado diretamente com a seguradora.

13 de agosto

Regras para impugnação de pesquisas eleitorais



O Projeto de Lei Nº 6.179/2013, do Senado Federal (PLS 2/2013), inclui na Lei das Eleições (Lei 9.504/97) a possibilidade de o Ministério Público Eleitoral, os candidatos e os partidos ou coligações impugnarem o registro ou a divulgação de pesquisa eleitoral. O parecer favorável do relator, Deputado Sergio Souza (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Regulamenta a impugnação de pesquisas eleitorais, incluindo essas possibilidades na lei. O cartório eleitoral deverá notificar quem tiver realizado a pesquisa em até 48 horas para apresentar defesa. As normas já existem em uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O pedido de impugnação deverá ter a cópia da pesquisa e indicar os fundamentos que justificam a medida.

Rejeitada ajuda de custo para armadores durante o Defeso



O Projeto de Lei Nº 1.088/2011, do Deputado Cleber Verde (PRB-MA), concederia ajuda de custo aos armadores de pesca para a manutenção de sua embarcação de trabalho durante o período de defeso, no qual não se pode pescar porque é o período de reprodução dos peixes. O parecer vencedor, do Deputado Alessandro Molon (REDE-RJ), recomendou a rejeição da matéria por injuridicidade e foi aprovado. A matéria foi arquivada.

Na justificativa, o autor da proposta ressaltou que o fato do armador de pesca não exercer a sua atividade no período do defeso, não o isenta de ter gastos com a manutenção do barco, pagamento de funcionários, além de todos os impostos decorrentes de sua atividade no período do defeso e que deveria também receber uma ajuda de custo.

18 de agosto

Adiamento de eleições marcadas para data próxima a feriado nacional



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 125/2011, do Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), adia a realização de eleições marcadas para data próxima a um feriado nacional. O parecer do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), pela admissibilidade da PEC foi aprovada. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Se o feriado for na quinta ou sexta-feira anterior às eleições ou na segunda ou terça-feira posterior, o pleito será adiado em uma semana. Em caso de adiamento do 1º turno, o 2º turno será transferido para o domingo posterior ao previsto pela Constituição. O objetivo é evitar o questionamento da legitimidade dos resultados das eleições devido à evasão de eleitores que viajam em feriados prolongados.

Aumento de pena para exercício ilegal de medicina, odontologia e farmácia



O Projeto de Lei Nº 3.063/2008, do Deputado Edio Lopes (PMDB-RR), altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para aumentar as penas para quem exercer ilegalmente atos próprios de médicos, dentistas ou farmacêuticos. O parecer favorável do relator, Deputado João Campos (PSDB-GO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Diferencia a punição aplicada a falsos profissionais – que atuam sem autorização legal – e aos que extrapolam o limite autorizado em lei. O exercício ilegal dessas profissões, ainda que gratuitamente, sujeita o falso profissional a pena de 2 a 6 anos e multa. O Código Penal prevê pena de 6 meses a 2 anos. Quem extrapolar os limites da atuação legal, a pena é de 1 a 3 anos e multa.

Bloqueio de via pública poderá virar crime



O Projeto de Lei Nº 6.268/2009, do Deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), tipifica o crime de obstrução indevida de via pública. O parecer favorável do relator substituto, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Tem sido rotineiro o bloqueio indevido de rodovias em algumas regiões do País, praticado, sobretudo, sob o clima de manifestações de cunho social ou político. Os casos de bloqueio podem incluir, por exemplo, o depósito de mercadorias na via ou uma manifestação política que impeça o tráfego de veículos. Altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), que prevê a aplicação de sanções administrativas para quem obstruir via pública. A pena para quem bloquear será detenção de 1 a 2 anos e multa.

Exigência do Hino Nacional em todo evento esportivo



O Projeto de Lei Nº 2.387/2011, do Senado Federal (PLS 517/2009), obriga as entidades integrantes do Sistema Nacional de Desporto a executar o Hino Nacional na abertura de todas as competições esportivas nacionais. O parecer favorável ao substitutivo do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. Como sofreu mudanças na Câmara, a matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O Hino será executado na íntegra e com os presentes em posição de respeito. Concursos públicos exigirão o conhecimento da letra toda. O Sistema Nacional de Desporto é formado pelos Comitês Olímpico Brasileiro e Paralímpico Brasileiro, entidades e ligas nacionais e regionais de desporto; e pela Confederação Brasileira de Clubes.

Desconto em torpedos enviados por surdos e mudos



O Projeto de Lei Nº 3.554/2012, do Senado Federal (PLS 238/2008), assegura desconto nos planos de mensagem de texto por celular para pessoas com deficiência de audição ou fala. O parecer do relator, Deputado André Fufuca (PEN-MA), foi aprovado. Como passou por mudanças na Câmara, a matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Atualmente, as operadoras já são obrigadas a oferecer esses planos especiais, mas a determinação é feita por meio de resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O projeto torna essa medida expressa em lei. A proposta pretende beneficiar pessoas com deficiência auditiva e de fala, pois o uso de mensagens de texto pode facilitar enormemente o processo de comunicação entre essa parcela da população.

Mantida a possibilidade de demissão de testemunha em processo trabalhista



O Projeto de Lei Nº 7.971/2010, do ex-Deputado Mário de Oliveira (MG), proibiria a demissão de empregado indicado como testemunha em processo trabalhista. O parecer pela rejeição do relator, Deputado Fausto Pinato (PRB-SP), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

Alteraria a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43), que estabelece apenas que as testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço em razão de depoimentos. A proposta proibiria a dispensa por um ano, a partir do depoimento em juízo da testemunha. Nesse período, o empregado só poderia ser dispensado se cometer falta grave. Na justificativa, o autor argumentou que empregados que recorrem à Justiça Trabalhista têm dificuldades para indicar testemunhas.

Ratificação de concessão de terras em fronteiras



O Projeto de Lei Nº 2.742/2003, do Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), ratifica as concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixas de fronteira, incluindo seus desmembramentos e remembramentos. O parecer favorável do relator, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), foi aprovado. Transformado na Lei Ordinária 13.178/2015

O texto aprovado revoga a legislação existente (Decreto-Lei 1.414/75 e Lei 9.871/99) e prevê a ratificação dos registros, o substitutivo detalha o processo: o requisito geral é que a área não exceda a 15 módulos fiscais. Não serão ratificados os registros imobiliários nos casos em que o domínio do imóvel esteja sendo questionado pela administração federal ou quando haja ação de desapropriação para fins de reforma agrária.

Vínculo empregatício após aposentadoria voluntária



O Projeto de Lei Nº 3.772/2000, do ex-Deputado Alceu Collares (RS), garante que a aposentadoria voluntária do empregado não implica a rescisão de seu contrato de trabalho. Ou seja: ele terá os direitos preservados se optar por seguir na relação de emprego mesmo depois de se aposentar. O parecer favorável da relatora, Deputada Cristiane Brasil (PDT-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta está em consonância com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a regra da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5452/43) em sentido contrário. A aposentadoria voluntária não terá efeito sobre o contrato de trabalho e quem seguir no emprego terá os direitos preservados.

Proibição de importar peles de cães e de gatos



O Projeto de Lei Nº 5.284/2009, do Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), proíbe a importação de pele de cães e de gatos em qualquer situação e restringe a importação de peles de animais exóticos àquelas com origem certificada. O parecer favorável do relator, Deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), foi aprovado. A proposta segue para apreciação do Senado.

Permite importar pele de animal exótico de origem certificada para fins educacionais e científicos. Foi mantida a total proibição para peles de cães e de gatos. Há denúncias de que os métodos utilizados para captura, aprisionamento e abate envolvem a prática de diversas crueldades e causam sofrimento intenso nos animais. Os EUA e a União Europeia já adotam a mesma regra.

Permitido pagamento de gorjeta via cartão de crédito



O Projeto de Lei Nº 6.787/2010, do Deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), obriga as operadoras de cartão de crédito ou débito a disponibilizar aos clientes de bares, restaurantes e hotéis fatura específica para gorjeta. O objetivo é permitir aos clientes dar gorjeta também pelo cartão de crédito. O parecer favorável do relator, Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

O autor do projeto justificou que a moeda eletrônica vem se impondo, com tendências mesmo de substituir o papel moeda. Em razão disso, seria justo facilitar a vida do cliente ao permitir a ele dar gorjeta pelo cartão. Pela proposta aprovada, as operadoras terão seis meses após a publicação da lei para se adequar à nova norma.

Licenciamento eletrônico de veículos eliminará vistoria



O Projeto de Lei Nº 1.920/2011, do Deputado Walney Rocha (PTB-RJ), institui o licenciamento eletrônico para veículos. O parecer favorável do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. A matéria altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997) e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O usuário não precisará submeter o veículo a uma vistoria, como é hoje, apenas cadastrar os dados necessários no site do Departamento de Trânsito (Detran) dos Estados e do DF. O proprietário do veículo será responsável pelas informações prestadas, mas se não estabelecem punições para quem informar dados errados. O projeto prevê que o certificado de licenciamento será enviado pelos Correios e a despesa da postagem será paga pelo proprietário.

Isonção tributária para importação de câmeras profissionais



O Projeto de Lei Nº 2.114/2011, do Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), isenta a cobrança de impostos e contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo de fotógrafos e cinegrafistas. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

De acordo com a proposta aprovada, a isenção valerá para Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); PIS/PASEP incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços; e Cofins devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior. Pela proposta, os fotógrafos e cinegrafistas só terão direito de usufruírem desta isenção tributária para compra de artigos sem similares nacionais.

Inversão do ônus da prova para facilitar defesa dos direitos do consumidor



O Projeto de Lei Nº 6.371/2013, do Deputado Eli Correa Filho (DEM-SP), estabelece que constitui um direito básico do consumidor a facilitação da defesa dos seus direitos em juízo, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil. O parecer favorável do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria modifica o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Pelo texto aprovado, a inversão do ônus da prova ocorrerá quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação do consumidor ou quando ele não tiver condições financeiras. A questão que tem mobilizado a doutrina e a jurisprudência é a relativa ao momento em que deve o juiz se pronunciar quanto à inversão do ônus da prova.

Visconde de São Leopoldo no livro Heróis da Pátria



O Projeto de Lei Nº 6.517/2013, do Deputado Giovani Cherini (PDT-RS), inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O Visconde foi ministro da Justiça do Império, em 1827, criou as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda e foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Também foi escritor, historiador, memorialista, pesquisador, magistrado. O Livro dos Heróis da Pátria homenageia brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria. Entre os nomes já inscritos no livro estão os de Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Santos Dumont.

19 de agosto

Compra de imóvel à vista para Reforma Agrária



O Projeto de Lei Nº 5.459/2009, do Senado Federal (PLS 482/2007), obriga a União a pagar em dinheiro por imóveis rurais destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária que não preencham os requisitos para a desapropriação por interesse social. O parecer favorável do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), foi aprovado. A matéria altera a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (Lei 8.629/1993) e aguarda apreciação pelo Plenário.

A compra ficará condicionada à existência de recursos orçamentários e o pagamento em dinheiro será estendido a compras realizadas em audiências de conciliação, decorrente de acordo judicial. Hoje, apenas as benfeitorias úteis e necessárias são indenizadas em dinheiro.

João Pedro Teixeira no rol de Heróis da Pátria



O Projeto de Lei Nº 3.700/2012, do Deputado Valmir Assunção (PT-BA), inscreve o nome de João Pedro Teixeira no Livro dos Heróis da Pátria. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

João Pedro Teixeira foi um líder camponês e fundou a primeira liga camponesa na Paraíba. Sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais no Nordeste o aproxima da história do acreano Chico Mendes, que ganhou notoriedade por batalhar em defesa do seringueiro e do meio ambiente na região amazônica. O Livro dos Heróis da Pátria homenageia brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria. Entre os nomes já inscritos no livro estão os de Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Santos Dumont.

20 de agosto

Penas maiores para crimes de trânsito que envolvam álcool



O Projeto de Lei Nº 5.512/2013, da Deputada Gorete Pereira (PR-CE), aumenta a pena para o homicídio culposo cometido por motoristas que tenham ingerido álcool ou outra substância psicoativa que gere dependência. O parecer com complementação de voto do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), pela rejeição deste e dos PL 1468/2015 e 7178/2014, apensados, e pela aprovação do substitutivo ao PL 5568/2013, foi aprovado. A proposição principal, PL 5512/12, foi arquivada. O texto aprovado segue para apreciação pelo Senado Federal.

O projeto pune crimes fatais com penas de reclusão e não mais com penas alternativas. O juiz poderá determinar a substituição da pena privativa de liberdade pelas restritivas de direito se a pena aplicada for de até quatro anos.

Regulamentação da atividade de telemarketing



O Projeto de Lei Nº 2.673/2007, dos ex-Deputado Jorge Bittar (SP) e Deputado Luiz Sérgio (RJ), regulamenta as atividades de telemarketing e teleatendimento. O parecer favorável do relator, Deputado Valmir Prascidelli (PT-SP), foi aprovado. A matéria aguarda deliberação de recurso na Mesa Diretora da Câmara para ser apreciada pelo Plenário antes de ir para análise do Senado Federal.

A jornada normal de trabalho não poderá ser superior a 6 horas, e a carga horária semanal não poderá ultrapassar 36 horas. No caso de trabalho em tempo parcial, o limite será de 4 horas, e a carga semanal de até 24 horas. Exige ainda que, a cada período de 50 minutos, haja um intervalo de 10 minutos para descanso. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43).

25 de agosto

Novas regras para nomeação de ministros do Supremo



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 55/2015, do Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), estabelece mandato de 10 anos para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), nomeados pelo presidente da República, mas aumenta o quórum para aprovação de novos integrantes pelo Senado Federal – de maioria simples para três quintos dos senadores. O parecer do relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado.

A PEC 55/2015 tramita apensada às PEC 90/15 e 95/2015, que tiveram a admissibilidade aprovadas. Modificam a indicação, os mandatos e o número de ministros do STF e serão examinadas pela comissão especial que analisa a PEC 473/01, que está em fase de votação do

parecer final. Em seguida, serão votadas pelo Plenário.

A PEC 90/15, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB-PE), institui mandato de 10 anos para os membros do STF e fixa prazos para a indicação, a aprovação do nome e a nomeação dos ministros.



A PEC 95/15, do deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), altera o atual modelo de escolha dos ministros do STF. Hoje, eles são escolhidos pelo presidente da República; pela proposta, passariam a ser escolhidos entre os Três Poderes. A PEC também fixa mandato de 12 anos, sem possibilidade de recondução.



Atualmente, os ministros do STF não têm mandato fixo. O limite de permanência no cargo é o da aposentadoria compulsória aos 75 anos, de acordo com a Emenda Constitucional 88/15, promulgada em maio de 2015.

Hoje, a escolha dos ministros é de competência exclusiva do presidente da República, mas o texto em discussão na comissão especial propõe que, dos 11 ministros, quatro continuem indicados pelo presidente da República; quatro, alternadamente, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; e três, pelo próprio Supremo Tribunal Federal.



Pelo texto, as indicações do presidente da República e do próprio Supremo serão submetidas à aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta. Já as indicações da Câmara e do Senado deverão ser submetidas à votação no Plenário de cada Casa. Serão escolhidos os que obtiverem maioria absoluta de votos, em escrutínio secreto,

entre os indicados em lista tríplice elaborada pelo Ministério Público e pela Ordem dos Advogados do Brasil, alternadamente.



A indicação do Supremo deverá ser feita a partir de lista tríplice elaborada pelos tribunais superiores, pelos tribunais regionais federais e regionais do trabalho e pelos tribunais de Justiça, alternadamente.



Pelo texto proposto, o presidente da República não pode indicar para vaga no Supremo alguém que, nos dois anos anteriores, tenha exercido mandato eletivo e ocupado os cargos de ministro de Estado, procurador-geral da

República, defensor público-geral da União e advogado-geral da União, ou ainda exercido a função de presidente de partido político.



Estabelece que os ministros do STF, no período de dois anos após o afastamento efetivo de suas funções, são inelegíveis e impedidos de exercer a advocacia.



A competência constitucional do Supremo Tribunal Federal de interpretar a Constituição e o foro especial criminal de agentes políticos dos poderes Executivo e Legislativo justificam – e até impõem – a necessidade de aperfeiçoamentos.

Parâmetros para remuneração de policiais na Constituição



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 445/2014, do Deputado Cleber Verde (PRB-MA), fixa parâmetros para a remuneração das carreiras da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal. O parecer do relator, Deputado Lincoln Portela (PR-MG), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A proposta aguarda a criação de comissão especial para ter o mérito analisado.

O subsídio nível máximo da carreira de policial federal e de Polícia Civil do DF não será inferior a 80,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A remuneração inicial dessas carreiras não poderá ser inferior a 57% da remuneração máxima. Esse parâmetro será adotado em até dois exercícios financeiros, a partir do exercício financeiro da publicação da medida.

Criação da Zona Franca do Entorno do Distrito Federal



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 46/2015, do Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), cria a Zona Franca do Entorno do Distrito Federal (ZFE-DF) com características de área de livre comércio, de importação e exportação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de 50 anos. O parecer do relator, Deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A proposta aguarda a criação de comissão especial para ter o mérito analisado.

A ZFE engloba municípios localizados a até 30 quilômetros da divisa do DF. Empreendimentos já instalados poderão usufruir dos benefícios, mas novos só receberão benefícios se não tiverem sido transferidos de outra região para lá. A área está na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Lei Complementar 94/98).

Validade nacional para identificação funcional de parlamentares



O Projeto de Lei Nº 4.502/2012, do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), transforma as carteiras de identidade de parlamentares, emitidas pela Câmara e pelo Senado, em documentos com fé pública e validade em todo o território nacional. O parecer favorável do relator, Deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Permite que os parlamentares usem o documento para votar nas eleições ou para o embarque em aeroportos. Traz a necessidade da devolução da identidade nos casos de renúncia, de perda de mandato e de afastamento para o exercício de cargos nos executivos estaduais e federal (secretário ou ministro). Altera a Lei 7.116/83, que define a validade nacional para as carteiras de identidade.

26 de agosto

Instalação de urna eletrônica para cego com fones de ouvido



O Projeto de Lei Nº 7.493/2006, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), determina a instalação de urnas eletrônicas com recurso que permita ao eleitor cego conferir seu voto em fone de ouvido. O parecer favorável do relator, Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

De acordo com o projeto aprovado, que altera a Lei Eleitoral (9.504/1997), o equipamento possibilitará o cancelamento e a repetição da votação quando verificada a ocorrência de erro pelo eleitor. Ao votar nos moldes normais, os portadores de deficiência visual não possuem uma maneira segura de conferir seu voto antes de validar, uma vez que a conferência, atualmente, se dá por visualização da tela.

Autorização de porte de arma para agentes do DETRAN



O Projeto de Lei Nº 3.624/2008, do ex-Deputado Tadeu Filippelli (DF), inclui os agentes de trânsito entre as categorias profissionais que podem portar arma de fogo em serviço. O parecer favorável do relator substituto, Deputado Danilo Forte (PSB-CE), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Condiciona o porte de arma aos Estados e Municípios regulamentarem a concessão, que também fica condicionada à formação para o porte e a exames psicológicos, o que deve ser regulamentado e supervisionado pelo Ministério da Justiça. Altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), que autoriza o porte de arma para diversas categorias, entre elas policiais, integrantes das Forças Armadas e guardas municipais e prisionais.

Dia Nacional de Combate à Sífilis Congênita



O Projeto de Lei Nº 228/2007, do Deputado Chico D'Angelo (PT-RJ), institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis Congênita, a ser celebrado no terceiro sábado do mês de outubro. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A sífilis congênita é uma doença para fetos. O diagnóstico e tratamento oportunos evitam transtornos gravíssimos como o óbito, deformidades em ossos e dentes, problemas respiratórios e pneumonias, retardo mental, surdez e lesões cutâneas graves. De fácil identificação e tratamento, o agente da doença foi detectado há mais de um século e a penicilina – que é o tratamento de escolha – está disponível há mais de quatro décadas.

27 de agosto

Garantia de direito ao voto para conscritos



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 43/2015, do Deputado Cabo Daciolo (sem partido-RJ), garante o exercício do direito ao voto dos conscritos, ou seja, libera o voto dos jovens que estejam cumprindo o serviço militar obrigatório. Eles terão direito a votar, mas não poderão ser candidatos. O parecer do relator, Deputado Índio da Costa (PSD-RJ), pela admissibilidade, foi aprovado. A matéria foi apensada à PEC 252/2013, que trata do mesmo tema, e aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Os principais direitos políticos são o direito de votar e ser votado, que constituem, respectivamente, a capacidade eleitoral ativa e a passiva. Os jovens em serviço militar não podem votar ou se candidatar.

Restrição ao uso de dinheiro público em inaugurações



O Projeto de Lei Nº 7.198/2010, do Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), restringe a utilização de recursos públicos em cerimônias de inauguração de obras. O parecer favorável do relator, Deputado André Fufuca (PEN-MA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Fica vedado o emprego de recursos públicos para custear o deslocamento, a hospedagem e a alimentação de autoridades ou de convidados presentes em eventos destinados a anunciar ou dar início a programas de governo ou que pretendam assinalar a conclusão de determinada etapa de obra, programa ou ação governamental. Proíbe o custeio de bebidas alcoólicas e comidas, a contratação de espetáculos artísticos de qualquer natureza e a distribuição de presentes ou brindes.

Especificações e pena para o crime de assédio sexual



O Projeto de Lei Nº 509/2015, do Deputado Major Olímpio Gomes (PDT-SP), estabelece que o crime de assédio sexual constitui o ato de constranger alguém para obter vantagem ou favorecimento sexual, no qual prevalece, ou não, a condição de superior hierárquico. O parecer favorável com complementação de voto do relator, Deputado Capitão Augusto (PR-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

De acordo com o texto aprovado, o crime de assédio sexual resultará em pena de seis meses a um ano; e de um a dois anos se cometido por superior hierárquico ou por quem tenha ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. A proposta dá nova redação ao art.216-A do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940).

Normas para emissão de passagens para transporte terrestre e aquaviário



O Projeto de Lei Nº 8.009/2010, do Deputado Hugo Leal (PROS-RJ), obriga as empresas de transporte terrestre e aquaviário a emitir bilhetes de passagem identificados e a arquivar os dados do passageiro até a utilização do bilhete, ou por um ano a partir da data da compra. O parecer favorável do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta aprovada altera a Lei 10.233/2001, que trata de bilhete de passagem, e busca facilitar a emissão de segunda via das passagens. De acordo com a justificativa do autor, não há na legislação brasileira obrigação legal para a emissão nominativa do bilhete de passagem rodoviária, no transporte interestadual e internacional de passageiros.

Obrigação de uso de farol baixo nas rodovias durante o dia



O Projeto de Lei Nº 5.070/2013, do Deputado Rubens Bueno (PPS-PR), torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia. Pela proposta, o descumprimento da medida será considerado infração média, punida com multa. O parecer favorável do relator, Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE), foi aprovado. A matéria aguarda a apreciação pelo Senado Federal.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) recomenda o uso de farol baixo aceso durante o dia nas rodovias, mas a recomendação é pouco respeitada e condutores envolvidos em acidentes relatam que não visualizaram o outro veículo para evitar a colisão. Altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), que obriga o motorista a usar farol baixo aceso durante o dia apenas nos túneis.

Setembro



1º de setembro

Rejeitados padrões técnicos para pesquisas eleitorais



O Projeto de Lei Nº 6.037/2013, do Deputado Jose Stédile (PSB-RS), proibiria a divulgação de sondagens ou enquetes eleitorais que não seguissem os padrões técnicos definidos pela legislação. O parecer pela rejeição do relator, Deputado Ricardo Barros (PP-PR), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A proposta rejeitada foi considerada desnecessária, pois a Lei 12.891/13 (minirreforma eleitoral), já proíbe as sondagens no período de campanha eleitoral. A Justiça Eleitoral alertou sobre potencial de manipulação na divulgação de sondagens e enquetes realizadas sem controle de amostra. Tal vedação foi, inclusive, reproduzida na Resolução nº 23.634/2011, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Autorização para exames em alunos de escolas públicas e privadas



O Projeto de Lei Nº 6.868/2010, do Senado Federal (PLS 70/2008), autoriza o Poder Público a realizar, anualmente, exames de saúde nos estudantes dos ensinos médio e fundamental, de escolas públicas e privadas. O parecer favorável do relator, Deputado Bacelar (PTN-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Os exames serão feitos em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) e deverão incluir, ao menos, avaliações de saúde bucal e nutricional e de acuidade visual e auditiva. Institui a Semana Nacional da Saúde na Escola na primeira semana de agosto. O objetivo é incentivar a comunidade escolar a debater o tema e a adotar práticas de saúde preventiva.

Federalização de julgamento de crimes sexuais contra crianças



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 439/2014, das Deputadas Liliam Sá (PROS-RJ) e Erika Kokay (PT-DF), transfere o julgamento de crimes sexuais praticados contra pessoas consideradas vulneráveis para a competência de juízes federais. O parecer da relatora, Deputada Renata Abreu (PTN-SP), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A PEC será examinada por uma comissão especial criada especialmente para essa finalidade.

A proposta foi debatida pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. O objetivo é afastar a impunidade nos crimes sexuais praticados contra vulnerável.

Cadastro para alunos superdotados ou com altas habilidades



O Projeto de Lei Nº 4.700/2012, do Senado Federal (PLS 254/2011), determina a identificação e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior. O parecer favorável do relator, Deputado Fausto Pinato (PRB-SP), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinaria 13.234/2015.

Estima-se que no Brasil existam 2,5 milhões de alunos com altas habilidades só nos ensinos fundamental e médio. Apenas 11 mil estudantes estão cadastrados no censo escolar. Os governos deverão criar um cadastro nacional desses estudantes. A alteração fará parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996).

Regulamentação da profissão de podólogo



O Projeto de Lei Nº 6.042/2005, do Deputado José Mentor (PT-SP), regulamenta a profissão de podólogo. O parecer favorável do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Estabelece as atividades de competência do podólogo, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (C.B.O.), do Ministério do Trabalho e Emprego e especifica as condições para o exercício da profissão. Assegura o exercício da atividade aos podólogos (Enfermeiro Pedicuro, Pedicuro e Técnico em Podologia) que atuem há pelo menos cinco anos com registro nos Centros de Vigilância Sanitária estaduais e do Distrito Federal.

2 de setembro

Rejeitada mudança em regras sobre as sociedades por ações



O Projeto de Lei Nº 7.655/2010, do Senado Federal (PLS 288/2007), autorizaria que o acionista, à distância, por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, comparecesse em assembleia geral de acionistas de sociedade por ações, bem como exercesse direitos, inclusive o de voto, por esse meio. O parecer pela rejeição da matéria do relator, Deputado Felipe Maia (DEM-RN), foi aprovado. A matéria alteraria a Lei sobre as Sociedades por Ações (Lei 6.404/ 1976) e foi arquivada.

Pela proposta, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentaria a medida para o caso de companhias abertas. O acionista depositaria o mandato 48 horas antes da assembleia-geral.

Presidente deverá nomear em 60 dias direção de Agências Reguladoras



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 76/2015, do Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), fixa prazo máximo de 60 dias para a escolha pelo presidente da República dos membros dos conselhos diretores e diretorias das agências reguladoras. O parecer do relator, Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A matéria aguarda criação de uma comissão especial para ter o mérito analisado.

O Brasil tem 11 agências reguladoras. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) serviu de modelo para as outras. Os diretores são apontados pelo presidente da República, às vezes por ministro, para mandato definido e sem exoneração.

Acesso à energia entre direitos sociais dos brasileiros



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 9/2015, do Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), inclui o acesso à energia entre os direitos sociais elencados na Constituição brasileira. O parecer do relator, Deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A PEC será analisada agora por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, seguirá para o Plenário,



onde precisará ser votada e aprovada em dois turnos.



Entre os direitos sociais descritos pela Constituição Federal do Brasil estão a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a moradia, a alimentação e o transporte.



Em 2000, o Congresso Nacional incluiu a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros e brasileiras. Em 2010, foi incluído no texto constitucional a alimentação. Em 2015, o transporte foi incluído como direito

social na Carta Magna. A PEC 9/2015 coloca a energia como mais um desses direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros.



Na avaliação do autor da proposta, Deputado Mário Negromonte Jr., essa é uma desigualdade que precisa ser superada, e não é possível que brasileiros ainda estejam sem esse direito. Ele afirma que milhares de brasileiros continuam sem ter fornecimento de energia elétrica em suas habitações.



A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco para a construção da cidadania no Brasil

ao determinar um estado de bem-estar social para a população brasileira. O texto se propôs a perseguir os valores de uma sociedade fraterna, pluralista, a redução das desigualdades sociais e regionais e a garantir os direitos sociais como direitos e garantias fundamentais, aos cidadãos e cidadãs brasileiros.



Os direitos sociais são aqueles que buscam a qualidade de vida dos indivíduos, são proporcionados pelo Estado e buscam equalizar situações sociais desiguais.



A partir da Carta Magna, brasileiros e brasileiras

passaram a ter garantidos vários direitos de cidadãos e cidadãs. O texto constitucional teve preocupação especial quanto aos direitos sociais ao estabelecer uma série de dispositivos que assegurassem o básico necessário para uma existência digna e com condições de trabalho e emprego ideais.



Caso a PEC 9/2015 seja aprovada pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado Federal - em dois turnos em cada Casa - , o artigo 6º da Constituição Federal, que trata dos direitos sociais, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o acesso à energia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Envolvimento de universidades na educação básica



O Projeto de Lei Nº 5.902/2009, do Senado Federal (PLS 256/2008), autorizaria a criação de Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de ensino superior. O parecer contrário do relator, Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi aprovado. Como era autorizativa, a proposta foi considerada inconstitucional. A matéria foi arquivada.

A proposta modificaria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) ao estabelecer que as instituições de ensino superior deveriam atuar pela universalização e aprimoramento da educação básica, com pesquisas e atividades que aproximassem os dois níveis escolares e atuando na formação e na capacitação de profissionais de educação.

Afixação de preço em produto vendido em frações



O Projeto de Lei Nº 2.622/2011, do Senado Federal (PLS 64/2010), obriga a afixação de preços em todo produto vendido em frações. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), foi aprovado. Transformada na Lei Ordinária 13.175/2015.

A nova lei prevê que, para a venda de produtos fracionados em pequenas quantidades, deve ser informado o preço do produto à vista e o correspondente a uma destas unidades de medida: capacidade, massa, volume, comprimento ou área. A regra não vale para a venda de medicamentos. Alterou a Lei 10.962/2004, que regulamenta a oferta e a afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

Audiência pública anual com TCU para apresentar relatório



O Projeto de Lei Nº 5.335/2013, do Senado Federal (PLS 108/2011), exige a realização de audiência anual, no Congresso, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) para a apresentação de relatório das atividades desenvolvidas pelo órgão. O parecer favorável do relator, Deputado Ricardo Barros (PP-PR), foi aprovado. Como sofreu mudanças na Câmara, o texto volta a ser apreciado pelo Senado Federal.

O relatório do TCU é enviado anualmente, mas sem que representantes do tribunal o apresentassem aos parlamentares. Deve ser apresentado em audiência pública nas comissões do Congresso até 30 dias após o início da sessão legislativa, em 2 de fevereiro.

Proibição de penhora a recursos de convênios do poder público



O Projeto de Lei Nº 1.470/2015, da Deputada Renata Abreu (PTN-SP), torna impenhoráveis os recursos públicos transferidos para instituição privada por convênio para prestação de serviços. O parecer favorável do relator, Deputado Bacelar (PTN-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A nova regra alcança qualquer tipo de parceria entre o poder público e entidades privadas. O objetivo é preservar os recursos repassados pelo Poder Público aos particulares para o exercício de atividades de interesse da coletividade. Ou seja, os valores repassados pelo Estado, por cumprirem específica função social, não podem ser objeto de execução por terceiros.

3 de setembro**Prazo de sete dias para instalação de energia elétrica**

O Projeto de Lei Nº 2.170/2007, do Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), fixa o prazo de sete dias úteis para concessionárias de serviços públicos de energia elétrica atenderem a pedidos de instalação ou reparo. O parecer favorável do relator, Deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

As prestadoras de serviços serão obrigadas a informar ao usuário, com antecedência mínima de 24 horas, o dia e o horário aproximado do atendimento. O projeto pretende proteger o consumidor dos serviços de gás e de energia elétrica, que perdem tempo e dinheiro enquanto aguardam técnicos das empresas concessionárias para executarem esses serviços.

Prioridade a pecuarista para receber pagamento de frigorífico falido

O Projeto de Lei Nº 6.576/2013, do Senado Federal (PLS 226/2011), concede privilégio especial ao pagamento das dívidas dos pecuaristas no caso de falência de frigorífico. A matéria modifica o Código Civil (Lei 10.406/2002), para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria foi Transformada na Lei Ordinária 13.176/2015.

Há fazendeiros que entregam o gado ao abate sob promessa de pagamento futuro e deveriam ter prioridade em falência. Esses credores passam por longo e incerto processo para ter a dívida quitada. A nova lei permite que possa recuperar o fruto de seu trabalho.

Mantido georreferenciamento de registro de imóvel rural



O Projeto de Lei Nº 3.027/2011, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), dispensaria o georreferenciamento para registro de imóvel rural arrematado ou cuja posse tenha sido obtida por sentença judicial. O parecer pela rejeição do relator, Deputado Padre João (PT-MG), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

O georreferenciamento realiza medições do imóvel, com vistas aéreas, de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro e parâmetros estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os limites do imóvel estabelecem segurança jurídica na delimitação da área objeto da transferência do imóvel rural e garantem ao registrador que não haverá contestação sobre o seu procedimento.

Obrigação de vender meia-entrada pela internet



O Projeto de Lei Nº 2.125/2007, do Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), obriga o fornecedor de produto ou serviço cultural a ofertar a meia-entrada sempre que utilizar a internet para realizar a venda de ingressos. O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13179/2015.

A comprovação do direito à meia-entrada se dará quando houver a entrega do ingresso. Se não comprovar, o consumidor perderá todo o valor pago. Para os organizadores do evento, o desrespeito à lei implicará sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), como multa e suspensão temporária da empresa organizadora.

Nome de viaduto homenageia voluntária paranaense



O Projeto de Lei Nº 6.221/2013, do Deputado Edmar Arruda (PSC-PR), denomina “Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção” o viaduto construído no Km 183,7 da rodovia BR-376, localizado no cruzamento com a Avenida Colombo, em Maringá (PR). O parecer favorável do relator, Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Elizete Assunção sempre foi uma pessoa muito ativa na área social, atuando como voluntária dando apoio, carinho e recursos financeiros aos mais necessitados, estava sempre visitando os doentes em hospitais e também nas casas. Ela faleceu em um acidente de avião em 2013.

Viaduto nomeado em homenagem a taxista pioneiro de Maringá (PR)



O Projeto de Lei Nº 6.226/2013, do Deputado Edmar Arruda (PSC-PR), denomina como “Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva” a construção localizada na rodovia BR-376 0-PP do Km 172,5 entre as avenidas Colombo e Sabiá, em Maringá (PR). O parecer favorável do relator, Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Manoel Revaldaves da Silva foi um pioneiro de Maringá como motorista. Foi um dos primeiros taxistas da cidade, quando havia poucos automóveis. Contribuiu muito para o desenvolvimento de Maringá e chegou a ter seis carros de taxi, nos primeiros pontos de taxi constituídos na cidade.

8 de setembro

Proibição de cobrança por serviço não prestado



O Projeto de Lei Nº 1.110/2003, do Senado Federal (PLS 79/2002), proíbe a cobrança de tarifa relativa a serviços públicos caso não tenham sido utilizados no período especificado na fatura ou abranjam períodos de suspensão do fornecimento. O parecer favorável do relator, Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), foi aprovado. Como passou por mudanças na Câmara, a matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Autoriza a tarifa referente ao custo de disponibilização dos serviços de energia elétrica, gás canalizado, água e coleta de esgoto, desde que haja contrato celebrado entre as redes de distribuição e o usuário. Já a tarifa relativa a esgotamento sanitário será cobrada a partir do momento em que haja a coleta de esgoto.

Obrigatória exibição da Bandeira Nacional em evento patrocinado



O Projeto de Lei Nº 2.120/2007, do Deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), torna obrigatória a exibição da bandeira nacional em todas as atividades, bens ou serviços resultantes de projetos desportivos, culturais, de produções audiovisuais e artísticas financiados com recursos públicos federais. O parecer favorável do relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Ficam obrigados a exibir a bandeira nacional os clubes de futebol que aderirem à Lei da Timemania (Lei 11.345/2006), legislação que define participação e adesão dos times à loteria e fixa regras para o parcelamento de débitos tributários e não-tributários.

Aplicação de normas da ABNT para brinquedos de parquinhos



O Projeto de Lei Nº 138/2011, do Deputado Weliton Prado (PT-MG), torna lei a aplicação obrigatória de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para garantir a segurança de brinquedos em parques infantis. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Estende a abrangência da norma a parques infantis em áreas coletivas, públicas ou privadas, inclusive em escolas de educação infantil e ensino fundamental. A fiscalização das exigências estabelecidas pela futura lei caberá ao órgão competente para autorizar o funcionamento das instituições de ensino e a utilização das áreas de uso coletivo, públicas e privadas.

Presença obrigatória do MP em atos de instrução criminal



O Projeto de Lei Nº 203/2011, do ex-Deputado Sandes Júnior (GO), torna obrigatória a presença do Ministério Público (MP) em todos os atos de instrução criminal, como audiências de qualificação e de interrogatório, sob pena de nulidade. O parecer favorável do relator, Deputado Nelson Marchezan Júnior (PS-DB-RS), foi aprovado. A matéria segue para o Senado.

Altera o Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689/1941). A Lei 10.792/2003 exige o defensor do réu na audiência e no interrogatório, com o MP alheio ao processo. A Lei 11.690/2008 permitiu questionar testemunhas sem o intermédio do juiz, com a presença do MP para evitar indução de perguntas.

Regulamentação da profissão de cinegrafista



O Projeto de Lei Nº 3.242/2012, do Deputado Lacerio Oliveira (PR-SE), regulamenta profissão de cinegrafista. O parecer favorável com complementação de voto do relator, Deputado Covatti Filho (PP-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O texto reforça o caráter profissional do cinegrafista, diferenciando-o daqueles que fazem filmagens de forma amadora e acabam registrando flagrantes do interesse de emissoras. De acordo com o Sindicato dos Fotógrafos e Cinegrafistas Autônomos do Distrito Federal (Sinfoc), há uma lacuna legal em relação ao exercício da profissão de cinegrafista e cobra maior reconhecimento profissional para a categoria.

Gasto com feiras de ciências entre os de desenvolvimento do ensino



O Projeto de Lei Nº 3.940/2012, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), explicita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96) que os valores investidos pelo Estado em atividades complementares para alunos e professores poderão ser classificados como “despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino”. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A Constituição determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem anualmente no mínimo 25% da receita resultante de impostos em projetos de manutenção e desenvolvimento do ensino.

9 de setembro

Regime especial para Estados, DF e Municípios quitarem precatórios



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 74/2015, dos Deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Leonardo Picciani (PMDB-RJ) e Sibá Machado (PT-AC), cria um regime especial transitório (2016-2020) para que Estados, Distrito Federal e Municípios possam quitar os débitos pendentes com precatórios, fixando limites para gastos com essa despesa. O parecer do relator, Deputado José de Andrade Maia Filho (SD-PI), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma comissão especial para ter o mérito analisado.

Cria regime especial de pagamento para os casos em mora, modificando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Punição para quem usar centro comunitário com fim eleitoral



O Projeto de Lei Complementar Nº 443/2009, do Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), pune pela legislação eleitoral quem fizer uso indevido de centro social para fins eleitorais, inclusive com cassação de registro e mandatos, e com inelegibilidade por oito anos. O parecer favorável do relator, Deputado Valmir Prascidelli (PT-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A Justiça Eleitoral busca caracterizar como abusivo explorar centros sociais com fim eleitoral. A proposta foi elaborada a partir das investigações da CPI das Milícias, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que apontou essa prática em benefício de candidatos e de partidos políticos.

Responsabilidade criminal para dirigentes de entidades esportivas



O Projeto de Lei Nº 2.832/2011, do Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), responsabiliza criminalmente os dirigentes de entidades esportivas que se apropriarem ou aplicarem créditos ou bens sociais da instituição em proveito próprio ou de terceiros. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A proposta aprovada inclui dispositivo à Lei Pelé (9.615/1998), que institui normas gerais sobre o desporto, e tem a intenção de responsabilizar penalmente os dirigentes de clubes, federações e confederações que se apropriem de bens das associações por eles administradas.

10 de setembro

Dispensa de alvará de construção para imóveis com mais de cinco anos



O Projeto de Lei Nº 7.093/2014, do Deputado Irajá Abreu (PSD-TO), dispensa, no caso de residências de um só pavimento finalizadas há mais de cinco anos, a apresentação do alvará de construção para obter a averbação do imóvel. O parecer favorável do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Acrescenta dispositivo à Lei dos Registros Públicos (6.015/73) e refere-se às casas destinadas à moradia de uma só família. O principal benefício é estabelecer um procedimento uniforme e simplificado para o processo de regularização de construções junto ao serviço de registro. Hoje, para iniciar uma obra deve-se ter projeto para expedir o alvará de construção.

15 de setembro

Regularização de recebimento do seguro-desemprego



O Projeto de Lei Nº 2.750/2015, do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), regulariza o recebimento do seguro-desemprego entre 28 de fevereiro e 16 de junho de 2015. Esse período foi o da vigência da Medida Provisória (MP) 665/14 antes de sua transformação na Lei 13.134/15, com regras mais brandas. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado.

A intenção é aplicar as regras para os que pediram o benefício durante a vigência da MP, seja para obter, majorar ou ampliar parcelas. Como a lei tem regras mais benéficas aos trabalhadores do que a MP que lhe deu origem, a ideia é conferir tratamento isonômico para todos os trabalhadores.

Gasto maior de Municípios com pessoal em saúde e educação



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 390/2014, do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), possibilita a ampliação, pelos municípios e pelo Distrito Federal, do limite de despesas com pessoal ativo nas áreas da saúde e da educação. O parecer do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), pela admissibilidade da PEC, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma comissão especial para ter o mérito analisado.

A Constituição não permite que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos estados, do DF e dos municípios exceda os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00). Para os municípios, o limite de gasto com pessoal é de 54% da receita corrente líquida (RCL).

Rejeitada proibição de transferência de lixo para outro Estado



O Projeto de Lei Nº 4.337/2012, do Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), modificaria a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), para determinar que o tratamento ou a destinação final de resíduos sólidos seria de responsabilidade da unidade da federação onde se localiza a unidade geradora dos resíduos. O parecer pela inconstitucionalidade do relator vencedor, Deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu as normas e diretrizes relativas à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive os considerados perigosos. A lei não restringe transferência de resíduos ou rejeitos de um Estado para outro.

Regulamentação para empresas criadas por universitários



O Projeto de Lei Nº 8.084/2014, do Senado Federal (PLS 437/2012), regulamenta as empresas juniores – aquelas criadas por universitários na instituição de ensino superior e voltadas para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos. O parecer favorável do relator, Deputado JHC (SD-AL), foi aprovado. Como sofreu mudanças na Câmara, a matéria aguarda nova análise pelo Senado Federal.

As empresas juniores não precisarão prestar serviços inseridos na grade curricular do curso a que estão vinculadas. A universidade terá autonomia para definir, por normas internas, como será o reconhecimento da empresa júnior, mas o regulamento deverá ser elaborado com representantes das empresas.

16 de setembro

Aposentadoria especial para fotógrafos e cinegrafistas



O Projeto de Lei Nº 6.781/2010, transformado no Projeto de Lei Complementar Nº 161/2015, do Deputado Marco Maia (PT-RS), cria condições de trabalho e aposentadoria especial para fotógrafos, repórter cinematográficos, cinematografistas, auxiliares e contratados por empresas de comunicação que, no desempenho de sua função, tenham que se deslocar com equipamentos ou mantê-los sobre os ombros. O parecer favorável do relator, Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), foi aprovado e a matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A adicional será 50% por hora ou fração, com folga semanal a cada 14 dias, desde que tenha feito ao menos um trabalho externo.

Mudança na indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 17/2011, do Deputado Rubens Bueno (PPS-PR), altera o critério de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dividindo as indicações entre seis instituições, alternadamente. A proposta teve o parecer do relator, Deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), pela admissibilidade, aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

A escolha dos ministros seria feita da seguinte maneira: três indicados pelo Superior Tribunal de Justiça; dois pela Ordem dos Advogados do Brasil; dois pelo procurador-geral da República; um pela Câmara dos Deputados; e um pelo Senado Federal.

Placa especial para carro de membros do MP e do Judiciário em risco pessoal



O Projeto de Lei Nº 4.984/2013, do Deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), autoriza a colocação, temporária, de placa especial em veículos de membros do Ministério Público e Poder Judiciário que estejam em situação de risco pessoal, como forma de impedir a sua identificação. A matéria modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei 9.503/1997). O parecer favorável do relator, Deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), foi aprovado e a matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O CTB prevê placas especiais temporariamente para os magistrados que exerçam competência ou atribuição criminal, mas não para os que estejam em risco em razão do exercício da função.

Indenização para ocupante de boa-fé de terras indígenas



O Projeto de Lei Nº 5.919/2013, do Deputado Dr. Jorge Silva (PDT-ES), estipula regras para a indenização de benfeitorias a agricultores ocupantes de terras indígenas demarcadas. A matéria altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973). O parecer favorável do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Quem ocupa área indígena poderá permanecer no local até o pagamento integral da indenização prévia, que busca pacificar a questão. Hoje, não há obrigação de indenizar os ocupantes de terras indígenas demarcadas, mas a Constituição garante ao ocupante de boa-fé o direito à indenização das benfeitorias existentes na área, como for regulamentado em lei.

Anulação de multas de radares fora das normas do Contran



O Projeto de Lei Nº 1.014/2011, do Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), invalida multas aplicadas com base em aparelho eletrônico ou equipamento audiovisual instalado em desacordo com a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Com a disseminação de barreiras eletrônicas, houve denúncias de que muitas funcionam sem atender às exigências do Contran. Modifica o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para dispor sobre comprovação de infração por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual.

22 de setembro

Parlamentar não tem impedimento de presidir a CBF



Em resposta à Consulta Nº 13/2015, da Presidência da Câmara dos Deputados (REQ 2864/2015), a CCJC avaliou que não há impedimento para que um parlamentar em exercício ocupe, ao mesmo tempo, o cargo de presidente na Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Pela decisão, relatada pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), como a entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, não deve haver limite à atuação do parlamentar, desde que a CBF não tenha favor decorrente de contrato com pessoas jurídicas de direito público, ou seja, governos e empresas públicas. A consulta foi feita a pedido do deputado Marcus Vicente (PP-ES).

Regulamentação do direito à objeção de consciência



O Projeto de Lei Nº 6.335/2009, do Deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), regulamenta o direito de uma pessoa se negar a praticar ato contrário a suas convicções morais, éticas e religiosas, inclusive no ambiente de trabalho. É o que se chama objeção de consciência. O parecer favorável do relator, Deputado João Campos (PSDB-GO) foi aprovado e a matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

A proposta foi elaborada com base no artigo 5º da Constituição, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa que não seja obrigatória por lei. A Constituição também estabelece que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

Redução do tempo sem registro na junta comercial para empresa ser inativa



O Projeto de Lei Nº 6.299/2009, do Senado Federal (PLS 304/2008), diminuiria de dez anos para cinco anos o período que uma empresa precisaria ficar inativa para ter seu registro cancelado pela junta comercial. Alteraria a Lei 8.934/1994. O parecer favorável do relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi aprovado. A matéria foi totalmente vetada.

Atualmente, uma companhia precisa estar sem atividades há dez anos para atingir status de inatividade. A proposta estava em sintonia com a Lei 11.598/2007, que introduziu mecanismos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas. O projeto acabaria com a proteção do nome comercial.

Regulamentação da profissão de transcritor e revisor de textos em braile



O Projeto de Lei Nº 5.732/2013, do Senado Federal (PLS 67/2011), regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile e torna obrigatória a presença desses profissionais na atividade de produção de textos em braile para fins comerciais, educacionais ou culturais. A matéria teve o parecer favorável do relator, Deputado Bacelar (PTN-BA). Depois de sua apreciação e aprovação na Comissão recebeu o veto total pela Presidência da República.

Poderiam exercer a profissão quem tivesse ensino médio e certificado de habilitação reconhecido pelo Ministério da Educação ou por entidades das pessoas com deficiência visual.

Vedado pagamento antecipado do poder público a fornecedor



O Projeto de Lei Nº 6.773/2006, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), institui normas para licitações e contratos da Administração Pública para vedar pagamentos antecipados pela administração pública aos seus contratados sem que o fornecimento de bens ou a prestação dos serviços tenha acontecido. A matéria altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), teve o parecer favorável do relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), aprovado e aguarda apreciação pelo Senado.

Está em sintonia com investigações promovidas pelas CPIs dos Correios e do Mensalão, além de notícias da imprensa sobre empresas que receberam pagamentos antes dos serviços contratados.

Regras específicas para modificação de carros antigos



O Projeto de Lei Nº 1.715/2007, do Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), especifica as modificações que poderão ser feitas em veículos fabricados há mais de 40 anos. A matéria altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para dispor sobre veículos antigos modificados e teve o parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), aprovado e segue para apreciação pelo Senado

Ao contrário do que ocorre na maioria dos países, essa atividade não conta com uma legislação específica, apesar de ser já bastante numerosa. Apenas a Resolução 292/2008 do Contran regulamenta de maneira ampla várias possibilidades de modificações das diferentes espécies de veículos existentes.

Fim de multa sobre boleto vencido em feriado



O Projeto de Lei Nº 2.347/2007, do Deputado Augusto Carvalho (SD-DF), proíbe a cobrança de multa sobre título com vencimento em dia de sábado, domingo e feriados, no caso do documento não ter chegado ao destinatário, por razões de greve e pelo serviço bancário não estar funcionando normalmente. A matéria altera a Lei 7.089/1983. O parecer favorável do relator, Deputado Paes Landim (PTB-PI), foi aprovado. Aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Já é vedado cobrar juros por boletos vencidos no final de semana e feriados. A proposta estende a proibição de multas, artifício adotado pelos bancos para ampliar o valor da conta, prejudicando assim o consumidor.

2 de agosto: Dia Nacional dos Rosacruz- zes em homenagem a Harvey Lewis



O Projeto de Lei Nº 7.843/2010, da Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), institui o Dia Nacional dos Rosacruz, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de agosto. O parecer favorável do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), foi aprovado e a matéria segue para apreciação pelo Senado.

A data remete ao calendário de cerimônias especiais Rosacruz, em reconhecimento a Harvey Spencer Lewis, fundador da Antiga e Mística Ordem Rosæ Crucis (AMORC) e maior responsável pela expansão da divulgação do Rosacruacionismo pelo mundo. Os Rosacruz brasileiros merecem ser reconhecidos e homenageados pela influência favorável que têm exercido nas mentes e culturas deste país.

Prazo para prescrição de multas de trânsito



O Projeto de Lei Nº 1.526/2011, do Deputado Carlos Manato (SD-ES), determina que as multas de trânsito prescreverão em cinco anos. A matéria altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei 9.503/1997), teve o parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), aprovado e segue para apreciação pelo Senado.

Atualmente, só prescrevem penas de suspensão do direito de dirigir e de cassação da carteira de motorista. Durante a inadimplência, o condutor está sujeito às penalidades do CTB. A Justiça tem considerado a prescrição depois de cinco anos, assim como alguns estados. O prazo de prescrição começa a ser contado 30 dias depois de o condutor receber a notificação.

Município de Castro (PR): Capital Nacional do Leite



O Projeto de Lei Nº 3.931/2012, do Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), confere ao município paranaense de Castro o título de “Capital Nacional do Leite”. O parecer favorável do relator, Deputado Sandro Alex (PPS-PR), foi aprovado e a matéria segue para apreciação pelo Senado Federal.

Dados do IBGE de 2008 classificam o município em 130º lugar em número de vacas ordenhadas, com pouco mais de 21 mil cabeças no total. Essa classificação revela alta capacidade produtiva das raças holandesa, jersey e pardo-suíço. O título constitui uma homenagem aos que buscam melhores resultados técnicos na produção de leite, assim como à comunidade, que sempre prestigia o segmento.

Máquinas e equipamentos hospitalares não podem ser penhorados



O Projeto de Lei Nº 204/2015, do Deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS), determina que máquinas e equipamentos hospitalares não poderão ser penhorados. O parecer favorável do relator, Deputado Juscelino Filho (PRP-MA), foi aprovado e a matéria segue para apreciação pelo Senado Federal.

O novo Código de Processo Civil (CPC – Lei 13.105/15) considera impenhoráveis os equipamentos úteis ao exercício da profissão e máquinas agrícolas. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera o maquinário de micro e pequena empresas impenhorável. Esses itens poderão ser confiscados pela Justiça apenas para pagamentos de dívidas previdenciária, alimentícia ou trabalhista dos hospitais.

23 de setembro

Critério temporal para análise de processos na Justiça



A Proposta de Emenda à Constituição N° 450/2014, do Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), estabelece que os processos distribuídos aos membros e órgãos do Poder Judiciário sejam analisados em ordem cronológica. A matéria altera o art. 93 da Constituição Federal e teve o parecer do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), pela admissibilidade aprovado. Uma comissão especial será criada para analisar o mérito da PEC 450/2014.

Minimiza a possibilidade de casuísmo na apreciação dos processos e confere segurança jurídica. Privilegia a transparência em relação à atividade do Poder Judiciário, bem como favorece a aplicação da razoabilidade na duração do processo.

Penas maiores para crimes de furto e roubo de veículos



O Projeto de Lei N° 174/2015, do Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), altera dispositivos do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para aumentar as penas nos casos de furto e roubo, especialmente de veículos. O parecer favorável do relator, Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), foi aprovado e a matéria segue para apreciação pelo Plenário.

Para furto simples, a pena para reclusão passa de 1 a 4 anos para 1 a 5 anos; furto de veículo levado do estado ou país, de 3 a 8 anos para de 6 a 8 anos; e roubo, de 4 a 10 anos para de 6 a 10 anos. Estabelece multa, de 2 a 10 vezes o valor do subtraído. A pena será aumentada pela metade, caso o crime tenha por finalidade o desmanche e venda de peças.

Oferta de canais avulsos na TV por assinatura



O Projeto de Lei Nº 6.412/2009, do Deputado Paulo Pimenta (PT-RS), determina a oferta de canais avulsos no serviço de televisão por assinatura. A matéria teve o parecer favorável do relator, Deputado André Fufuca (PEN-MA), aprovado e segue para apreciação pelo Plenário.

O texto abre a possibilidade de oferta de canais a critério da operadora e respeitada as limitações técnicas e restrições contratuais. Baseia-se nos princípios da defesa do consumidor e no da livre iniciativa, ao normatizar a possibilidade de oferta avulsa dos canais, a partir de critérios técnicos e restrições contratuais, sem, contudo, interferir na liberdade da ordem econômica.

Isenção de taxa de inscrição para candidatos com renda mínima



O Projeto de Lei Nº 3.641/2008, do Senado Federal (PLS 295/2007), isenta da taxa de inscrição para concurso público os candidatos desempregados, os doadores de medula óssea e os integrantes de famílias cadastradas em programas sociais do governo com renda familiar mensal por pessoa até meio salário mínimo (R\$ 394). O parecer favorável do relator, Deputado Fausto Pinato (PRB-SP), aprovado. Como passou por mudanças na Câmara, o texto segue para apreciação pelo Senado Federal.

A isenção vale para todos os concursos públicos federais realizados apenas para cargos efetivos. O candidato terá que comprovar o cumprimento dos requisitos, com base no edital do concurso.

Exigência para que entidades esportivas matriculem atletas na escola



O Projeto de Lei Nº 1.702/2011, do Deputado Jose Stédile (PSB-RS), determina a obrigatoriedade de matrícula em instituição de ensino aos atletas com menos de 18 anos e que não tenham concluído o ensino médio, vinculados a entidades desportivas profissionais ou entidades de prática desportiva formadoras de atleta, bem como beneficiários da Bolsa-Atleta. O parecer favorável do relator, Deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), foi aprovado e a matéria segue para apreciação pelo Senado Federal.

O objetivo é salvaguardar menores à escolarização, valorizar atletas profissionais ou não, para prepará-los para carreiras esportivas ou outra, caso fiquem impossibilitados de prosseguir como atletas.

29 de setembro

Viaduto Vereador Ângelo Baccin na Régis Bittencourt



O Projeto de Lei Nº 4.491/2012, do Deputado Paulo Freire (PR-SP), que denomina “Vereador Ângelo Baccin” o viaduto construído no quilômetro 489 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati (SP). O parecer favorável do relator, Deputado Marcio Alvino (PR-SP), foi aprovado e a matéria segue para apreciação pelo Senado Federal.

A proposta acatou sugestão da Câmara Municipal de Cajati para homenagear um cidadão que dedicou a vida ao desenvolvimento da comunidade local. Ângelo Baccin nasceu em 1935 em Erechim (RS). Atuou no ramo madeireiro e foi vereador da cidade de Jacupiranga, entre os anos de 1988 a 1992 – período que antecedeu a emancipação do Município de Cajati.



Outubro





6 de outubro**Vedada mudança de data de eleição na reta final da campanha**

O Projeto de Lei Nº 4.325/2012, do Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), estabelece que as eleições não poderão ser suspensas ou canceladas nos 15 dias que antecedem o pleito, seja por medida administrativa ou judicial e que apenas em caso de força maior a eleição poderá ser suspensa. O parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), com substitutivo foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O objetivo é dar segurança jurídica ao processo eleitoral. Não há essa previsão na legislação eleitoral. A medida garante que o Judiciário possa fazer o processo sem que ocorra riscos de ações de candidatos, partidos ou pessoas interessadas em criar dificuldades para o resultado das eleições. Foi feito um ajuste para dar essa garantia.

Direito ao esquecimento para absolvidos e vítimas de crime contra a honra

O Projeto de Lei Nº 215/2015, do Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), altera procedimentos de apuração de crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) praticados por meio da internet. De acordo com a proposta, o policial deverá imprimir o conteúdo ofensivo postado na rede que servirá como prova para a ocorrência. O parecer favorável do relator, Deputado Juscelino Filho (PRP-MA), ao substitutivo e a uma série de apensados foi aprovado.





12.965/2014) e o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). A matéria amplia as informações que podem ser solicitadas pelo investigador, incluindo telefone, CPF e conta de e-mail. Pelo Marco Civil da Internet, já é possível pedir, sem autorização da Justiça, a identificação, filiação e endereço do autor de páginas ou comentários.

O texto aprovado prevê a retirada – sempre que requerida pela Justiça – de conteúdos da internet que se refiram à acusação ou crime dos quais o ofendido tenha sido absolvido, e ainda de conteúdos que contenham injúria, difamação ou calúnia. Essa medida, que tem sido chamada de “direito ao esquecimento”, foi a mais contestada durante a votação final, porém acabou sendo mantida na proposta. A proposta mantém a necessidade de autorização judicial para autoridades terem acesso a dados de conexão e conteúdos privados de aplicativos na internet.



A opinião majoritária dos integrantes da comissão foi considerada pelo relator. Antes de chegar a um acordo, Juscelino Filho defendia que a Polícia e o Ministério Público tivessem acesso, independentemente do aval da Justiça, a informações da internet para fins de investigação.



A proposta altera o Marco Civil da Internet (Lei

Ele preferiu deixar mais claro na lei em vigor que as autoridades podem requerer aos provedores e aplicativos de internet, sem autorização judicial, a identificação de qualquer usuário quando estiverem fazendo uma investigação. Por outro lado, ampliou as informações de identificação de usuários da internet que podem ser solicitadas sem autorização da Justiça.



Crimes contra a honra

O substitutivo aprovado modifica ainda procedimentos de apuração de crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) praticados por meio da internet. Pelo texto, a autoridade policial deverá imprimir o conteúdo ofensivo publicado que servirá como prova para dar início à ocorrência. Atualmente, a legislação não é clara sobre como deve ser feita a coleta de subsídios para esse tipo de ação. A proposta também altera o Código Penal para duplicar a pena para crimes contra honra cometidos na internet caso a infração provoque a morte de alguém.



A proposta caracteriza melhor as informações que têm de ter os cadastros para o acesso a aplicativos de internet, para que seja mais fácil às autoridades requererem esses dados cadastrais e localizarem os criminosos. Hoje, muitos crimes saem impunes porque são praticados no anonimato.



Rejeitada proposta para fornecedor cobrar a mais quando não tivesse troco



O Projeto de Lei Nº 3.836/2008, do Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), proibiria a cobrança de valor a maior por parte de um fornecedor que não tenha troco suficiente para restituir ao consumidor. O parecer do relator, Deputado Covatti Filho (PP-RS), pela rejeição da matéria e apensados – PL 504/2011, PL 6023/2013 e PL 7135/2014 – foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A medida serviria para obrigar os agentes econômicos a darem o troco em moedas. Os consumidores brasileiros, especialmente os de baixa renda, são lesados todos os dias com abusos de retenção de troco sob a alegação de que não há moedas disponíveis nos ônibus, bares, mercados etc. Este abuso atinge, principalmente, os consumidores de baixa renda.

Nome de viaduto na Régis Bittencourt homenageia cidadã de Cajati (SP)



O Projeto de Lei Nº 4.490/2012, do Deputado Paulo Freire (PR-SP), denomina “Astésia de Moraes Batista” o viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati (SP). O parecer favorável do relator, Deputado Capitão Augusto (PR-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta aprovada presta homenagem à cidadã Astésia de Moraes Batista, colaboradora nos trabalhos assistenciais, pelos relevantes serviços prestados à comunidade local e acata sugestão da Câmara Municipal de Cajati (SP). Nascida em 28 de junho de 1931, a homenageada foi Ministra da Eucaristia, integrante do coral, presidente do Clube da Terceira Idade e dedicou sua vida para o desenvolvimento do Município de Cajati.

7 de outubro**Uso de recursos de multas ambientais para recuperar áreas degradadas**

O Projeto de Lei Nº 5.987/2009, do Deputado Roberto Britto (PP-BA), torna obrigatória a aplicação de 10% do valor arrecadado com multas ambientais em ações de arborização urbana e de recuperação de áreas degradadas. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), a este e ao PL 6557/2009, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os recursos deverão ser investidos onde ocorreu a infração ambiental, conforme critérios do órgão competente. O texto aprovado incluiu, como objeto de financiamento, as áreas degradadas. O projeto original previa a aplicação do valor apenas nas ações de arborização urbana.

Criação da Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla

O Projeto de Lei Nº 5.090/2013, do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, a ser comemorada de 21 a 28 de agosto de cada ano. O parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Pretende estimular produção de conteúdos para conscientizar a sociedade da necessidade de políticas públicas de inclusão social e para combater o preconceito e a discriminação. O Brasil é signatário da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema, e a proposta atende à recomendação do documento internacional que tem status de norma constitucional.

8 de outubro

Rejeitada prioridade para infraestrutura em assentamentos da Reforma Agrária



O Projeto de Lei Nº 1.398/2007, do Senado Federal (PLS 91/2007), definiria como prioridade o investimento público em infraestrutura nos assentamentos da reforma agrária, com mudanças na Política Agrícola (Lei 8.171/1991). O parecer do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), pela inconstitucionalidade da matéria foi aprovado. A matéria foi arquivada.

O ordenamento jurídico prevê locação de recursos suficientes para o bom desempenho dos projetos de assentamentos. A via correta para implantação de investimentos em assentamentos pressupõe programas governamentais e a destinação de recursos orçamentários. Para o relator, a proposta fere o princípio constitucional da separação dos poderes, por interferir em atribuição do Executivo.

Apresentação de denúncias junto ao TCU por cidadão e entidades



O Projeto de Lei Nº 1.489/1999, do Deputado Paes Landim (PTB-PI), estabeleceria que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato seria parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de seu conhecimento contra o bom emprego de recursos públicos junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). O parecer do relator, Deputado Jutahy Junior (PSDB-BA), pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/1992) mostra-se suficiente para atender aos objetivos preconizados pela proposição, pois define os procedimentos a serem observados, embora sem admitir as denúncias formuladas verbalmente, por telefone ou via internet.

Incentivo a denúncias anônimas para investigação de crimes



O Projeto de Lei Nº 1.332/2007, do Deputado Beto Mansur (PRB-SP), prevê medidas para estimular o uso de denúncias anônimas para a investigação de crimes. O parecer favorável do relator, Deputado Silas Câmara (PS-D-AM), com emenda, do PL 1432/2007, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com subemenda, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta modifica o Fundo Nacional de Segurança Pública (Lei 10.201/2001), que dará apoio a serviço telefônico para receber denúncias voluntárias, com garantia de sigilo para os informantes. O texto também estipula premiação, em dinheiro, para as pessoas que auxiliarem, com informações, na resolução de crimes.

Mudança em contrato social de empresa por maioria de votos



O Projeto de Lei Nº 1.632/2007, do Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), permite modificações do contrato social de empresas, como a transferência total ou parcial de cotas de sócios, por maioria absoluta de votos. O parecer favorável ao substitutivo do relator, Deputado Evandro Gussi (PV-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

No Código Civil (Lei 10.406/02), o contrato social de uma sociedade empresarial só pode ser alterado por deliberação unânime dos sócios. A unanimidade muitas vezes trava o processo econômico e a dinâmica jurídica da empresa e serve para determinadas utilizações de má fé por sócios que querem ver uma posição societária minoritária prevalecer frente ao próprio interesse da empresa.

Pagamento de férias vencidas a aposentado por invalidez



O Projeto de Lei Nº 2.323/2011, do ex-Deputado João Paulo Lima (PE), prevê o pagamento das férias vencidas e do terço constitucional referente a esses períodos após a concessão de aposentadoria por invalidez. O parecer favorável do relator, Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), a este, ao PL 2344/2011, apensado, e ao Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/1943). Após a aposentadoria por invalidez, o contrato é suspenso, e não rescindido. Se o empregado tiver direito a férias na aposentadoria, ele só poderá usufruí-la se e quando retornar ao emprego.

13 de outubro

Inelegibilidade condicionada à improbidade por lesão aos cofres públicos



O Projeto de Lei Complementar Nº 273/2013, do Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), exige que seja comprovada a existência de lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito para que o agente público condenado por improbidade administrativa se torne inelegível. O parecer favorável do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), com emendas, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Altera a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64/1990). A inelegibilidade exige a lesão ao patrimônio público e o enriquecimento ilícito do agente. A jurisprudência do TSE determina que a inelegibilidade é aplicável só quando o ato doloso de improbidade implicar em enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário.

Permissão para Plenário retirar urgência de projetos do Executivo



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 369/2013, do Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), permite que os Plenários da Câmara e do Senado tirem o regime de urgência constitucional de projetos de lei de iniciativa do Presidente da República. Acrescenta um parágrafo ao artigo 64 da Constituição Federal. O parecer pela admissibilidade do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial pela Mesa para ter o mérito analisado.

Atualmente, se o Congresso não apreciar uma proposta classificada urgente pela Presidência da República em até 45 dias, a pauta do Plenário da Casa onde o texto se encontra fica trancada. Somente a Presidência da República pode tirar a urgência de projeto de autoria do Executivo.

Punição para pais que não tratem doença prejudicial ao feto



O Projeto de Lei Nº 1.019/2011, do Deputado Mandetta (DEM-MS), torna crime a recusa dos pais de submeterem-se a tratamento médico que evite transmissão de doença infecciosa ao feto. Essa tipificação criminal passa a ser prevista no Código Penal (Decreto-lei 2.848/40) com pena de detenção de 3 meses a 1 ano, pena restritiva de direitos ou multa. O parecer favorável ao substitutivo do relator, Deputado Jefferson Campos (PSD-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O texto atende às recomendações da Sociedade Brasileira de Infectologia e do Protocolo para a Prevenção de Transmissão Vertical de HIV e Sífilis do Ministério da Saúde. A sífilis, por exemplo, é uma doença que pode ser controlada por meio de ações saúde pública de baixo custo.

14 de outubro

Flagrante provado para reconhecimento por testemunhas



O Projeto de Lei Nº 373/2015, do Deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA), prevê uma nova modalidade de flagrante delito: o “flagrante provado”. O parecer favorável do substituto do relator, Deputado Índio da Costa (PSD-RJ), deste e dos apensados – PL 446/2015 e do PL 984/2015, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

As hipóteses para a prisão em flagrante delito já estão previstas no Código de Processo Penal (CPP – Decreto -Lei 3.689/1941). A proposta modifica o CPP ao acrescentar a figura jurídica do “flagrante provado” de forma que seja permitida a prisão em flagrante pelo reconhecimento do autor por testemunhas, fotos ou vídeos. O tempo da nova modalidade de flagrante foi limitado e só pode ser feito “logo após” o crime.

Criação de cargos de analista judiciário no TRT da Bahia



O Projeto de Lei Nº 7.907/2014, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria 49 cargos de analista judiciário – especialista em tecnologia da informação – na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, sediado em Salvador (BA). O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta tem dotação na Lei Orçamentária Anual 2015 e parecer favorável do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pretende adequar a estrutura funcional do TRT à Resolução do CNJ que prevê a substituição de profissionais terceirizados por servidores efetivos nas áreas de tecnologia da informação e determina o mínimo de profissionais para cada tribunal.

20 de outubro**Rejeitada mudança na Lei de Licitações para favorecer entidades religiosas**

O Projeto de Lei Nº 3.740/2000, do Senado Federal (PLS 30/1999), dispensaria de licitação para concessão de direito real de uso de bens públicos as entidades religiosas ou filosóficas sem fins lucrativos. Alteraria a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). O parecer pela inconstitucionalidade do Deputado Décio Lima (PT-SC) foi aprovado e o parecer favorável do relator, Deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), passou a constituir voto em separado. A matéria aguarda apreciação de recurso.

Determinaria que o contratado informasse à administração sobre subcontratações. Em caso de reajuste do valor contratual, repassasse aos subcontratantes proporcionalmente; e que somente receberia os valores acrescidos após comprovar o cumprimento dessa regra.

Alteração no Código de Ética e Decoro Parlamentar

O Projeto de Resolução Nº 124/2012, do Deputado José Carlos Araújo (PSD-BA), acaba com a necessidade de votação de um parecer preliminar para decidir se o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (COÉTICA) aceita ou não representação (denúncia formal) contra um Deputado. O parecer favorável do substitutivo do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado com emenda. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara e estabelece que a mudança no rito ocorrerá apenas se o relator entender que não deve haver a representação –por erro formal ou falta de indícios da falta cometida pelo Deputado – e que deve haver um relatório preliminar recomendando o arquivamento da representação.

Criação de cargos de analista judiciário no TRT de Alagoas



O Projeto de Lei Nº 7.910/2014, do Tribunal Superior do Trabalho, cria 12 cargos de provimento efetivo de analista judiciário, especializado em tecnologia da informação (TI), e dois cargos em comissão com a mesma especialidade no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19ª Região, com sede na cidade de Maceió (AL). O parecer favorável do relator, Deputado Capitão Augusto (PR-SP). Matéria aguarda a apreciação pelo Senado Federal.

O TRT da 19ª Região tem escassez de servidores capacitados para a área de tecnologia da informação e comunicação (TIC) que possam dar o necessário suporte técnico à implantação do processo judicial eletrônico, em curso em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

Incentivos à produção de alimentos pelo sistema orgânico



O Projeto de Lei Nº 273/2007, do ex-Deputado Ciro Pedrosa (MG), normatiza a pecuária e agricultura orgânicas e determina a oferta, pelo Poder Público, de financiamento a projetos orgânicos. O parecer favorável do relator, Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), ao substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e ao PL 3827/2008, apensado, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação de recurso.

Altera a Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831/03) e reconhece como orgânicos os produtos de estabelecimentos inteiramente dedicados a esse sistema de produção. Sementes e mudas devem ser orgânicas, sendo proibidos organismos geneticamente modificados, com a possibilidade de exceção em caso da falta de produção orgânica.

Situação para falência ser estendida à sociedade controlada



O Projeto de Lei Nº 5.587/2013, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), determina que a falência da sociedade empresarial somente se estenderá à sociedade por ela controlada ou a ela ligada quando se constatar a influência de um grupo societário nas decisões do outro, em prejuízo da massa de credores. O parecer favorável do relator, Deputado Altineu Côrtes (PR-RJ), ao substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

De acordo com o texto aprovado, a situação de falência valerá independentemente de existir participação da sociedade empresarial principal no capital da coligada ou controlada. Altera a Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101/2005).

Laguna (SC): Capital Nacional dos Botos Pescadores



O Projeto de Lei Nº 6.526/2013, do Deputado Esperidião Amin (PP-SC), confere o título de “Capital Nacional dos Botos (Golfinhos) Pescadores” à cidade de Laguna (SC). O parecer favorável do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Laguna destaca-se pela ocorrência da pesca cooperativa de tainha com os golfinhos nariz-de-garrafa. Os golfinhos ‘empurram’ os peixes em direção à margem da barra, favorecendo a captura com as tarrafas, enquanto os que escapam são fígados pelos próprios golfinhos. Quando os golfinhos dão o sinal, os pescadores lançam as tarrafas, em um espetáculo encantador. Os pescadores chegam a capturar mais de 80 tainhas de uma só vez.

13 de Julho: Dia Nacional do Trabalhador em Locação



O Projeto de Lei Nº 6.739/2013, do Deputado Ademir Camilo (PROS-MG), institui o “Dia Nacional do Trabalhador em Locação”, a ser comemorado no dia 13 de julho. O parecer favorável do relator, Deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Homenageia os trabalhadores nas empresas locadoras: locadoras de veículos, empresas de locação de máquinas e de equipamentos agrícolas, industriais e comerciais; ferramentas; equipamentos médicos e hospitalares; aparelhos eletrônicos; locação de artigos para festas; vestuários; equipamentos e materiais esportivos e de lazer; sinucas e bilhares; informática; banheiros químicos e em locação de estruturas tubulares para montagem de palco.

Novo prazo para contratos de prestação de serviço entre empresas



O Projeto de Lei Nº 2.554/2015, do Deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), permite contratos de prestação de serviço com prazo superior a quatro anos quando as partes forem empresas. Altera o Código Civil (Lei 10.406/2002), que diz que a prestação de serviço não se poderá convenicionar por mais de quatro anos. O parecer favorável do relator, Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), foi aprovado.

O prazo de quatro anos para os contratos fica mantido no caso em que a parte contratada é uma pessoa física que presta diretamente os serviços, seja esta um autônomo ou profissional liberal. Na avaliação do autor da proposta, empresas prestadoras de serviços e suas contratantes não necessitam e não têm qualquer interesse em ver o prazo de seu contrato limitado pelo Código Civil.

22 de outubro

Exigência de desfibrilador em locais movimentados



O Projeto de Lei Nº 4.050/2004, do Senado Federal (PLS 344/2003), exige desfibriladores cardíacos em estabelecimentos e locais com circulação igual ou superior a 4 mil pessoas por dia. O desfibrilador elétrico automático (DEA) é utilizado em casos de parada cardiorrespiratória, com o objetivo de restabelecer o ritmo cardíaco da vítima.

Locais como estações rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos, centros comerciais, estádios e ginásios esportivos, hotéis, academias de ginástica e templos devem estar munidos do equipamento, assim como sedes de eventos com 4 mil pessoas ou mais, assim como meios de transporte com capacidade a partir de 100 passageiros, ambulâncias e viaturas de resgate. Será obrigatória a presença de uma pessoa treinada para o uso do DEA.

Limitações de multa de mora sobre condomínio em edificações



O Projeto de Lei Nº 1.226/1995, do Deputado Hermes Parcianello (PMDB-PR), limitaria o valor das multas de mora decorrentes de inadimplência a 1% do valor da prestação, incluindo as taxas de condomínio. O parecer do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), pela injuridicidade, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

O Código Civil já limita a multa para o condômino inadimplente em 2%. A proposta alteraria o Código de Defesa do Consumidor (CDC – Lei 8.078/1990) e a Lei do Condomínio (Lei 4.591/1964) e tramitou apensada aos PL 332/2003, PL 1640/1996, PL 1733/2003, PL 1940/1996 e PL 4365/2004. Também limitaria em 1% a multa sobre o valor do débito, que seria atualizado com um índice de correção monetária a ser estabelecido por lei local.

Definida competência exclusiva para ensinar Sociologia



O Projeto de Lei Nº 1.446/2011, do Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), estabelece a competência exclusiva para o ensino da Sociologia aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais. O parecer favorável do relator, Deputado Alessandro Molon (REDE-RJ), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Modifica a Lei 6.888/1980, que trata da profissão de sociólogo e não previu exclusividade para o sociólogo no ensino da disciplina. Profissionais de outras disciplinas têm tomado espaço tanto no ensino médio como no superior no ensino da Sociologia. Foi aprovada ainda uma alteração feita pela Comissão de Educação, dando prazo de cinco anos para os sistemas de ensino se adaptem à medida.

Exigências relativas a embalagens de frutas e verduras



O Projeto de Lei Nº 3.778/2012, da Deputada Iracema Portella (PP-PI), define as características de embalagens de frutas e hortaliças não processadas, que podem ser descartáveis ou retornáveis e devem ter dimensões para permitir empilhamento em palete com medidas de 1 metro por 1,2 metro. O parecer favorável do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), ao substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado.

A intenção é reduzir os riscos de contaminação e assegurar melhor conservação dos produtos. As embalagens devem ser resistentes ao manuseio e à higienização, mantidas íntegras e higienizadas a cada uso. Quando solicitado deverá ser apresentado o laudo de higienização.

Rejeitada Política Nacional de Transporte Rodoviário de Combustíveis



O Projeto de Lei Nº 5.000/2013, do Deputado Washington Reis (PMDB-RJ), instituiria a Política Nacional de Transporte Rodoviário de Combustíveis. O parecer do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), pela inconstitucionalidade do PL e da Emenda nº 1/2013 apresentada na Comissão de Viação e Transportes, foi aprovado.

O texto previa a fixação de uma tarifa mínima para a remuneração do transporte de combustíveis, cobrindo o percurso de ida e volta, e o estabelecimento de um valor mínimo para o frete. A definição e o reajuste dessas taxas seriam atribuições do órgão governamental competente. O Executivo poderia exigir no máximo duas licenças ambientais, sendo uma expedida no estado da sede da transportadora e a segunda válida em âmbito nacional.

Regulamentada a profissão de corretor de moda



O Projeto de Lei Nº 664/2015, do Deputado Adail Carneiro (PHS-CE), regulamenta a profissão de corretor de moda. O parecer favorável do relator, Deputado Marcelo Aro (PHS-MG), foi aprovado com complementação de voto. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta exige que o profissional tenha os diplomas de conclusão de ensino médio e do curso de formação de corretor de moda. Quem não os tiver, no entanto, e comprovar o exercício efetivo como corretor de moda até um ano antes de o projeto virar lei, também poderá ser cadastrado como corretor de modas. O texto define o profissional como aquele responsável por intermediar a relação entre revendedores e lojistas de confecções que comercializam no atacado roupas, acessórios, calçados e bolsas.

28 de outubro

Multas de trânsito podem ser destinadas a hospitais públicos



O Projeto de Lei Nº 3.920/2008, do Senado Federal (PLS 202/2007), prevê que parte do dinheiro arrecadado com multas de trânsito será destinada ao atendimento de emergência às vítimas de acidentes de trânsito. O parecer favorável do relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Pelo texto, 15% da arrecadação das multas de trânsito devem ser repassados para as Santas Casas e hospitais do SUS com atendimento de emergência para vítimas de trânsito. A receita arrecadada relativa a infrações de trânsito, quando não houver possibilidade de restituição ao infrator, serão integralmente destinadas ao Fundo Nacional de Saúde.

Acesso a informações por engenheiros e arquitetos sobre obras públicas



O Projeto de Lei Nº 696/2003, do ex-Deputado Zezéu Ribeiro (BA), garante aos estudantes e professores de engenharia e arquitetura o acesso a informações técnicas sobre as obras públicas. O parecer favorável do relator, Deputado Andre Moura (PSC-SE), ao substitutivo do Senado Federal foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Todos os estudantes e professores dessas áreas poderão solicitar gratuitamente aos órgãos e entidades públicas cópia de projetos básicos e executivos, desenhos, especificações técnicas, memoriais descritivos, orçamentos, relatórios de impacto ambiental, entre outros documentos. O texto insere novas regras na lei que institui a política nacional de arquivos públicos e privados (Lei 8.159/91).

Criação da Semana da Consciência Negra a ser celebrada em todo país



O Projeto de Lei Nº 331/2007, do Deputado José Guimarães (PT-CE), institui a Semana da Consciência Negra na administração pública federal, para ser celebrada no mês de novembro, na semana que recair o dia 20, o “Dia Nacional da Consciência Negra”, data do assassinato, em 1695, do líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão. O parecer favorável da relatora, Deputada Tia Eron (PRB-BA), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A semana terá as ações focadas no respeito à diversidade religiosa e no combate ao racismo e a outras formas de discriminação. As atividades deverão realizadas pelo Governo ou por ONGs dos movimentos sociais.

Obrigatoriedade na divulgação de dados sobre fundos constitucionais



O Projeto de Lei Nº 2.805/2008, do Deputado Silas Câmara (PSD-AM), torna obrigatória a divulgação, na internet, de dados detalhados sobre o uso do dinheiro dos fundos constitucionais, principalmente os que são compartilhados com estados e municípios. O parecer do relator, Deputado Bruno Covas (PSDB-SP), ao substitutivo foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O texto obriga o governo federal a divulgar trimestralmente dados relativos a recursos dos fundos constitucionais — de amparo ao Trabalhador (FAT); de Valorização do Magistério; Nacional de Saúde (FNS); partidário; e de financiamento das regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). A divulgação é feita de forma global e pelo Portal da Transparência.

Cancelamento automático de registro de microempresa inativa



O Projeto de Lei Nº 3.616/2012, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), facilita o fechamento de micro e pequenas empresas inoperantes há mais de três anos ao tornar o procedimento automático e gratuito. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Passada a inatividade das empresas, as inscrições no Registro Civil de Pessoas Jurídica e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) serão canceladas. Altera a Lei 8.934/1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades complementa a Lei do Supersimples (Lei Complementar 123/2006), que já isenta de taxa o fechamento das inativas há um ano.

Emissão obrigatória de identidade para corretor de seguros



O Projeto de Lei Nº 1.700/2015, do Deputado Lucas Vergílio (SD-GO), torna obrigatória a emissão de identidade para corretores de seguros e beneficia corretores de seguros de vida, capitalização, previdência complementar aberta e microsseguros. O parecer favorável do relator, Deputado Mainha (SD-PI), foi aprovado. Matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Altera a Lei 4.594/64, que regulamenta a profissão de corretor de seguros, e exige que a Susep emita a identidade dos profissionais do setor, em forma de cartão inteligente, os chamados smart cards, logo após a concessão do respectivo registro profissional. Já para as pessoas jurídicas que atuam no ramo, poderá ser emitida a autorização para funcionamento.



Novembro



4 de novembro

Admissibilidade da prorrogação da DRU, sem fundos constitucionais



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 4/2015, do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo previsto na Constituição Federal que expirou no final de 2015. O parecer do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), pela admissibilidade da matéria, foi aprovado.

A matéria foi debatida na CCJC durante três dias e uma reunião com quatro horas de duração. A PEC 4/15 tramita apensada a outras três propostas de emenda à Constituição (PECs 4; 87; e 112, todas de 2015) que prorrogam a DRU de diferentes maneiras e todas foram admitidas e serão analisadas por uma comissão especial. A proposição e suas apensadas aguardam a votação do parecer do relator para, depois, se aprovada, seguir para o Plenário

da Câmara, onde terá de ser votada em dois turnos.

A DRU foi criada junto com o Plano Real, na década de 1990, a fim de permitir que o governo federal flexibilize alguns gastos obrigatórios. Atualmente, o mecanismo garante que o Executivo possa usar livremente 20% de todos os impostos e contribuições sociais e econômicas federais – verbas que, de outra forma, estariam vinculadas a áreas específicas. Na lei orçamentária de 2015, o Planalto projetou a desvinculação deste ano em R\$ 121,7 bilhões, mas, com a retirada dos fundos regionais, cerca de R\$ 2 bilhões devem sair dessa conta.



PEC 4/2015 – Prorroga a DRU até 2019 e mantém o percentual da desvinculação em 20%. Exclui da DRU as transferências obrigatórias para Estados, Distrito Federal e Municípios para as áreas de saúde e educação; e a arrecadação da contribuição social do salário-educação. Relativiza os recursos voltados às ações da seguridade social

(ações e serviços de previdência, saúde e assistência social) seriam retirados de maneira escalonada (12,5% em 2016; 5% em 2017; e zero em 2018).

PEC 87/2015 – Prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2023 e aumenta a porcentagem dos recursos desvinculados para 30%. Exclui da DRU a arrecadação relativa a impostos. Relativiza a desvinculação das contribuições sociais, deixando clara a priorização do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social. Inclui na DUR receitas de taxas e recursos relativos às Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos e Minerais (salvo os recursos federais referentes à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, bem como as transferências desses recursos aos Estados, ao DF e aos Municípios).



PEC 112/2015 – Prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2016 e mantém o percentual de 20%.

10 de novembro

Estabilidade para servidores celetistas



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 518/2010, do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), concede estabilidade aos servidores públicos, admitidos sob o regime celetista, em exercício na data de vigência do Regime Jurídico Único. O parecer do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela admissibilidade, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

A matéria tem por finalidade fazer justiça aos servidores públicos admitidos sob regime celetista, e que continuam exercendo suas funções de forma satisfatória e continuada ao longo do tempo no mesmo órgão. Dá nova redação ao caput do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 2º do dispositivo.

União e Estados custearão despesa médica por ordem judicial



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 264/2013, do Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), obriga os governos federal e estadual a dividirem os custos de medicamentos e internações hospitalares adquiridos pelos municípios por ordem judicial. O parecer do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), pela admissibilidade, foi aprovado.

O governo federal arcará 75% dos custos com saúde determinados pela Justiça. Os estados e o Distrito Federal assumirão os outros 25%. A medida pretende equilibrar as responsabilidades financeiras entre os entes integrantes do Sistema Único de Saúde que possuem maior capacidade financeira. Essas ações judiciais criam despesas que desfalcam o orçamento municipal.

Jornada de trabalho de 40 horas semanais para policiais e bombeiros



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 44/15, do Deputado Cabo Sabino (PR-CE), estabelece em 40 horas semanais a carga horária de trabalho de policiais e bombeiros militares. O parecer do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), pela admissibilidade, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Será facultada a compensação de horários. Ou seja, a jornada poderá ser maior em alguns dias e menor em outros, sem configurar horas extras. A jornada atual é contraindicada, em razão do nível de estresse que gera. A proposta acrescenta um § 3º ao caput do art. 42, da Constituição Federal, definindo a carga horária de trabalho diária e semanal dos policiais e bombeiros militares.

Prorrogado investimento obrigatório em eficiência energética



O Projeto de Lei Nº 3.672/2012, do Senado Federal (PLS 430/2011), as distribuidoras terão de aplicar até 2022 pelo menos 0,5% da receita operacional líquida em programas de desenvolvimento energético. Pela lei em vigor, a obrigação terminou em 31 de dezembro de 2015. O parecer favorável do relator, Deputado Covatti Filho (PP-RS), ao substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, foi aprovado. Como passou por mudanças na Câmara, a matéria voltará para análise do Senado Federal.

Dos programas, 80% dos recursos serão para unidades beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica, programa do governo que desconta a conta de luz de famílias de baixa renda, como aquelas pertencentes ao Bolsa Família.

Autorizada criação de empresa individual para advogados



O Projeto de Lei Nº 166/2015, do Deputado Aelton Freitas (PR-MG), permite a criação de empresa de advocacia composta por um único sócio. O parecer favorável do relator, Deputado Wadih Damous (PT-RJ), ao substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.247/2016.

O texto modifica o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) e garante que a sociedade individual terá os mesmos benefícios e tratamento jurídico da composta por vários advogados. Apesar do Código Civil (Lei 10.406/02) permitir desde 2011 a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli), os advogados não puderam se beneficiar dessa medida, pois sua atividade é regida por uma lei especial.

27 de Agosto: Dia Nacional do Psicólogo



O Projeto de Lei Nº 1.689/2015, do Deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES), institui o Dia Nacional do Psicólogo, a ser comemorado anualmente em 27 de agosto. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Foi nessa data, em 1962, que foi sancionada pelo então presidente João Goulart a Lei 4.119, que regulamentou a profissão de psicólogo. Essa comemoração poderá ser útil para a sociedade reconhecer ainda mais o trabalho e as áreas de atuação onde estão presentes os 250 mil profissionais da área de Psicologia que representam a categoria em todo o País. O Dia do Psicólogo será uma oportunidade para aproximar ainda mais esse profissional da sociedade.

11 de novembro

Percentual do PIB para programas relacionados aos recursos hídricos



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 66/2015, do Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), estipula um percentual do PIB a ser investido nos programas relacionados aos recursos hídricos nacionais. O parecer favorável do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), pela admissibilidade, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

De acordo com a agência da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2050, a carência de água afetará dois terços da população mundial. Isso será provocado, principalmente, pelo consumo excessivo na agricultura. Medidas devem assegurar o desenvolvimento sustentável da agropecuária e o uso racional dos recursos hídricos.

Regulamentação do uso de tacógrafos em veículos coletivos



O Projeto de Lei Nº 3.744/2008, do ex-Deputado Eliene Lima (MT), regulamenta a utilização de tacógrafos – aparelho limitador de velocidade – em veículos de transporte coletivo de passageiros com mais de dez lugares. O parecer favorável do relator, Deputado Wellington Roberto (PR-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Viação e Transportes. A proposta, que tramita apensada ao PL 5198/2009, estipula como penalidades para o condutor que não utilizar o equipamento registrador de velocidade e tempo, ou com aparelho defeituoso ou viciado, multa (cujo valor será multiplicado três vezes), retenção do veículo e perda de sete pontos na carteira (infração gravíssima).

Assinatura digital para projetos de iniciativa popular



O Projeto de Lei Nº 2.024/2011, do Deputado Felipe Maia (DEM-RN), permite que os projetos de lei de iniciativa popular sejam total ou parcialmente subscritos por meio de assinatura digital, devidamente certificada. Atualmente, as assinaturas precisam ser recolhidas em folha de papel. O parecer favorável do relator, Deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Altera a Lei 9.709/98, que regulamenta instrumentos como o plebiscito, o referendo e as proposições de iniciativa popular. Os critérios para apresentação desses projetos não foram modificados: precisa ser subscrito por 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos 0,3% dos eleitores de cada um deles.

12 de novembro

Projeto estabelece a criação de Cadastro Nacional de Adoções



O Projeto de Lei Nº 688/2007, do Senado Federal (PLS 27/2004), cria o Cadastro Nacional de Adoções. O parecer pela injuridicidade do relator, Deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

No mérito, a proposição tem por objetivo criar obrigatoriedade para o juiz encaminhar ao Ministério da Justiça cópia dos registros de crianças a serem adotados e dos candidatos a adotar com finalidade de criação e atualização do Cadastro Nacional de Adoções.

Tal providência, que à época em que tramitou no Senado Federal foi de suma importância, desatualizou-se em face a aprovação da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 que dispõe sobre adoção.

É Nomeada Engenheiro Vasco Neto trecho de ferrovia



O Projeto de Lei Nº 2.223/2011, do Senado Federal (PLS 201/2011), denomina “Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto” o trecho ferroviário compreendido entre os Municípios de Ilhéus (BA) e Figueirópolis (TO). O parecer favorável do relator, Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado.

Vasco Azevedo Neto, falecido em 2010, aos 94 anos, foi um dos engenheiros da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso. Projetou, em 1970, o traçado de uma ferrovia de 6 mil quilômetros (complexo portuário da Baía de Todos os Santos e porto peruano de Bayovar). Ele criou o Departamento de Transportes da Escola Politécnica e atuou como professor emérito na Universidade Federal da Bahia.

1º de Outubro: Dia Nacional da Doação de Leite Humano



O Projeto de Lei Nº 4.701/2012, do Senado Federal (PLS 151/2010), institui o Dia Nacional de Doação de Leite Humano e a Semana Nacional de Doação de Leite Humano, a serem comemorados anualmente no dia 1º de outubro. O parecer favorável do relator, Deputado Luciano Ducci (PSB-PR), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinaria 13.227/2015.

O aleitamento materno reduz a desnutrição e mortalidade infantil e os bancos de leite humano suprem as necessidades de recém-nascidos com mães que não conseguem amamentar. Pelo desconhecimento sobre bancos de leite, muitas mulheres deixam de fazer doações. Portaria do Ministério da Saúde instituiu o Dia Nacional de Doação de Leite Humano em 2003.

Escritor Euclides da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria



O Projeto de Lei Nº 6.421/2009, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), inscreve o nome de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha no Livro dos Heróis da Pátria. O parecer favorável do relator, Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Euclides da Cunha foi autor da obra-prima “Os Sertões”, em que narra a insurreição de Canudos (BA). Engenheiro civil, bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, ele foi um mestre da língua. Seu talento de poeta transformou Canudos e o líder da revolução, Antônio Conselheiro, em mitos. O autor, ao pensar o Brasil, foi motivado por coragem intelectual e moral ímpar, o que o levou, afinal, a chamar as nossas realidades por seus próprios nomes.

Atualização de lei sobre assistência jurídica gratuita



O Projeto de Lei Nº 118/2011, do Deputado Hugo Leal (Pros-RJ), atualiza a linguagem da Lei 1.060/1950, que estabelece normas para a concessão de assistência jurídica aos necessitados adaptando termos dessa legislação a dispositivos do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15). O parecer favorável ao apensado (PL 540/2011) do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PcdoB-MA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação no Senado.

O substitutivo atualiza para reais do valor da multa a que está sujeito o profissional que for designado como defensor dativo e não cumprir com suas obrigações, salvo motivo previsto em lei. Pelo texto aprovado, a infração poderá gerar multa de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil, sem prejuízo de sanções disciplinares cabíveis.

Asseguradas medidas de prevenção de enchentes e deslizamentos



O Projeto de Lei Nº 840/2011, do Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), assegura medidas de prevenção a enchentes, deslizamentos de terras e eventos similares, exigências que deverão estar presentes em todos os planos diretores. O parecer favorável do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PcdoB-MA), foi aprovado. A matéria aguarda votação da Redação Final.

Entre as regras, a inclusão do limite máximo de impermeabilização dos terrenos, prevê diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos e planos de contingência em relação a áreas de risco e cria normas para operacionalização dessas medidas. Também prevê a criação de calçadas ecológicas (que possuem área permeável) entre as diretrizes do plano diretor do município.

Nova regulamentação para franquias inclui o setor público



O Projeto de Lei Nº 3.234/2012, do Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), estabelece uma nova regulamentação para o sistema de franquia empresarial (franchising), incluindo o setor público nessa atividade. O parecer favorável ao apensado (PL 4386/2012) do relator, Deputado José Fogaça (PMDB-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação no Senado.

Revoga a Lei 8.955/1994 e regula os contratos de franquia e a franquia empresarial, além de deixar explícito que o franchising não cria relação de consumo ou vínculo empregatício, nem com franqueado nem com empregados, mesmo no período de treinamento. Define que o franqueador deve ser titular ou requerente de direitos sobre os objetos da propriedade intelectual negociados.

Permissão para agricultor fracionar patrimônio para garantir crédito



O Projeto de Lei Nº 2.053/2015, do Deputado Roberto Balestra (PP-GO), autoriza o produtor rural a separar uma fração de seu imóvel rural para dar como garantia em empréstimos com bancos. O parecer favorável do relator, Deputado Odelmo Leão (PP-MG), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Atualmente, quando um produtor dá uma propriedade como garantia de um empréstimo, essa propriedade torna-se alienada. O mercado financeiro também será beneficiado, porque tanto a cédula quanto a separação de fração deixarão mais direta a cobrança de dívida. A mesma separação em frações poderá ser feita para emissão de Cédula Imobiliária Rural (CIR), um título de crédito criado pela proposta e que poderia ser negociado no mercado financeiro.

17 de novembro

Estendido direito ao uso da língua materna para toda educação indígena



O Projeto de Lei Nº 5.954/2013, do Senado Federal (PLS 186/2008), assegura a todos os estudantes indígenas – da educação básica, do ensino profissionalizante ou ensino superior – a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação. O parecer favorável do relator, Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado. A matéria recebeu veto total da Presidência da República.

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que assegura às comunidades indígenas o uso de línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental. Estende a regra a toda a educação básica e também ao ensino profissionalizante e ao ensino superior.

Rejeitada ampliação de competências do Tribunal do Júri



O Projeto de Lei Nº 779/2007, do Deputado Celso Ruspomanno (PRB-SP), estenderia a competência do Tribunal do Júri a todos os crimes dolosos dos quais resulte a morte da vítima, como exemplo o latrocínio (roubo seguido de morte). O parecer do relator vencedor, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), pela inconstitucionalidade da proposta, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

O texto rejeitado alterava o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), que prevê a atuação do Tribunal do Júri apenas para os crimes dolosos contra a vida (homicídio, indução ou auxílio ao suicídio, infanticídio e aborto provocado pela gestante ou por terceiro). Já outros crimes dolosos não podem ser julgados pelo júri, mesmo que ocorra, de forma intencional, a morte da vítima.

Divulgação de preço proporcional à unidade de medida de produtos



O Projeto de Lei Nº 1.511/2011, da Deputada Erika Kokay (PT-DF), obriga os comerciantes a informar, além do preço à vista do produto, o valor proporcional à unidade de medida do produto (quilo, litro, metro). No caso das embalagens que agrupem vários produtos semelhantes, como uma bandeja de iogurte, será obrigatória a divulgação do preço de cada unidade separada, ou seja, de cada potinho. O parecer favorável do relator, Efraim Filho (DEM-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Permitirá comparação pelo consumidor e a percepção do aumento do custo do produto. O preço proporcional deverá ser divulgado com o mesmo destaque e tamanho de fonte utilizados na informação dos preços do produto.

Homenagem a empresário do ramo de transporte em rodovia goiana



O Projeto de Lei Nº 8.223/2014, do Deputado Pedro Chaves (PMDB-GO), denomina “Rodovia Abadio Pereira Cardoso” o trecho da BR-060 entre Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-174, próximo a Jataí, em Goiás. O parecer favorável do relator, Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Homenageia o empresário do ramo de transportes Abadio Pereira Cardoso, falecido em 2009. Nascido em Nova Ponte (MG) em 1920, foi para Goiânia em 1948 e adquiriu uma jardineira para transporte de passageiros de Goiânia para Rio Verde e Jataí, sendo ele próprio o motorista. A empresa de ônibus fundada por ele há mais de 60 anos ainda funciona e emprega cerca de duas mil pessoas.

Religioso Joaquim Francisco da Costa no Livro dos Heróis da Pátria



O Projeto de Lei Nº 2.255/2015, do Deputado Esperidião Amin (PP-SC), inscreve o nome do religioso catarinense Joaquim Francisco da Costa (1761-1829) no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. O parecer favorável do relator, Deputado Luiz Couto (PT-PB), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Joaquim Francisco da Costa dedicou a vida aos doentes e necessitados. Com o dinheiro de esmolas e doações, construiu, em 1789, o primeiro hospital de Santa Catarina voltado à caridade, hoje denominado Imperial Hospital de Caridade. Mais tarde, fundou hospitais em outras cidades brasileiras, como Porto Alegre e Salvador. Fundou ainda escolas, asilos e seminários.

15 de Dezembro: Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista



O Projeto de Lei Nº 2.381/2015, do Deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista, a ser comemorada em todo o território nacional. O parecer favorável do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A data presta homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, nascido nesse dia. Acata sugestão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR); do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Nacional (IAB/DN); e da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) em audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara.

18 de novembro

Aumento do percentual de repasse para o FPM no mês de julho



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 38/2015, do Deputado Baleia Rossi (PMDB-SP), aumenta em um ponto percentual os repasses feitos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no mês de julho. O parecer do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PD-T-BA), pela admissibilidade desta e das PEC 137/2015 e PEC 153/2015, apensadas, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

O aumento será escalonado em dois exercícios financeiros, acrescentando-se 0,5% em cada ano. Hoje, a União repassa para o FPM, 22,5% do que arrecada com impostos de Renda e sobre produtos industrializados. Nos meses de julho e dezembro, esses repasses passam a 23,5%.

Cirurgia plástica reparadora no SUS para mulheres vítimas de violência



O Projeto de Lei Nº 123/2007, do ex-Deputado Neilton Mulim (RJ), obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecer gratuitamente cirurgia plástica reparadora a mulheres com lesões corporais causadas por atos de violência doméstica. O parecer favorável da relatora, Deputada Tia Eron (PRB-BA), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.239/2015.

A maioria das agressões às mulheres acontece com quem não tem recursos para uma cirurgia plástica reparadora. Assegura à vítima de violência direito de ser atendida no SUS para reparar as lesões impostas ao seu corpo. Prevê, ainda, a possibilidade de os gestores serem punidos, caso deixem de cumprir com a obrigação de informar as mulheres vitimadas por violência sobre seus direitos.

Incorporadoras de imóveis devem indenizar compradores por atrasos



O Projeto de Lei Nº 3.019/2008, do Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), obriga as incorporadoras de imóveis a indenizar o comprador se não concluírem a construção do edifício ou atrasarem a obra sem justificativa. O parecer favorável do relator, Deputado Leonardo Picciani (PM-DB-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A indenização será mensal, no valor do aluguel da unidade adquirida. O cálculo da indenização tenha como parâmetro a média de mercado da localidade em que se situa o bem. A proposta autoriza a transferência do empreendimento a outra incorporadora em caso de inadimplência no pagamento da indenização, e também que seja incluída uma cláusula contra atrasos excessivos nas obras.

24 de novembro

Regulamentação do teto da remuneração de servidores públicos



O Projeto de Lei Nº 3.123/2015, do Poder Executivo, regulamenta o teto de remuneração do serviço público e fixa novas normas para o cálculo desse teto, tanto para o servidor público quanto para os agentes políticos. O parecer favorável do relator, Deputado André Fufuca (PEN-MA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Será instituído um sistema integrado de dados para remunerações, proventos e pensões de servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas, para controle do teto. Conforme a Constituição, esse limite é, na União, o salário dos ministros do STF; nos Municípios, do prefeito; nos Estados e no DF, do governador, no Executivo; dos deputados estaduais e distritais, no Legislativo; e o dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

Mantida regra sobre validade de votos a partidos de candidatos sub judice



O Projeto de Lei Nº 3.426/2012, do Deputado Paulo Feijó (PR-RJ), anularia os votos atribuídos a candidatos cujo registro não esteja deferido pela Justiça até a data da eleição. O parecer da relatora vencedora, Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), pela inconstitucionalidade da proposta, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A nulidade valeria inclusive para o cômputo dos votos para o partido ou coligação. Com a rejeição, fica mantido o texto atual da Lei Eleitoral (9.504/97), segundo o qual o cômputo, para o respectivo partido ou coligação, dos votos atribuídos ao candidato cujo registro esteja sub judice no dia da eleição fica condicionado ao deferimento do registro do candidato. O prazo para julgamento definitivo dos registros de candidatura é de 45 dias antes das eleições.

Autorização para Municípios cobrarem imposto sobre herança ou doação



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 385/2009, do Deputado Manoel Junior (PMDB-PB), assegura aos Municípios a opção de fiscalizar e cobrar o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). O parecer do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), pela admissibilidade desta e da PEC 60/15, apensada, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de Comissão Especial para ter o mérito analisado.

Altera a repartição de receitas tributárias, destinando a totalidade da arrecadação do imposto aos municípios que optarem por realizar a fiscalização e a arrecadação do tributo. O ITCMD é recolhido em duas situações: quando há transferência de recursos ou patrimônio por herança; e nos casos em que há doação de dinheiro ou outros bens.

Exclusividade de médico em perícias para aposentadoria por invalidez



O Projeto de Lei Nº 7.200/2010, do ex-Deputado Ricardo Berzoini (SP) e outros estenderia a outros profissionais da área de saúde – como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos – a competência para realizar perícias da Previdência Social para a concessão de aposentadoria por invalidez. O parecer do relator, Deputado Hiran Gonçalves (PMN-RR), pela inconstitucionalidade da proposta, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A proposta rejeitada alteraria a Lei 8.213/1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, e hoje prevê que essas perícias só podem ser feitas por médicos. O projeto também permitiria que a avaliação pericial fosse realizada de modo multidisciplinar. O exame multidisciplinar foi considerado desnecessário.

Mudança no cálculo do valor dos condomínios de imóveis residenciais



O Projeto de Lei Nº 5.035/2013, do Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), estabelece que a forma de cálculo do valor dos condomínios, em imóveis exclusivamente residenciais, será proporcional ao número de dormitórios dos imóveis, salvo disposição em contrário na convenção. O parecer favorável do relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), ao substitutivo com complementação de voto foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Altera a Lei dos Condomínios (Lei 4.591/64), que fixa a quota no rateio correspondente à fração ideal de terreno de cada unidade. Estabelece critério mais objetivo na lei, no caso de imóveis exclusivamente residenciais. Para os outros tipos de imóveis, ficarão mantidas as regras atuais.

Abolicionista Luiz Gama inscrito no Livro Heróis da Pátria



O Projeto de Lei Nº 1.926/2015, do Deputado Orlando Silva (PcdoB-SP), inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome do abolicionista Luís Gonzaga Pinto da Gama no Livro dos Heróis da Pátria. O parecer favorável do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PcdoB-MA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Luiz Gama era conhecido como advogado dos escravos e é considerado um dos maiores líderes abolicionistas do Brasil. Ele não conseguiu se matricular no curso de Direito do Largo do São Francisco, hoje faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), mas persistiu como ouvinte das aulas. Conseguiu uma carta de advogado e com o conhecimento adquirido, defendeu e libertou na Justiça mais de 500 negros escravos.

Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil ao abolicionista Luiz da Gama



O Projeto de Lei Nº 1927/2015, do Deputado Orlando Silva (PcdoB-SP), declara o abolicionista Luiz Gonzaga Pinto da Gama como Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil. O parecer favorável do relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PcdoB-MA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Luiz Gama é conhecido como advogado dos escravos, e não conseguiu se matricular no curso de Direito do Largo do São Francisco, hoje faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), mas persistiu como ouvinte das aulas, enfrentando hostilidade de professores e alunos por ser negro. Conseguiu uma carta de advogado e com o conhecimento adquirido, defendeu e libertou na Justiça mais de 500 negros escravos.

25 de novembro

Aumento de pena para quem omitir socorro necessário



O Projeto de Lei Nº 58/2015, do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), aumenta a pena para quem omitir socorro a quem precisar. A proposta prevê detenção de seis meses a um ano e multa para os infratores. O parecer favorável do relator, Deputado Marcos Rogério (PDT-RO), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Atualmente, o Código Penal prevê detenção de um a seis meses ou multa para quem deixar de prestar assistência, quando for possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, à pessoa inválida ou ferida ou em grave e iminente perigo; ou ainda não pedir socorro da autoridade pública. O texto aprovado dobra a punição se a omissão resultar em lesão corporal grave. Fica mantida a triplicação da pena em caso de morte.

Medidas para inibir erros no uso equivocado de medicamentos



O Projeto de Lei Nº 3.596/2012, do Senado Federal (PLS 461/2011), estabelece medidas para inibir erros de administração e uso equivocado de medicamentos. Pelo texto, os produtos deverão ter características de rotulagem e de embalagem que possibilitem a sua imediata identificação. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinaria 13.236/2015.

O projeto altera a Lei 6.360/1976, que trata da vigilância sanitária a que ficam sujeitos medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. A utilização de rótulos e embalagens iguais ou semelhantes para produtos de composição diferente é fator que induz a equívocos, muitas vezes fatais.

Inclusão em lei de regras sobre medicamentos similares



O Projeto de Lei Nº 4.828/2012, do Senado Federal (PLS 152/2012), inclui as regras de produção e qualidade dos medicamentos similares no texto da lei que regula o regime de vigilância sanitária dos medicamentos (Lei 6.360/1976). O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), foi aprovado. A matéria foi transformada na Lei Ordinária 13.235/2015.

O controle dos genéricos está previsto em resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A Anvisa estabeleceu um cronograma para essa comprovação, que é exigida para todos os similares desde 2014 e que os medicamentos similares apresentem as mesmas provas para registro de medicamento genérico. O objetivo da proposta é dar mais segurança para a população.

Exame de acuidade visual para alunos do ensino fundamental



O Projeto de Lei Nº 5.963/2001, do Deputado Milton Monti (PMDB-SP), torna obrigatório o exame de acuidade visual em todos os alunos matriculados no ensino fundamental das escolas públicas e particulares. O parecer favorável do relator, Deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O desempenho insatisfatório do aluno muitas vezes é uma patologia de visão, que pode ser detectada e corrigida. Aos 7 anos, entre 6% e 7% dos alunos têm problemas visuais que se não forem corrigidos dificultará ou impedirá o seu desenvolvimento escolar. A proposta pretende corrigir o entendimento de que o baixo rendimento escolar está associado a um problema de aprendizagem.

Inclusão do leite em política de garantia de preço mínimo



O Projeto de Lei Nº 546/2003, do Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autoriza o Poder Executivo a incluir o leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O objetivo é beneficiar os produtores e suas cooperativas, remunerando-os adequadamente. O parecer favorável do relator, Deputado Covatti Filho (PP-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Os recursos serão alocados pelo governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária anual. A proposta vai dar segurança aos produtores. Com a garantia do preço mínimo, os produtores vão poder fazer investimento. É uma espécie de salário mínimo. Se houver crise, o valor vai ser mantido com subsídio do governo.

Isenção de IPI para motoristas profissionais de transporte turístico



O Projeto de Lei Nº 4.642/2004, do Deputado Alex Canziani (PTB-PR), inclui como beneficiário de isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o motorista profissional que adquire o veículo automotor para atividade de transporte turístico (van e micro-ônibus de turismo). O parecer favorável do relator, Deputado Sandro Alex (PPS-PR), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

A proposta aprovada altera Lei 8.989/1995, com a redação dada pela Lei 10.690/2003 e está em sintonia com as diretrizes lançadas pelo Plano Nacional do Turismo, cuja implementação pretende transformar o Turismo em fonte geradora de empregos e ocupações, refletindo na distribuição de renda e na qualidade da vida das comunidades.

Possibilidade de recursos às decisões do Ministério Público em inquérito civil



O Projeto de Lei Nº 1.611/2011, do Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), permite a interposição de recursos às decisões do Ministério Público no curso do inquérito civil público – que buscam averiguar ameaças contra o meio ambiente, patrimônio público, direitos do consumidor e outros direitos coletivos. O parecer favorável do relator, Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Pelo texto, determinado órgão público ou particular poderá recorrer contra pedidos de feitos pelo MP. Altera a regulamentação da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e estabelece a apresentação de recursos contra atos do MP no inquérito civil público, que deverão ser resolvidos pelo órgão superior da instituição em 45 dias.

26 de novembro

Divulgação obrigatória de tarifa social de energia



O Projeto de Lei Nº 1.937/2011, do Deputado Jefferson Campos (PSB-SP), obriga as distribuidoras de energia elétrica a realizar campanha permanente para divulgar a Tarifa Social de Energia Elétrica. O parecer favorável do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), foi aprovado. A matéria aguarda votação da Redação Final.

As informações devem ser divulgadas por mensagem impressa na fatura de energia e na página da empresa na internet. A tarifa social é um desconto na conta de luz concedido às famílias inscritas no Cadastro Único com renda de até meio salário mínimo per capita ou beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). O desconto concedido varia de acordo com consumo de energia.





Dezembro





1º de dezembro**Rejeitada menção a parlamentar que indica projetos ao Executivo**

A Proposta de Emenda à Constituição Nº 436/2014, do Deputado Erivelton Santana (PSC-BA), obrigaria o presidente da República a revelar quais projetos de lei de sua autoria tiveram origem em indicação de parlamentares. O parecer do relator, Deputado José Fogaça (PMDB-RS), pela inadmissibilidade da matéria, foi aprovado. A matéria foi arquivada.

A PEC desrespeita uma cláusulas pétreas da Constituição, a separação dos Poderes, e cria um ônus ao Executivo em matéria de sua competência. Os projetos de lei de iniciativa privativa do presidente da República mencionariam a existência de indicação parlamentar anterior e citaria o autor, com o objetivo de permitir que os cidadãos conhecessem a origem de algumas leis.

Propaganda de saúde pública obrigatória em ônibus

O Projeto de Lei Nº 2.808/2008, do Deputado Silas Câmara (PSD-AM), obriga as empresas de transporte coletivo urbano a divulgar em seus veículos mensagens publicitárias de promoção à saúde e de prevenção a doenças. O parecer favorável do relator, Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

As empresas reservarão 15% de espaço publicitário para essas mensagens. As peças serão feitas, veiculadas e disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. Está em sintonia com a Constituição Federal, que prevê que a saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos.

Permissão para uso de árvores frutíferas na recomposição de APPs



O Projeto de Lei Nº 6.330/2013, do Deputado Afonso Hamm (PP-RS), altera o Código Florestal (Lei 12.651/12) para permitir o uso de árvores frutíferas na recomposição de áreas de preservação permanente (APPs). O parecer favorável do relator, Deputado Esperidião Amin (PP-SC), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

As APPs são áreas em torno de cursos de água, encostas, entre outros, que devem ser preservadas para manter os recursos hídricos, a paisagem, a biodiversidade e a estabilidade geológica de uma região. O objetivo é autorizar o agricultor a usar árvores frutíferas, nativas ou exóticas, na recomposição, desde que respeite regras estabelecidas pelo Ministério da Agricultura para o sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF).

Obrigatoriedade para banco a emitir quitação de dívidas em 10 dias



O Projeto de Lei Nº 1.964/2007, do ex-Deputado Edson Ezequiel (RJ), obriga os bancos e outras instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional a emitir, em até 10 dias úteis, certificado de quitação de financiamento de bens móveis ou empréstimos pessoais. O parecer favorável do relator, Deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), foi aprovado. A matéria aguarda votação da Redação Final.

Pelo texto, no caso de bens imóveis, o prazo para emitir o certificado de quitação de financiamento é de 30 dias. Os documentos só serão emitidos quando houver liquidação total das dívidas. Atualmente, uma lei editada em 2009 já obriga as instituições financeiras a emitir automaticamente declaração anual de quitação de débitos (Lei 12.007/09).

Rejeitada regulamentação de contratos de aluguel em shopping centers



O Projeto de Lei Nº 7.137/2002, da ex-Deputada Zulaiê Cobra (SP), mudaria a Lei do Inquilinato (Lei 8245/91) para definir melhor a relação entre lojistas e shopping centers nos contratos de aluguel. O parecer do relator, Deputado Décio Lima (PT-SC), pela rejeição do projeto, dos apensados (PLs 453/03, 7323/06, 2253/07 e 2324/07) e dos substitutivos das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Defesa do Consumidor, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O projeto beneficiaria lojistas ao proibir que os shoppings centers cobrassem mais de 12 aluguéis por ano, como acontece hoje. Também impediria que shoppings cobrassem aluguéis predeterminados ou progressivos, depois do primeiro ano de vigência do contrato.

Rejeitada ampliação para dez anos do prazo de penhor rural



O Projeto de Lei Nº 5.463/2013, do Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), amplia para até dez anos o prazo do penhor rural, usado como garantia de dívidas agrícolas e pecuárias. O parecer do relator, Deputado Padre João (PT-MG), pela rejeição deste e do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

O Código Civil (Lei 10.406/2002) determina que o penhor agrícola e o penhor pecuário não poderão ter prazos superiores ao das obrigações garantidas. Atualmente, o limite é de até três anos para o penhor agrícola e até cinco anos para o penhor pecuário. Em os ambos os casos, a lei admite uma prorrogação por até três anos.

Acesso a todos os direitos a deficiente auditivo unilateral



O Projeto de Lei Nº 1.361/2015, do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), transforma, para todos os efeitos legais, o portador de deficiência auditiva unilateral em pessoa com deficiência. O parecer favorável do relator, Deputado Rogério Rosso (PSD-DF), foi aprovado. A matéria aguarda votação da Redação Final.

O objetivo é assegurar ao deficiente auditivo unilateral acesso a direitos das pessoas com deficiência, como a reserva de vagas em concursos públicos e a Lei de Cotas (Lei 8.213/91), que determina a contratação de percentuais variados de pessoas com deficiência por empresas, proporcionalmente ao número de empregados. A perda não se enquadra na definição técnica que assegura acesso aos direitos concedidos às pessoas com deficiência.

Rodeio e vaquejada como status de manifestações da cultura nacional



O Projeto de Lei Nº 1.554/2015, do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), concede status de manifestação da cultura nacional ao rodeio e à vaquejada, competições com animais praticadas principalmente no interior do Brasil. O parecer favorável do relator, Deputado Efraim Filho (DEM-PB), a este projeto e ao apensado, PL 1767/2015, do Deputado Capitão Augusto (PR-SP), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação de recurso em Plenário.

O texto final foi a junção feita pela Comissão de Cultura dos PL 1554/15 e PL 1767/15. A proposta é uma forma de reconhecer duas atividades que geram turismo e valorizam o interior do País. Ambas, tanto o rodeio quanto a vaquejada, diferenciam-se da farra do boi e da tourada, pois não têm como objetivo o sofrimento do animal. O pró-

prio Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a farra e não proibiu os rodeios e vaquejadas.



Houve polêmica na aprovação da proposta porque a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos de Animais discute justamente a proibição das duas práticas, ao mesmo tempo em que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável analisa regras para rodeios e vaquejadas (PL 2452/11).



Os parlamentares contrários à aprovação das propostas, como o Deputado Max Filho (PSDB-ES), afirmaram que o rodeio e a vaquejada são combatidos por organiza-

ções de defesa dos animais e apontados por elas como fontes de maus-tratos. “Alguns hábitos antigos estão sendo substituídos em favor de uma nova cultura de valorização da vida, de proteção dos animais e combate aos maus-tratos”, argumentou.

Já os Deputados favoráveis aos projetos, como o relator Efraim Filho, consideraram a necessidade de regulamentar essas atividades como um esporte, para que a seja possível fiscalizá-las. Atualmente, as duas atividades são realizadas sem nenhuma fiscalização, o que pode gerar abuso. “Agora, proibir os rodeios e as vaquejadas é excessivamente radical, quando você vê muito mais violência em lutas de UFC, que são transmitidas pela TV”, completou o Deputado.



Rodeio

Prática que provém de atividades de trabalho das fazendas. É praticado em vários países do mundo, princi-

palmente onde há uma pecuária acentuada tais como Estados Unidos, Austrália e Brasil. Mas também é praticado no Canadá, Itália, França, México e em vários países da América Latina.



Vaquejada

Atividade desportiva praticada nas modalidades amadora e profissional. É uma competição que julga a habilidade do atleta em dominar o animal com destreza e perícia. Sua prática deve respeitar as regras de proteção à saúde e à integridade física dos animais, que, pela proposta, abrangem desde o transporte do animal à montaria.

3 de dezembro

Municípios de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo na área da Sudene



O Projeto de Lei Complementar Nº 76/2007, do ex-Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (MG), estende a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O parecer favorável do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), a esta proposta e aos seis apensados – PLPs 380/2008, 403/2008, 106/2015, 119/2015, 475/2009 e 128/2015 – foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário.

Incluem municípios do Vale do Rio Doce (MG) e de 47 municípios mineiros e todos os municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Pela Lei Complementar 125/07, compete à Sudene promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação, que abrange todo o Nordeste e municípios do norte mineiro e capixaba.

Definido prazo para sustentação oral nos juizados especiais



O Projeto de Lei Nº 2.969/2011, do Deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA), fixa em dez minutos o prazo para sustentação oral dos advogados das partes nos recursos contra sentença dos juizados especiais criminais e cíveis. O prazo também será aplicado no recurso contra a rejeição da denúncia ou queixa criminal. O parecer favorável do relator, Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), foi aprovado. A matéria aguarda votação da Redação Final.

A intenção é padronizar o tempo da sustentação oral nas turmas recursais dos juizados especiais, que atuam em causas que envolvam pequenos valores ou incidentes de menor gravidade. O prazo para sustentação oral previsto no direito brasileiro é de 15 minutos, mas para os juizados especiais será de 10 minutos.

8 de dezembro

Pensão vitalícia de dois salários mínimos a ex-integrantes do Batalhão Suez



O Projeto de Lei Nº 8.254/2014, do Senado Federal (PLS 332/2011), concede pensão especial vitalícia de dois salários mínimos (atualmente, R\$ 1.576) aos ex-integrantes do Batalhão Suez. O parecer favorável do relator, Deputado Valtenir Pereira (PMB-MT), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação do Plenário.

A tropa de 6.300 brasileiros fez parte da força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1956, com o objetivo de auxiliar o processo de paz e manter a segurança internacional na região compreendida entre o Canal de Suez, no Egito, e a linha de armistício entre Israel e o Egito. Para receber o benefício, é necessário ter renda mensal inferior a dois salários mínimos ou renda insuficiente para a subsistência.

Carlos Barbosa (RS): Capital Nacional do Futsal



O Projeto de Lei Nº 7.471/2014, do Senado Federal (PLS 331/2012), declara o município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, a Capital Nacional do Futsal. O parecer favorável do relator, Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), foi aprovado. A matéria aguarda prazo para recurso.

O time do município é bicampeão da Copa Intercontinental de Futsal, torneio anual realizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA); além de títulos estaduais, regionais, nacionais e sul-americanos. O time formou diversos atletas para a seleção brasileira, contribuindo para que o País se tornasse referência no esporte. O futsal está ligado ao cotidiano da cidade desde a década de 70, com a criação da Associação Carlos Barbosa de Futsal (ACBF).

Regulamentação da profissão de cuidador



O Projeto de Lei Nº 1.385/2007, do Deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), regulamenta a profissão de cuidador. Além de exigir dos trabalhadores ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, o texto prevê idade mínima de 18 anos, atestados de bons antecedentes, e de aptidão física e mental. O parecer favorável da relatora, Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda prazo para recurso.

Define o cuidador como quem acompanha e dá assistência a crianças, idosos, pessoas com deficiência ou doença grave. Essas ações podem ser temporárias ou permanentes, domiciliares, comunitárias, ou institucionais, e incluem o cuidado com o bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer.

Programa nacional de incentivo para aluno com baixo rendimento



O Projeto de Lei Nº 3.545/2008, do Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autoriza a União a criar, em articulação com Estados e Municípios, o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Deficiência no Aprendizado Escolar. O parecer favorável da relatora, Deputada Tia Eron (PRB-BA), foi aprovado. A matéria aguarda prazo para recurso.

O objetivo é estimular a criação, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, de iniciativas para estudantes com baixo rendimento escolar. O programa poderá ser criado no âmbito de cada escola com a participação de professores, especialistas em educação e voluntários capacitados. O reforço aos alunos com dificuldade de aprendizado será oferecido a cada fim de bimestre.

Dispositivo antiesmagamento nas janelas com vidro elétrico



O Projeto de Lei Nº 5.125/2009, do Deputado Jefferson Campos (PSD SP), inclui, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos automotores, o dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico. O parecer do relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), pela aprovação deste e dos apensados – PL 4200/2012 e PL 4237/2012 – foi aprovado. A matéria aguarda prazo para recurso.

Altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) para evitar que a mão ou o braço de ocupante do veículo seja comprimido pelo vidro contra a travessa da janela. O sistema de acionamento dos vidros elétricos, especialmente por controle remoto, traz diversos riscos, como atingir uma criança com a cabeça para fora do veículo.

Infração grave para motorista que estacionar em vaga para idosos



O Projeto de Lei Nº 131/2011, do Deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), considera infração grave – com cinco pontos na carteira de habilitação, multa de R\$127,69 e remoção do veículo – o uso indevido de vagas de estacionamento para idosos e pessoas com deficiência. O parecer favorável da relatora, Deputada Tia Eron (PRB-BA), a este projeto e ao apensado, PL 460/11, foi aprovado. A matéria aguarda prazo para recurso.

Modifica o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e considera como vias públicas os estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo. Há atualmente controvérsias quanto à possibilidade de fiscalização das vagas nos estacionamentos de estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo.

Administração Pública poderá ser demandada nos Juizados Especiais



O Projeto de Lei Nº 3.005/2011, do Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), elimina a restrição da administração pública vir a ser demandada nas ações de pequena relevância propostas perante os juizados especiais. O parecer favorável do relator, Deputado Valtenir Pereira (PMB-MT), foi aprovado. A matéria aguarda prazo para recurso da Mesa.

Altera a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (9.099/1995) como medida de elevado alcance social, ao permitir que o cidadão comum possa demandar contra o Estado por questões de pequena relevância e/ou nenhuma complexidade. A medida é indutora de favorecimento da melhor qualidade dos serviços públicos que serão mais facilmente avaliados e advertidos pela sociedade.

Inclusão do princípio da simplicidade na lei sobre juizados especiais



O Projeto de Lei Nº 3.031/2011, do Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), altera a lei dos juizados especiais (9.099/95) para incluir a simplicidade entre os princípios que regem sua atuação. O parecer favorável do relator, Deputado Valtenir Pereira (PMB-MT), foi aprovado. A matéria aguarda apresentação de recurso na Mesa.

De acordo com a Lei 9.099/1995, o princípio da simplicidade trata da atuação dos juizados especiais, que deve ser feita de forma clara, simples, acessível, ou seja, da melhor forma possível para o entendimento das partes. O princípio da simplicidade é indispensável à seleção de processos para julgamento nos juizados especiais, criados para julgar processos que envolvam questões não complexas.

Prazo para Município apresentar plano de mobilidade



O Projeto de Lei Nº 7.898/2014, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), amplia o prazo para que municípios elaborem seus Planos de Mobilidade Urbana (PMU), compatíveis e integrados aos planos diretores. O parecer favorável do relator, Deputado Raul Jungmann (PPS-PE), foi aprovado. A matéria aguarda deliberação da Redação Final.

O prazo para apresentação do PMU foi abril de 2015. O prazo final passa a ser abril de 2018. O plano é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes e, sem ele, a cidade fica impedida de receber recursos federais para projetos de mobilidade urbana. Envolve transporte público, áreas de estacionamento, circulação viária e acessibilidade para pessoas com deficiência.

Biênio da Matemática 2017-2018 – Gomes de Sousa



O Projeto de Lei Nº 2.496/2015, dos Deputados Alex Canziani (PTB-PR), Wilson Filho (PTB-PB) e Pedro Fernandes (PTB-MA), institui o “Biênio da Matemática 2017-2018 – Gomes de Sousa”. O parecer favorável da relatora, Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), foi aprovado. A matéria aguarda apresentação de recurso na Mesa.

A proposta aprovada para criação da data pretende destacar a ativa participação do Brasil na promoção de dois grandes eventos internacionais da área de Matemática, além de motivar uma campanha em favor da promoção de uma cultura da Matemática no País. Em 2017, será realizada a Olimpíada Internacional de Matemática e, em 2018, ocorrerá o Congresso Internacional de Matemáticos, ambos sediados no Brasil.

15 de dezembro

Emissão de títulos de crédito por cooperativas agrícolas



O Projeto de Lei Nº 5.652/2009, do Senado Federal (PLS 369/2003), autoriza as cooperativas agrícolas, agroindustriais e de crédito, as associações de produtores rurais e outras pessoas jurídicas que operem no setor agroindustrial a emitir, sem intermediação de instituição financeira, títulos de crédito denominados títulos da dívida de agronegócios. O parecer favorável do relator, Deputado Giovanni Cherini (PDT-RS), foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.

Pela proposta, os papéis terão prazo de resgate máximo de três anos e serão emitidos em nome do credor, mas poderão ser negociados por meio de endosso (assinatura do credor normalmente no verso do documento), inclusive em pregões de bolsas de mercadorias.

Retenção para transporte de crianças em veículos coletivos



O Projeto de Decreto Legislativo Nº 2.767/2010, do Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), revoga a dispensa de utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças nos veículos de transporte coletivo, de aluguel, táxis, escolares. O parecer do relator, Deputado Baccelar (PTN-BA), pela rejeição deste e do apensado, PDC 2826/2010, foi aprovado. A matéria aguarda apreciação pelo Plenário da Câmara.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) editou resolução em 2008 que dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e o uso do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos. A norma é contraditória por buscar a redução do risco aos passageiros e não obrigar o uso dos acessórios de segurança em todos os casos.

16 de dezembro

Limite da carga tributária a até 25% do PIB



A Proposta de Emenda à Constituição Nº 511/2010, do Deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR), estabelece um limite máximo para a carga tributária nacional. O parecer do relator, Deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), pela admissibilidade da proposta, foi aprovado. A matéria aguarda a criação de uma Comissão Especial para ter o mérito analisado.

A soma da arrecadação de todos os tributos federais, estaduais e municipais fica limitada a 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior. Pela proposta, o limite seria alcançado a partir de uma redução gradual da carga tributária em 10 anos. A União terá uma parcela de até 50% do total arrecadado. Já estados e municípios receberão, no mínimo, 25% da carga tributária anual.

Audiências Públicas



24 de março

Admitida a redução da maioria penal (PEC 171/1993)

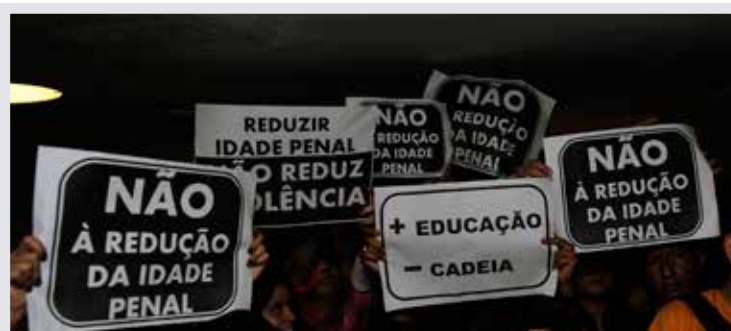


Atendeu requerimentos dos Deputados Alessandro Molon (Rede-RJ) e Esperidião Amin (PP-SC) e da Deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Um clima tumultuado marcou a audiência pública promovida pela CCJC para discutir a admissibilidade da PEC 171/1993, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Embora tenham sido convidados para o debate constitucionalistas e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos procuradores da República, dos magistrados e dos defensores públicos, apenas dois convidados tiveram tempo de expor suas ideias, antes do fim da reunião.

O professor constitucionalista André Ramos Tavares, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, opinou que a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétreia da Constituição e, por isso, não pode ser alterada. Segundo ele, o artigo 228 da Constituição, que trata do assunto, é um direito fundamental e não se admite sequer a tramitação de emendas que o modifiquem.



Já o professor universitário e mestre em Direito, Fabrício Juliano Mendes Ribeiro considera a PEC 171/93 admissível. Na avaliação dele, a proposição não subverte o núcleo essencial do princípio da dignidade da pessoa humana. Ribeiro defendeu que esse núcleo seria atingido

apenas se alguma proposta visasse à erradicação pura e simples da maioria penal.



Durante a audiência pública, manifestantes favoráveis e contrários à PEC lotaram o plenário da CCJC. De um lado, mães de vítimas de violência cometidas por menores. De outro, estudantes do ensino médio de algumas escolas públicas do Distrito Federal com faixas contra a redução. Um telão foi providenciado em um plenário vizinho para que todos pudessem acompanhar os debates.

Houve discussão entre manifestantes contrários à PEC e parlamentares, os Deputados defenderam suas posições e diante da situação, o presidente da CCJC, Deputado Arthur Lira (PP-AL), achou por bem encerrar a audiência.

A proposição foi submetida a análise de comissão especial e aprovada em dois turnos pelo Plenário. E atualmente aguarda apreciação pelo Senado Federal.

21 de maio

Publicidade voltada para o público infantil (PL 5921/2001)



Atendeu requerimento dos Deputados Arthur Oliveira Maia (SD-BA) e Ronaldo Fonseca (PROS-DF)

O PL 5.921/2001, do Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), disciplina a propaganda de produtos infantis e foi tema de audiência pública promovida pela CCJC. A matéria altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990). O debate reuniu representantes de entidades de defesa da criança e do setor publicitário, favoráveis e contrários às várias alterações que outros colegiados da Câmara fizeram à matéria que, originalmente, proibia a publicidade destinada a promover a venda de produtos infantis. Devido à polêmica do tema, a proposta recebeu substitutivos nas três comissões que a analisaram anteriormente.



como “promotores de venda” para convencer os pais a comprar determinado produto.



Já os representantes das entidades ligadas a publicitários e mídia – Conar e ABA – afirmaram que essa proposta fere a liberdade de expressão e, por isso, preferem aperfeiçoar outros textos que saíram das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática com critérios mais claros sobre propaganda abusiva.



Os representantes do Idec e do Milc defenderam restrições à comunicação mercadológica em programas infantis; e o do Instituto Alana, Pedro Hartung, argumentou que é preciso evitar que as crianças continuem a ser usadas

O escritor Ziraldo se posicionou contra as propostas de restrições à publicidade voltada para crianças. “Nossos fi-

Ihos não precisam, obrigatoriamente, ser disciplinados e obedientes. Nossos filhos têm que ser felizes”.

14 de julho e 11 de agosto

Redução da idade mínima para o trabalho (PEC 18/2011)



As audiências públicas foram propostas pelos Deputados Alessandro Molon (Rede-RJ) e Luiz Couto (PT-PB), pela Deputada Sandra Rosado (PSB-RN), e pelo relator da matéria na CCJC, Deputado Esperidião Amin (PP-SC).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 18/2011, do Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), tramita com outras cinco PECs apensadas (PEC 35/2011, PEC 274/2013, PEC 77/2015, PEC 107/2015 e PEC 108/2015) e propõe a redução para 14 anos da idade mínima para o trabalho no Brasil. As propostas foram tema de duas audi-

ências públicas promovidas pela CCJC: a primeira no dia 14 de julho e a segunda no dia 11 de agosto.



Atualmente, a Constituição Federal permite a contratação de adolescentes com idade entre 14 e 16 anos apenas na condição de aprendiz, ou seja, com regras específicas, como jornada reduzida e comprovação de frequência escolar. O texto constitucional também proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos jovens com 16 e 17 anos. Tramitam na CCJC quatro propostas de emenda à Constituição (PEC 18/11 e outras) que autorizam o trabalho já a partir dos 14 anos.



Já a Convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 1973, e da qual o Brasil é signatário, fixa como idade mínima recomendada para o trabalho 16 anos. A Convenção admite, por exceção, o trabalho na faixa etária entre 13 e 15 anos, desde que não prejudique a saúde ou desenvolvimento do jovem e assegure a ida dele à escola. Tratados internacionais firmados pelo Brasil sobre direitos humanos podem ter força de emenda constitucional.



Primeiro debate

A primeira audiência pública sobre o tema foi realizada pela CCJC no dia 14 de julho e contou com a participação de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), da Associação Nacional dos Magistrados da

Justiça do Trabalho (Anamatra) e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – (FNPETI). A matéria foi criticada pelos participantes, que se posicionaram contrários à proposta e comentaram que a redução da idade mínima para o trabalho implicará retrocesso social.



Segundo debate

A segunda rodada de debates reuniu representantes de confederações de empregadores, de centrais sindicais e do Ministério do Trabalho. Todos, exceto a Presidente do Projeto Ampliar, criticaram a proposta. Para eles, a medida fere direitos fundamentais assegurados na Constituição, tratados internacionais sobre a organização do trabalho e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Participaram o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Alberto Souza; os representantes da For-

ça Sindical, Antônio Dantas; da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rodrigo Rodrigues; da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Carlos Rogerio Nunes; da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fernanda de Menezes Barbosa; e a presidente do Projeto Ampliar, Maria Helena Maud.

20 de agosto

Inseminação artificial e fertilização in vitro (PL 1184/2003)



A realização da audiência pública atendeu requerimentos dos Deputados João Campos (PSDB-GO) e Ivan Valente (PSOL-SP).

Opiniões divergentes dominaram os debates da audiência pública para discutir a reprodução assistida prevista em projetos (PL 1184/03 e apensados) na CCJC. Proibições previstas no projeto principal, como barriga de alu-

guel e o congelamento de embriões foram defendidos pela presidente do Movimento Brasil sem Aborto, Lenise Garcia.

Já o representante da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida, Adelino Amaral Silva; e da Faculdade de Polícia Militar de Goiás, Waldemar Naves do Amaral, defenderam as duas práticas. O representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Meiruze Sousa Freitas, disse que a agência vai enviar à CCJC uma manifestação sobre as propostas.

25 de agosto

Prazo para apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana (PL 7898/2014)



A realização da audiência pública atendeu requerimento do relator da matéria na CCJC, Deputado Raul Jungmann (PPS-PE), e dos Deputados Betinho Gomes (PSDB-PE) e

Rodrigo Pacheco (PMDB-MG).

A CCJC promoveu uma audiência pública para debater o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana pelos municípios brasileiros.

Segundo o Projeto de Lei Nº 7898/2014, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), um novo período de mais três anos, até 2018, seria concedido para a elaboração e apresentação do plano de mobilidade.



Foram convidados para o debate o secretário nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Dario Lopes; o professor de Pós-Graduação em Transporte da Universidade de Brasília (UnB), Paulo César Marques; e Vitor Leal, da campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil.

Os participantes apoiaram a proposta de extensão do prazo exigido para apresentação dos planos de mobilidade pelas cidades brasileiras.



De acordo com a Lei 12.587/12, os municípios com mais de 20 mil habitantes tinham até abril de 2015 para apresentar seus planos. Após essa data, aqueles que não apresentaram o plano ficaram impedidos de receber recursos federais destinados a projetos de mobilidade urbana.

Em abril de 2015, apenas 30% dos municípios brasileiros com população acima de 500 mil habitantes estavam com o Plano de Mobilidade Urbana concluído ou em construção.

A situação é ainda mais crítica para as cidades com mais de 50 mil habitantes: 95% não conseguiram finalizar o plano.

O PL 7898/2014 tramita em caráter conclusivo. O parecer favorável do relator foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Também foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

27 de agosto

Medidas contra condutas ofensivas à mulher na internet (PL 5555/2013)



Atendeu requerimento das Deputadas Tia Eron (PRB-BA) e Cristiane Brasil (PTB-RJ) e do Deputado Fausto Pinato (PRB-SP).



Mecanismos de combate a condutas ofensivas à mulher na internet ou em outros meios de propagação da informação estão previstos no Projeto de Lei Nº 5555/2013, do Deputado João Arruda (PMDB-PR), que foi objeto de debate promovido pela CCJC. A matéria tramita com ou-

tras 13 proposições apensadas sobre o mesmo tema e modifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).



Pela proposta, passaria a ser considerada violência a violação da intimidade da mulher, entendida como a divulgação por meio da internet, ou em qualquer outro meio de propagação da informação, sem o seu expresse consentimento, de imagens, informações, dados pessoais, vídeos, áudios, montagens ou fotocomposições da mulher, obtidos no âmbito das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

Participaram do debate a secretária interina de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (SPM/PR), Aline Yamamoto; a promotora da Vara de Violência contra a Mulher, do Ministério Público da Bahia, Sara Gama; e o presidente da Safenet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira.

29 de setembro

Pena maior para crime contra a honra cometido em redes sociais (PL 215/2015)



A realização da audiência pública atendeu requerimento do Deputado José Fogaça (PMDB-RS).

O Projeto de Lei Nº 215/2015 e apensados determina o aumento em um terço do tempo da pena para os chamados crimes contra a honra, quando cometidos em redes sociais.

O tema foi debatido em audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposta altera o Código Penal para duplicar a pena para crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação) quando cometidos por meio da internet. No caso da calúnia, por exemplo, que é imputar um crime a alguém que não o cometeu, a sanção passaria a ser de um a quatro anos de detenção, se for proferida pela internet.



O texto também modifica o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14), a fim de aumentar o rigor no armazenamento de dados que os provedores e sites devem fazer para fins de investigações. O texto regula ainda o que tem sido chamado de “direito ao esquecimento”, que é o direito a que menções a um crime sejam apagadas da rede quando alguém for absolvido em definitivo pela Justiça.



Participaram do debate Marcelo Chilvarquer, do Ministério da Justiça; Frederico Meinberg Ceroy, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital e Coordenador da Comissão de Direito Digital do Ministério Público do Dis-

trito Federal e Territórios (MPDFT); Paulo Rená, membro da Articulação Marco Civil Já e Diretor do Instituto Beta para a Internet e a Democracia (IBIDEM); Sílvio Cerqueira, Delegado de Polícia; Marcelo Cama Proença Fernandes, Procurador do Distrito Federal, Advogado, Professor de Direito Constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Pública (IDP), Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Direito Comparado pela Universidade de Miami.

1º de Outubro

Criminalização de anúncio de meio abortivo (PL 5069/2013)



A realização da audiência pública atendeu requerimento da Deputada Erika Kokay (PT-DF) e do Deputado Evandro Gussi (PV-SP).

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

promoveu uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 5069/13, que torna crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto, principalmente por parte de profissionais de saúde. O projeto, de autoria do presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.



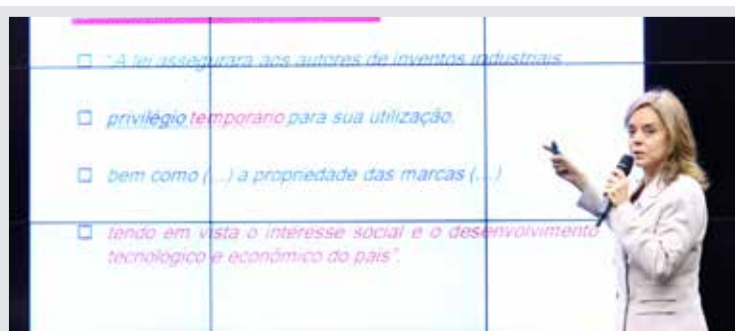
Participaram do debate a juíza de Direito do 4º Juizado Especial Criminal do Estado de Goiás, Liliana Bittencourt; o vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), Olímpio Barbosa Moraes Filho; o presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB/RJ, Bernardo Campinho; a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza; o representante da União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp), Rodrigo Pedroso; e a procuradora do Município de Goiânia (GO), Marina Valadão.

20 de Outubro

Alteração da lei de patentes de medicamentos (PL 139/1999)



Atendeu requerimentos da Deputada Erika Kokay (PT-DF) e dos Deputados Alessandro Molon (Rede-RJ) e Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS).



A CCJC promoveu uma audiência pública que discutiu uma modificação na Lei de Patentes (Lei 9.279/96), a maioria dos deputados se manifestou por uma solução que possa ao mesmo tempo preservar o sistema atual de registro de patentes no Brasil, mas mudar o entendimento

quanto à renovação de patentes na área de medicamentos.



Participaram do debate Marcos Vinícius de Souza, secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Naldo Medeiros Dantas, secretário executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI); Elisabeth E. G. Kasznar Fekete, presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI); Jorge Antonio Zepeda Bermudez, vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Felipe de Carvalho Borges da Fonseca, membro do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/REBRIP); e Ana Claudia Oliveira, gerente técnica e de propriedade intelectual da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA).

1º de Dezembro

Rodeio e vaquejada como manifestações culturais (PL 1554/2015)



Atendeu requerimento dos Deputados Efraim Filho (DEM-PB) e Capitão Augusto (PR-SP), da CCJC, e Ricardo Tripoli (PSDB-SP), da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

A CCJC e a CMADS promoveram audiência pública conjunta para debater o Projeto de Lei Nº 1.554/ 2015, que eleva a manifestação popular Rodeio Crioulo e também a vaquejada à condição de patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Durante a audiência, se posicionaram como favoráveis à constitucionalidade do projeto o diretor jurídico da Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ), Leonardo Dias de Almeida; o mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Fábio Bezerra dos

Santos; o veterinário da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha (ABQM), Leonardo Feitosa Marinho; o diretor de “Os Independentes de Barretos”, Emílio Carlos dos Santos; o veterinário e fundador da Rodeovet, Cesar Fabiano Vilela; o advogado especialista em legislação pertinente aos rodeios, Evandro Grilli; e o presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina, Orides Luiz Pompeo; e o presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Manoelito Carlos Savaris.



Contrários à constitucionalidade do PL 1554/2015 também foram convidadas a professora titular da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, Irvénia Prada e a presidente da União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), Vanice Orlandi, que não puderam comparecer, e a médica veterinária e diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Vânia Plaza Nunes.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
UBES
#REDUÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

UBES CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
UBES
#REDUÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

LUGAR DE ADOLESCENTE É NA ESCOLA

NÃO À REDUÇÃO DA IDADE PENAL

CADEIAS

ESCOLA



Seminários



Seminários pelo Brasil para debater o ciclo completo de polícia



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 430/2009, do Deputado Celso Russomano (PP-SP), modifica as atribuições das polícias Civil e Militar e institui o ciclo completo. Possibilita que as polícias tenham competência para realizar ações de investigação, prevenção e repressão à criminalidade. Atualmente, a investigação é responsabilidade exclusiva das polícias Civil e Federal. Já a Polícia Militar é responsável pela prevenção e repressão.



De acordo com a proposta, apesar da unificação das competências, as polícias permaneceriam com suas estruturas separadas, cabendo à Polícia Militar o combate aos delitos de menor gravidade, como furtos e roubos, e às polícias Civil e Federal os mais complexos, como sequestros, assassinatos e formações de quadrilha.



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 430/2009 tramita apensada a outras seis PECs: PEC 432/2009, dos ex-Deputados Marcelo Itagiba (RJ) e Capitão Assunção (ES) e dos Deputados Celso Russomano (PP-SP) e João Campos (PSDB-GO); PEC 321/2013, do Deputado Chico Lopes (PCdoB-CE); PEC 423/2014, do Deputado Jorginho Mello (PR-SC); PEC 431/2014, do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG); PEC 127/2015, do Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e da Deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ); e a PEC 89/2015, do Deputado Hugo Leal (PROS-RJ).



Para debater a admissibilidade da PEC 430/2009 e apensadas, o relator da proposição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, Deputado Raul Jungman (PPS-PE), solicitou a realização de uma série de seminários intitulados “Por uma nova arquitetura Institucional da Segurança Pública: Pela adoção no Brasil do Ciclo Completo de Polícia”. No total, foram promovidos doze encontros, no DF e em dez Estados.



Para cada um dos eventos realizados foram convida-

dos Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Presidente da Assembleia Legislativa do Estado / Câmara Legislativa do DF; Presidente do Tribunal de Justiça do Estado / DF; Procurador-Geral do Estado / DF; Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado / DF; Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares; Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado / DF; Superintendente da Polícia Federal; Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado / Câmara Legislativa do DF.

Além de representantes do Poder Executivo Estadual / Distrital; Poder Executivo Municipal; Poder Legislativo Estadual / Distrital; Poder Legislativo Municipal; Poder Judiciário Estadual; Ministério Público do Estado / DF.



E de entidades representativas de classe de operadores de Segurança Pública e persecução criminal: **ABC** -



Nacional dos Comandantes-Gerais Das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil; **CONAMP** - Conselho Nacional dos Membros do Ministério Público; **FEIPOL** - Federação dos Policiais Civis do Brasil; **FENEME** - Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; **FENDEPOL** - Federação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil; **FENADEPOL** - Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; **FENAPPI** - Federação Nacional dos Papiloscopistas; **FENAPRF** - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; **FENAPEF** - Federação Nacional dos Policias Federais; e **FONAED** - Fórum Nacional das Entidades de Delegados de Polícia

Associação Brasileira de Criminalísticas; **ADEPOL** - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; **AMEBRASIL** - Associação dos Militares do Brasil; **ANERMB** - Associação Nacional de Entidades Representativas de Militares e Bombeiros; **ADPF** - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; **APCF** - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; **ANASPRA** - Associação Nacional dos Praças; **ANPR** - Associação Nacional dos Procuradores da República; **COBRAPOL** - Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis; **CONCPC** - Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil; **CNCG** - Conselho



E também de colaboradores da Academia e da sociedade civil organizada: Anistia Internacional de Direitos Humanos; Centro de Cultura Luiz Freire (Pernambuco); Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública (UFMG); Centro de Estudos e Pesquisas em Segurança





Gerais); Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP); Observatório de Favelas; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS); Rede Desarma Brasil; Instituto Sou Da Paz; e Viva Rio.

Registram-se, ainda, as presenças dos Deputados Federais Raul Jungmann (PPS-PE), Subtenente Gonzaga (PDT-MG), Celso Russomano (PRB-SP), Capitão Augusto (PR-SP), Major Olimpio (Sem partido-SP), Carmen Zanotto (PPS-SC), André Moura (PSC-SE), Delegado Waldir (PSDB-GO), Reginaldo Lopes (PT-MG), João Campos (PSDB-GO), Marcos Rogério (PDT-RO), Pastor Eurico (PSB-PE), Flávia Moraes (PDT-GO), Giuseppe Vecci (PSDB-GO) e Laudívio Carvalho (SD-MG), do Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) e dos Deputados Estaduais Léo Moraes (PTB-RO), Jesuíno Boabaid (PTdoB-RO), Ricardo Guidi (PPS-SC), Márcio Miranda (DEM-PA), Capitão Samuel (PSL-SE), Georgeo Passos (PP-SP), Cabo Júlio (PMDB-MG), Sargento Rodrigues (PDT-MG), Delegado Olim (PP-SP), Coronel Camilo (PSD-SP), Davi Zaia (PPS-SP), Martha Rocha (PSD-RJ), Zaqueu Teixeira (PT-RJ) e Flávio Bolsonaro (PP-RJ).

Pública (CEPESP) da PUC Minas; Coletivo de Entidades Negras (CEN); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos; Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Política Pública de Segurança (NEPS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Núcleo de Estudos da Violência da Fundação João Pinheiro (Minas

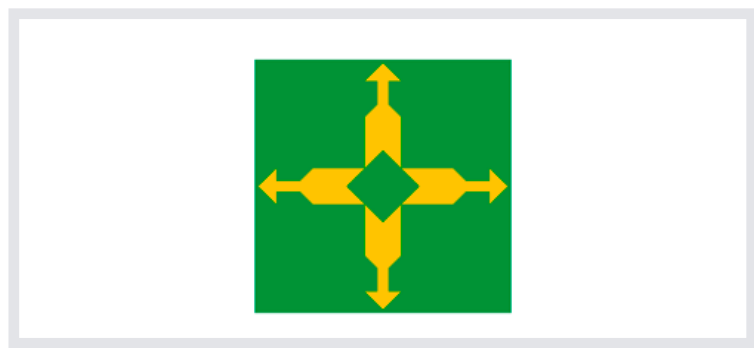




Santa Catarina - 18 de setembro

O primeiro da série de seminários foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), em Florianópolis (SC), na tarde do dia 18 de setembro. O evento contou com a participação do presidente da OAB-SC, Sandro Cesar Sell, e do representante da Direção-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina e do CON-CPC, Marcos Flávio Ghizoni Junior. Também participaram os representantes da ABC, Júlio Freiberg Fernandes; da ADEPOL, Carlos Diego de Araújo; da ADPF, Renato Sayão Dias; da AMEBRASIL, Cel. Sigfrido Maus; da ANASPRA, Elisandro Lotin de Souza; da ANERMB, St. Flavio Haman; da ANPR, Daniel Ricken; da COBRAPOL, Anderson Vieira Amorim; do CONAMP, Jadel da Silva Júnior; da FENAPEF, Antônio José Moreira da Silva; da FENAPRF, Paulo Roberto Coelho Pinto; da FENDEPOL, Claudio Marques Ro-

lim e Silva; da FENEME, Cel. Marlon Tezza; e do CNCG, Cel. Paulo Henrique Hemm.



Distrito Federal - 25 de setembro

Brasília sediou dois eventos. O primeiro, reuniu principalmente entidades representativas de operadores de segurança no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Contou com a participação dos representantes de entidades representativas de classe: da ANERMB, Alberisson Silva; da ADEPOL, Wladimir Sérgio Reale; da ADPF, Marco Leôncio Ribeiro; da AMEBRASIL, Cel Flamarion Ruiz; da ANPR, José Robalinho Cavalcanti; da COBRAPOL, Renato Rincon; da FENADEPOL, Tânia Fernanda Prado Pereira; da FENAPEF, Flávio Werneck Meneguelli; da ANASPRA, Berlique Antônio Cantelmoç da ABC, Bruno Telles; da FENAPPI, Paulo Ayran; da FENAPRF, Eduardo Siqueira Campos; de FEIPOL, Luciano Marinho de Moraes;

da FENDEPOL, José Paulo Pires; da FENEME, Ten. Cel. PM Márcio Ronaldo de Assis; da OAB-DF, Ricardo Roesh Moratto Filho; do CNCG, Cel Marco Antônio Nunes de Oliveira; do CONAMP, Elísio Teixeira Lima Neto; e do CON-CPC, Kleber Luiz da Silva Júnior. Além do representante do Centro de Estudos Interdisciplinares em Segurança Pública e Justiça Criminal da Universidade Católica de Brasília (UCB), professor e pesquisador Nelson de Souza; do Conselho Comunitário de Segurança do Distrito Federal (Conseg-DF), Alcino Marçal Almeida; do ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri; do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Ana Maria Amarante e da PMDF, Cel Maurício Rezende.

legado-Geral da Polícia Civil do Pará, Silvio Maues, que também representou o CONCCPC; do Superintendente da Polícia Federal no Pará, Ualame Fialho Machado; e do representante do Ministério Público do Pará, Alexandre Manoel Lopes Rodrigues. Também participaram do debate os representantes da ADEPOL, Rodolfo Queiroz Laterza; da ADPF, Anderson Rui Fontel; da AMEBRASIL, Cel Raimundo Nonato; da ANASPRA, Heder Martins de Oliveira; da ANERMB, Edivaldo Xavier; da ANPR, Alan Mansur; da COBRAPOL, Jânio Bosco Gandra; do CNCG, Cap. Thiago Augusto Vieira; do CONAMP, Manoel Victor Serini Murrieta e Tavares; da FENAPEF, Cláudio Luciano Monteiro de Oliveira; da FENAPRF, Mario Cezar Miranda da Silva; da FENDEPOL, João Nazareno do Nascimento Moraes; e da FENEME, Cel Marcello Martinez Hipólito.



Pará - 28 de setembro

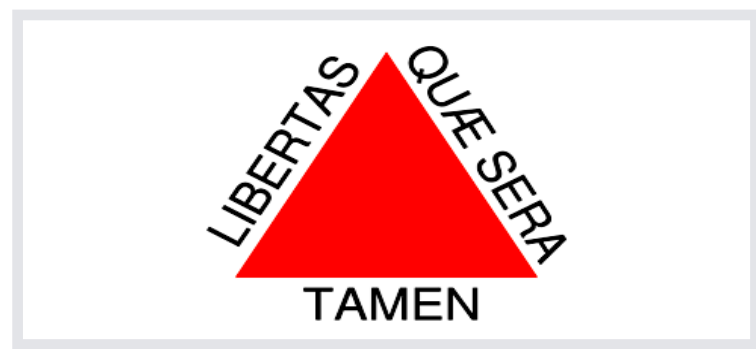
Em Belém (PA), o evento foi realizado na tarde do dia 28 de setembro, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). O evento contou com a presença do De-



Sergipe - 2 de outubro

Em Aracaju (SE), o seminário foi promovido na Assem-

bleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE). O encontro contou com a presença do Superintendente da Polícia Federal em Sergipe, Carlos César Pereira de Melo. O evento também reuniu representantes da ADEPOL, Paulo Marcio Ramos Cruz; da ADPF, Márcio Alberto Gomes Silva; da AMEBRASIL, Wellington Rodrigues Fragozo; da ANASPRA; Heder Martins de Oliveira; do CNCG, Ten Cel Agnaldo Augusto da Cruz; do CONCP, Everton dos Santos; da FENAPEF, Durvalino Xavier Filho; da FENAPRF, César Schmitt; da FENDEPOL, Ana Carolina Machado Jorge; e da FENEME, Cel Fred Harry Schauffert.



Minas Gerais - 5 de outubro

Em Belo Horizonte (MG), o seminário foi realizado na na Cidade Administrativa. Reunindo o Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP),

Bernardo Santana de Vasconcelos; o Vereador Edvaldo Piccinini (PSB-MG), representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH); o Presidente da OAB-MG, Alexandre Marques de Miranda; o Procurador-Geral do Estado, Marcelo Mattar; o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Lázaro Tavares de Melo; e os representantes do Tribunal de Justiça de MG, Paulo Calmon Nogueira; e do Delegado-Geral da Polícia Civil de Minas Gerais, Antonio Carlos de Alvarenga. Também participaram do evento o Delegado da Polícia Civil de MG, Paulo Felipe Gonzalez Saback; os representantes da ADEPOL, Wladimir Sérgio Reale; da ADPF, Bruno Torquato Zampier Lacerda; da ANASPRA, Heder Martins de Oliveira; da ANERMB, Fábio Queiroz; da ANPR, José Robalinho Cavalcanti; do CNCG, Marco Antônio Badaró Bianchini; do CONAMP, Rogério Filippetto de Oliveira; do CONCP, Pedro Paulo Uchoa Fonseca; da FENAPEF, Christian Ribeiro Guimarães; da FENAPRF, César Schmitt; da FENDEPOL, Carlos Roberto Bastos; da APCF, Marcelo Carvalho Lasmar; e da FENEME, Marlon Jorge Teza. Houve ainda a participação do coordenador do CEPESP da PUC Minas, Luiz Flávio Saporì.



São Paulo - 9 de outubro

Em São Paulo (SP), o seminário foi realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo na manhã do dia 9 de outubro. O evento contou com a presença do representante do Delegado-Geral da Polícia Civil de São Paulo e do CONPCP, Édson Luiz Baldan; e do representante do Comando-Geral da Polícia Militar de São Paulo, Azor Lopes da Silva Junior. Também participaram do seminário os representantes da ABC, Claudemir Rodrigues Dias Filho; da ADEPOL, George Henrique Melão Monteiro; da ADPF, Adauto Ismael Rodrigues Machado; da AMEBRASIL, Milton Cardozo Ferreira de Souza; da ANASPRA, Marco Antonio Bahia; da COBRAPOL, André Luiz Gutierrez; do CNCG, Agnaldo Augusto da Cruz; do CONAMP, Edson Alves Costa; da OAB-SP, Arles Gonçalves Júnior; da ANERMB, Wilson Moraes; da Associação dos Delega-

dos de Polícia do Estado de São Paulo - ADPESP, Cléber Pinha Alonso; da FEIPOL, Aparecido Lima de Carvalho; da FENAPEF, Alexandre Santana Sally; da FENAPRF, Eduardo Aggio de Sá; da FENDEPOL, George Henrique Melão Monteiro; da FENEME, Elias Miler da Silva; da Associação de Oficiais da Polícia Militar, Flamarionn Ruiz; e da Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil (CONGM) e Supervisor da Guarda Municipal de São Bernardo do Campo, Oséias Francisco da Silva. Além do coordenador da área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani; e da representante do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Maraísa Rosa Cezarino.



Goiás - 16 de outubro

Em Goiânia (GO), o evento foi realizado, na Assembleia

Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO). O seminário contou com a participação do do Comandante-Geral da PM de Goiás, Cel. Sílvio Benedito Alves; do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares, Cel. Carlos Helbingen Junior; do Superintendente Executivo da Administração Penitenciária e Justiça de Goiás, Cel. Edson Costa Araújo; e do Presidente da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal do Conselho Federal da OAB, Pedro Paulo Guerra de Medeiros. O evento teve a ainda a presença de representantes do Tribunal de Justiça de Goiás, Luiz Cláudio Veiga Braga; da Delegacia-Geral da Polícia Civil de GO, João Carlos Gorsky, que também representou o CONCPC; do Ministério Público de Goiás, Rafael Simionetti Bueno da Silva; da ABC, Bruno Telles; da ADEPOL, Wladimir Sérgio Reale; da ADPF, Esmeralda Silva; da ANASPRA; Elisandro Rolim; da ANERMB, Leonel Lucas; da ANPR, José Robalinho Cavalcanti; da APCF, Henrique Mendonça Oliveira de Queiroz; da COBRAPOL, Rodrigo Franco; da FEIPOL, Silveira Alves; da FENAPEF, Obede Rodrigues Ferreira Júnior; da FENEME, Cel. Marlon Jorge Teza; do CNCG, Marco Antônio Nunes. Além do Capitão da Gendarmeria Francesa, Jean Paul de Azevedo.



Rio de Janeiro - 19 de outubro

No Rio de Janeiro (RJ), o seminário foi realizado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no Plenário Barbosa Lima Sobrinho. O evento contou com a participação do Comandante-Geral da Polícia Militar do RJ, Cel. Antônio Carlos Carballo Blanco; e dos representantes da Delegacia-Geral da Polícia Civil RJ, Gilbert Uzeda Stivanello; do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Siro Darlan; e do Ministério Público do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Biscaia. O seminário teve ainda a participação de representantes da ADEPOL, Wladimir Sérgio Reale; da ADPF, Marcelo Itagiba; da AMEBRASIL, Flammarion Ruiz; da ANASPRA, Heder Martins de Oliveira; da ANPR, Alexandre Camanho de Assis; do CNCG, Carlos Alberto de Araújo Gomes; do CONCPC, Fernando Veloso; da FEIPOL, Fernando Antônio Bandeira; da FE-

NAPEF, José Ricardo Ventura Correa; da FENAPPI, Alexandre Trece Mota; da FENAPRF, Márcio Luiz Azevedo Pereira; da FENDEPOL, José Paulo Pires; e da FENEME, Elias Miler da Silva; além do antropólogo especialista em Segurança Pública Luiz Eduardo Soares.



Ceará - 23 de outubro

Em Fortaleza (CE), o seminário ocorreu, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O evento contou com a presença do representante do Ministério Público do Ceará, Ythalo Frota Loureiro; da ABC, Hugo Alcântara; da ADEPOL, Wladimir Sérgio Reale; da ADPF, João Conrado Ponte; da AMEBRASIL, Cel. Elzio Lourenço Nagalli; da ANASPRA, Subtenente Heder Martins de Oliveira; do CNCG, Cel. Fred Harry Schaufert; do CONAMP, Lucas Felipe Azevedo de Brito; do CONCPC, Milton Castelo; da FEIPOL, Francisco Lucas da Silva; da FENAPEF, Magne

Cristine Cabral; da FENAPRF, Djairlon Henrique de Moura; da FENDEPOL, Dionísio Amaral da Paz; e da FENEME, Major Marcelo Pinto Specht.



Pernambuco - 26 de outubro

Em Recife (PE), o seminário ocorreu na tarde do dia 26 de outubro, no Centro de Convenções de Pernambuco (Teatro Tabocas). O evento contou com a participação do Presidente da OAB/PE, Pedro Henrique Braga Reinaldo Alves; e de representantes da ADEPOL, Wladimir Sérgio Reale; da ADPF, Alan Cordeiro de Souza; da AMEBRASIL, Cel. Elzio Lourenço Nagalli; da ANASPRA, Subtenente Heder Martins de Oliveira; da ANERMB, Cabo Alberisson Carlos; da ANPR, José Robalinho Cavalcanti; da COBRAPOL, Rafael Cavalcante; do CNCG, Cel. José Franklin Barbosa Leite; da FEIPOL, Áureo Cisneiro Luna Filho; da FENAPEF, Alexandre Cavalcanti Barretos Ferreira; da FE-

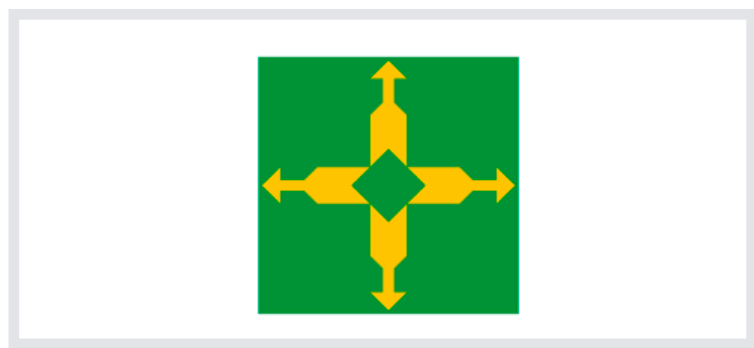
NAPRF, Eduardo de Pereira Siqueira Campos; da FEN-DEPOL, Francisco Rodrigues Filho; e da FENEME, Cel. Marlon Jorge Tezza.



Rondônia - 6 de novembro

Em Porto Velho (RO), o seminário para debater o ciclo completo de polícia por meio da PEC 430/2009 foi realizado na sede do Ministério Público do Estado de Rondônia, na manhã do dia 6 de novembro. O evento contou com a presença do Vice-Governador, Daniel Pereira; do Representante do Ministério Público de Rondônia, Marcelo Lima de Oliveira; do Representante da Superintendência da Polícia Federal, Raphael Baggio de Luca; do Comandante Geral da PM, Nilton Gonçalves Kisner; do Diretor-Geral da Polícia Civil de Rondônia, Pedro Roberto Gemignani Mancebo; e de representantes da ADEPOL, Sandro Luiz Alves de Moura; da ADPF, Eduardo Guedes; da ANASPRA, Sub. Ten. Heder Martins de Oliveira; da CONAMP, Flávia

Barbosa Shimizu Mazzini; do CONPCPC, Pedro Roberto Gemignani Mancebo; da FEIPOL, Clédison Gonçalves da Silva; da FENAPEF, João Bosco Costa; da FENDEPOL, Renato Cezar Morari; e da FENEME, Cel. Elias Miller.



Distrito Federal - 9 de novembro

O segundo debate no Distrito Federal, reuniu especialistas da sociedade civil e da Academia no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

São eles: Luis Flávio Saporì, do Centro de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública (Cepesp/PUC Minas) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); José Luis Ratton, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Política Pública de Segurança (UFPE); Arnaldo Eugênio Neto da Silva, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Bruno Langeani, Instituto Sou da Paz; e Almir Laureano, da Rede Desarma Brasil.



Câmara Mirim





Crianças e adolescentes exercitaram o papel de legisladores

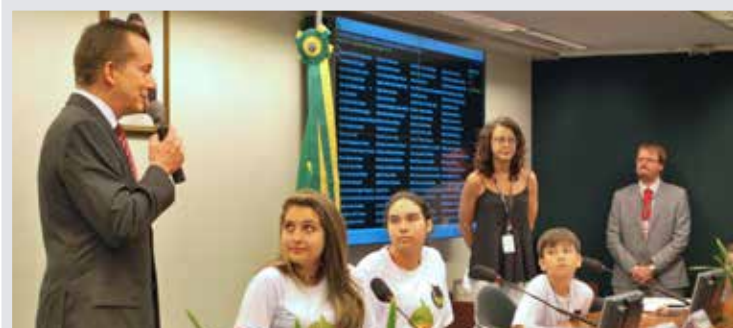


A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o projeto Câmara Mirim. O programa educativo é promovido pelo portal infantil Plenarinho e simula atividades legislativas.

Ao longo do ano, foram selecionados três projetos de lei elaborados por crianças e adolescentes que cursam entre o 5º e o 9º ano do ensino fundamental em escolas de todo o país. No dia do evento, realizado em outubro de 2015, os estudantes desempenharam o papel de deputados mirins e apresentaram, debateram e votaram os projetos de lei selecionados.

Durante o Câmara Mirim, a CCJC funcionou nos moldes de uma Comissão Especial. Os parlamentares mirins analisaram tanto a constitucionalidade quanto o mérito do

projeto de lei apresentado. Os jovens assistiram a um vídeo sobre o funcionamento da Comissão, escolheram o Presidente e o Relator por meio de sorteio e indicaram os líderes de bancada.



O projeto de lei selecionado no Câmara Mirim para ser apreciado pela CCJC foi o de autoria do deputado mirim Bruno da Costa Pajola. O PL 2/2015 prioriza a educação e a cultura para a formação de uma geração mais crítica e cidadã visando minimizar a violência e a corrupção em todas as esferas de governo e níveis da sociedade.

A matéria foi relatada pela deputada mirim Yasmin Freitas. O PL 2/2015 recebeu 45 votos favoráveis, 1 voto contrário e 2 abstenções. Os deputados mirins Vitor Montefusco e Davi Ramos apresentaram voto em separado.

Participaram 240 estudantes que simularam atividades legislativas e participaram do curso Educação para a Democracia e o Parlamento.



**Matérias apreciadas
e transformadas em
normas jurídicas**



Lei 13.131/2015

Institui 31 de outubro como o Dia Nacional da Poesia.
Origem: PL 3694/2012 (PLS 501/2009)

Lei 13.133/2015

Obriga uso e manutenção de sinalizadores nas zonas de proteção dos aeródromos.
Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/1986).
Origem: PL 6748/2010 (PLS 664/2007)

Lei 13.136/2015

Institui 20 de junho como Dia Nacional do Vigilante.
Origem: PL 7.505/2010 (PLS 10/2010)

Lei 13.138/2015

Confere aos leiloeiros a competência de realizarem pregão eletrônico.
Altera o Decreto 21.981/1932.
Origem: PL 5657/2009 (PLS 74/2008)

Lei 13.140/2015

Lei da Mediação para solução de casos judiciais e extrajudiciais.
Altera a Lei 9.469/1997 e o Decreto 70.235/1972.
Origem: PL 7.169/2014 (PLS 517/2011)

Lei 13.141/2015

Inscreve o Marechal Rondon no Livro dos Heróis da Pátria.
Origem: PL 1834/2007

Lei 13.143/2015

Cria cargos para o TRT-GO.
Origem: PL 7573/2014

Lei 13.144/2015

Protege o patrimônio do novo cônjuge do devedor de pensão alimentícia.
Altera a Lei de Impenhorabilidade do Bem de Família (Lei 8.009/1990).
Origem: PL 3908/2008 (PLS 273/2005)

Lei 13.145/2015

Nomeia de Governador Alberto Silva trecho da BR-343 no Piauí.
Origem: PL 7790/2010

Lei 13.147/2015

Nomeia como Luís Carlos Prestes ponte sobre o rio Gravataí.
Origem: PL 5031/2009 (PLS 341/2008)

Lei 13.150/2015

Cria cartórios eleitorais.
Origem: PL 7027/2013

Lei 13.151/2015

Altera regras sobre as Fundações Privadas.
Modifica o Código Civil (Lei 10.406/2002) e as Leis 9.532/1997, 91/1935 e 12.101/2009.
Origem: PL 1336/2011

Lei 13.157/2015

Institui 25 de março como o Dia Nacional do Oficial de Justiça.
Origem: PL 3.695/2012 (PLS 26/2010)

Lei 13.158/2015

Estimula a pecuária intensiva e a produção orgânica.
Altera a Lei de Política Agrícola (Lei 8.171/1991)
Origem: PL 4362/2008 (PLS 474/2007)

Lei 13.162/2015

Inscribe Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.
Origem: PL 5942/2009 (PLS 108/2008)

Lei 13.167/2015

Determina a separação de presos conforme a gravidade do delito praticado.
Altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984).
Origem: PL 1216/2007 (PLS 162/2007)

Lei 13.171/2015

Regulamenta o Turismo Rural.
Altera a Lei 8.023/1990.
Origem: PL 5077/2009

Lei 13.175/2015

Obriga a afixação de preços em todo produto vendido em frações.
Altera a Lei 10.962/2004.
Origem: PL 2622/2011 (PLS 64/2010)

Lei 13.176/2015

Concede privilégio de pagamento a pecuaristas em caso de falência de frigorífico.
Altera o Código Civil (Lei 10.406/2002).
Origem: PL 6.576/2013 (PLS 226/2011)

Lei 13.178/2015

Ratifica concessões e alienações de terras feitas pelos estados em fronteiras.
Altera a Lei Agrária (Lei 4.947/1966).
Origem: PL 2742/2003

- Lei 13.179/2015** | Obriga a venda de meia-entrada de produtos culturais pela internet.
Origem: PL 2125/2007
- Lei 13.180/2015** | Regulamenta a profissão de artesão.
Origem: PL 7755/2010 (PLS 136/2009)
- Lei 13.184/2015** | Estabelece critério social para o desempate no vestibular de universidades públicas. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996).
Origem: PL 7654/2010 (PLS 174/2005)
- Lei 13.187/2015** | Institui 16 de novembro como Dia Nacional da Amazônia Azul.
Origem: PL 7903/2014
- Lei 13.197/2015** | Transforma em nível superior os cargos da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal. Altera a Lei 9.264/1996.
Origem: PL 8078/2014
- Lei 13.227/2015** | Institui 19 de maio como Dia Nacional de Doação de Leite Humano e a Semana Nacional de Doação de Leite Humano.
Origem: PL 4701/2012
- Lei 13.231/2015** | Nomeia como Engenheiro Isaac Bennesby trecho da rodovia BR-425, em Rondônia.
Origem: PL 3648/2012
- Lei 13.234/2015** | Atendimento especial para alunos com alta habilidade ou superdotados. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/1996)
Origem: PL 4700/2012
- Lei 13.235/2015** | Equipara o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos. Altera a Lei 6.360/1976.
Origem: PL 4828/2012
- Lei 13.236/2015** | Estabelece medidas para inibir erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos. Altera a Lei 6.360/1976.
Origem: PL 3596/2012

Lei 13.239/2015

Autoriza a cirurgia plástica gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para mulheres vítimas de violência.
Origem: PL 123/2007

Lei Complementar 151/2015

Prazo para novos índices de correção de dívidas de Estados e Municípios.
Altera a Lei Complementar 148/2014
Origem: PLP 37/2015

Lei Complementar 153/2015

Destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional para implantação de berçário e creche nos estabelecimentos penais.
Altera a Lei Complementar 79/1994.
Origem: PLP 13/2015

Resolução 12/2015

Altera a denominação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
Modifica o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Resolução 17/1989)
Origem: PRC 241/2014

Decreto Legislativo 145/2015

Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Washington, em 12/4/2010.
Origem: PDC 88/2015

Decreto Legislativo 146/2015

Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA, celebrado em Brasília, em 23/9/14.
Origem: PDC 106/2015

Decreto Legislativo 148/2015

Aprova a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros celebrada na Haia, em 5/10/61.
Origem: PDC 1664/2014

Decreto Legislativo 152/2015

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Brasil e a Coreia, assinado em Brasília, em 22/11/12.
Origem: PDC 1666/2014 (MSC 339/2014)

Decreto Legislativo 155/2015

Aprova Acordo entre o Brasil e a Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Belgrado, em 29/11/10.
Origem: PDC 1028/2013

- Decreto Legislativo 158/2015** | Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e o Suriname na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26/4/10.
Origem: PDC 1667/2014
- Decreto Legislativo 164/2015** | Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a França referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19/3/14.
Origem: PDC 50/2015
- Decreto Legislativo 165/2015** | Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a França para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre Oiapoque e St. Georges de L'Oyapock, assinado em Brasília, em 30/7/14.
Origem: PDC 52/2015
- Decreto Legislativo 166/2015** | Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a França relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11/12/12.
Origem: PDC 51/2015
- Decreto Legislativo 216/2015** | Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e o Egito, assinado em San Juan, na Argentina, em 2/8/10.
Origem: PDC 6/2015
- Decreto Legislativo 259/2015** | Aprova o texto do Tratado entre o Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24/1/14.
Origem: PDC 102/2015
- Decreto Legislativo 261/2015** | Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades, celebrado em Marraqueche, em 28/7/13.
Origem: PDC 57/2015
- Decreto Legislativo 144/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Fundação Antônio Gomes dos Santos (Natal-RN).
Origem: PDC 1548/2014
- Decreto Legislativo 189/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária, Cultural, Artística, Desportiva e de Comunicação do Distrito de Guarizinho (Itapeva-SP).
Origem: PDC 965/2013

Decreto Legislativo 190/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação dos Amigos e Produtores Rurais - AAPRC (Caxingó-PI). Origem: PDC 1523/2014
Decreto Legislativo 191/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Moradores do Bairro Piçarra (Nazaré do Piauí-PI). Origem: PDC 1528/2014
Decreto Legislativo 192/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educacional (Trombudo Central-SC) Origem: PDC 1535/2014
Decreto Legislativo 193/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Pedro Machado (Guaiúba-CE). Origem: PDC 1547/2014
Decreto Legislativo 194/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária dos Moradores - ASCOMAR (Aroazes-PI). Origem: PDC 1550/2014
Decreto Legislativo 195/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Comunicação Comunitária (José de Freitas-PI). Origem: PDC 1559/2014
Decreto Legislativo 196/2015	Renova concessão de radiodifusão da Fundação José Possidônio Peixoto (Sobral-CE). Origem: PDC 2040/2005
Decreto Legislativo 197/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária, Cultural e Desenvolvimento Social (Montauri-RS) Origem: PDC 1570/2014
Decreto Legislativo 198/2015	Renova concessão de radiodifusão da Fundação Educativa e Cultural Dona Beja (Paracatu-MG) Origem: PDC 76/2015

Decreto Legislativo 206/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Cultural de Comunicação dos Artistas do Vale do Araguaia (Barra do Garças-MT) Origem: PDC 1633/2014
Decreto Legislativo 207/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Santos Dumont (Goiânia-GO). Origem: PDC 1541/2014
Decreto Legislativo 208/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radiodifusão e Cultura de Cana Brava (Minaçu-GO). Origem: PDC 1589/2014
Decreto Legislativo 209/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Cultural e de Comunicação Flor do Cerrado (Primavera do Leste-MT). Origem: PDC 1595/2014
Decreto Legislativo 210/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Timboteuense de Radiodifusão Comunitária - ATRC (Nova Timboteua-PA). Origem: PDC 1639/2014
Decreto Legislativo 211/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Apoio à Cultura (São José do Peixe-PI). Origem: PDC 1602/2014
Decreto Legislativo 212/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radiodifusão Comunitária - ARCB (Bagre-PA). Origem: PDC 1526/2014
Decreto Legislativo 213/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radiodifusão Comunitária (Malhada dos Bois-SE). Origem: PDC 864/2013
Decreto Legislativo 214/2015	Renova concessão de radiodifusão da Sociedade Organizada para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - SODLIS (Normandia-RR). Origem: PDC 717/2012

**Decreto Legislativo
232/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Capra-Publicidade e Promoções (Bento Gonçalves-RS).
Origem: PDC 1484/2014

**Decreto Legislativo
233/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel (Maracajú-MS).
Origem: PDC 1510/2014

**Decreto Legislativo
234/2015**

Renova concessão de radiodifusão do Centro Cultural Comunitário Amarais (Campinas-SP).
Origem: PDC 939/2013

**Decreto Legislativo
235/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Vida Nova (Malhada-BA).
Origem: PDC 1538/2014

**Decreto Legislativo
236/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radiodifusão Comunitária (Itaguari-GO).
Origem: PDC 1543/2014

**Decreto Legislativo
237/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação de Rádio Comunitária de Juazeirinho (Conceição do Coité-BA).
Origem: PDC 1545/2014

**Decreto Legislativo
238/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação Cultural e Comunitária Interativa FM (Arraial do Cabo-RJ).
Origem: PDC 1511/2014

**Decreto Legislativo
239/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação Cultural - ASCM (Mansidão-BA).
Origem: PDC 1536/2014

**Decreto Legislativo
240/2015**

Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária e Cultural (Salvador do Sul-RS).
Origem: PDC 703/2012

Decreto Legislativo 241/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Radiodifusão (Quatis-RJ). Origem: PDC 1949/2009
Decreto Legislativo 242/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Difusão Comunitária de Xerém - ADCX (Duque de Caxias-RJ). Origem: PDC 1963/2009
Decreto Legislativo 243/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Difusão Comunitária do Povoado Josias (Zé Doca-MA). Origem: PDC 908/2013
Decreto Legislativo 244/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Beneficente (Igarapé Miri-PA). Origem: PDC 1079/2013
Decreto Legislativo 245/2015	Renova concessão de radiodifusão da X-Mediagroup S/A (Mâncio Lima-AC). Origem: PDC 1503/2014
Decreto Legislativo 246/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária dos Moradores - ACOMAM (Alvorada de Minas-MG). Origem: PDC 1045/2013
Decreto Legislativo 247/2015	Renova concessão de radiodifusão da Ola FM Sociedade Ltda. (Carangola-MG) Origem: PDC 1220/2013
Decreto Legislativo 248/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Moradores do Distrito de Colorado do Norte (Nova Canaã do Norte-MT). Origem: PDC 1644/2014
Decreto Legislativo 249/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação de Serviço de Radiodifusão Cultural Comunitária do Bairro Santa Maria II (Várzea Grande-MT). Origem: PDC 1645/2014

- Decreto Legislativo 250/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Bom Jesus de Comunicação e Cultura - ABJDCC (Bom Jesus do Tocantins-TO).
Origem: PDC 1647/2014
- Decreto Legislativo 251/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação de Comunicação e Desenvolvimento Cultural e Artístico da Cidade (Carlópolis-PR).
Origem: PDC 1374/2013
- Decreto Legislativo 252/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Estação FM (Itagimirim-BA).
Origem: PDC 1655/2014
- Decreto Legislativo 253/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Radiodifusão (Macedônia-SP).
Origem: PDC 802/2012
- Decreto Legislativo 254/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM (Iraceminha-SC).
Origem: PDC 1600/2014
- Decreto Legislativo 255/2015** | Renova concessão de radiodifusão da TVSBT Canal 4 de São Paulo (São Paulo-SP).
Origem: PDC 45/2015
- Decreto Legislativo 256/2015** | Renova concessão de radiodifusão da TVSBT Canal 5 (Porto Alegre-RS).
Origem: PDC 80/2015
- Decreto Legislativo 257/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária, Cultural e Educativa (Monte Carmelo-MG).
Origem: PDC 899/2013
- Decreto Legislativo 258/2015** | Renova concessão de radiodifusão da TVSBT Canal 5 (Belém-PA).
Origem: PDC 79/2015
- Decreto Legislativo 264/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Carmorela Indústria e Comércio (Piracema-MG).
Origem: PDC 1235/2013

- Decreto Legislativo 265/2015** | Renova concessão de radiodifusão do Sistema Millenium de Radiodifusão (Guapé-MG).
Origem: PDC 1344/2013
- Decreto Legislativo 266/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação Bagagem (Estrela do Sul-MG).
Origem: PDC 1512/2014
- Decreto Legislativo 267/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Campina da Lagoa (Campina da Lagoa-PR).
Origem: PDC 1573/2014
- Decreto Legislativo 268/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Amigos do Bairro do Limão - ASCOBLI (Pinhalzinho-SP).
Origem: PDC 995/2013
- Decreto Legislativo 269/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Regional de Barueri Educacional, Cultural e Comunicação Social - ARB (Barueri-SP).
Origem: PDC 1145/2013
- Decreto Legislativo 270/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Cidade de Santos (Santos-SP).
Origem: PDC 1522/2014
- Decreto Legislativo 271/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radio Difusão Comunitária Harmonia (Dom Pedrito-RS).
Origem: PDC 1555/2014
- Decreto Legislativo 272/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Becker, Castro & Cia (Erval Seco-RS).
Origem: PDC 1414/2013
- Decreto Legislativo 273/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Cultural e Educacional .- ACCEVS (São Vendelino-RS).
Origem: PDC 1597/2014
- Decreto Legislativo 274/2015** | Renova concessão de radiodifusão da Rádio Central (Farroupilha-RS).
Origem: PDC 1628/2014

- | | |
|---|---|
| Decreto Legislativo
275/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária para Desenvolvimento Econômico Sócio Cultural (Riacho de Santana-BA).
Origem: PDC 1636/2014 |
| Decreto Legislativo
276/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Novo Rio (Rio das Ostras-RJ).
Origem: PDC 2059/2009 |
| Decreto Legislativo
277/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Sociedade de Radiodifusão de Mambucaba FM (Angra dos Reis-RJ).
Origem: PDC 2068/2009 |
| Decreto Legislativo
278/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Radiodifusão (Capão do Cipó-RS).
Origem: PDC 719/2012 |
| Decreto Legislativo
279/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Associação de Radiodifusão Comunitária (São Francisco-SE).
Origem: PDC 1272/2013 |
| Decreto Legislativo
280/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária Amigos da Zona Oeste - Acazo (Rio de Janeiro-RJ).
Origem: PDC 1869/2009 |
| Decreto Legislativo
281/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Sociedade de Televisão Sul Fluminense (Barra Mansa-RJ).
Origem: PDC 1608/2009 |
| Decreto Legislativo
282/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Rádio Zé (Resende-RJ).
Origem: PDC 276/2011 |
| Decreto Legislativo
283/2015 | Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural (Dois Irmãos do Buriti-MS).
Origem: PDC 953/2013 |

Decreto Legislativo 284/2015	Renova concessão de radiodifusão da Tibras Comunicação (Formosa-GO). Origem: PDC 1342/2013
Decreto Legislativo 285/2015	Renova concessão de radiodifusão da Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul (Sagres-SP). Origem: PDC 1020/2013
Decreto Legislativo 286/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária e Cultural (Buritirama-BA). Origem: PDC 1544/2014
Decreto Legislativo 287/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Comunitária de Radiodifusão dos Amigos do KM-20 (Francisco Beltrão-PR). Origem: PDC 955/2013
Decreto Legislativo 288/2015	Renova concessão de radiodifusão da Rádio Vera (Nossa Senhora do Livramento-MT). Origem: PDC 1050/2013
Decreto Legislativo 290/2015	Renova concessão de radiodifusão da Ocan Comunicação Digital (Santa Quitéria-MA). Origem: PDC 1504/2014
Decreto Legislativo 291/2015	Renova concessão de radiodifusão da Associação Cultural de Divino (Divino-MG). Origem: PDC 1606/2014
Decreto Legislativo 292/2015	Renova concessão de radiodifusão da Rádio Alto (Lontras-SC) Origem: PDC 14/2015

Estadísticas

Estatísticas 2015 - CCJC

Recebidos

Tipo	Apreciação	Quantidade
CON	Interna	5
PDC	Parecer 09/90	90
PDC	Plenário	110
PEC	Plenário	119
PL	Conclusiva	701
PL	Plenário	242
PLP	Plenário	31
PRC	Plenário	50
RC	Plenário	1
REC	Plenário	68
REQ	Interna	65

Redação Final

PDC Rádio e TV	299
PL	212

Recebidos em 2015

1993

Apreciados

Tipo	Apreciação	Quantidade
CON	Interna	2
PDC	Parecer 09/90	299
PDC	Plenário	44
PEC	Plenário	51
PL	Conclusiva	225
PL	Plenário	87
PLP	Plenário	9
PRC	Plenário	7
REC	Plenário	1
REQ	Interna	38

Redação Final

PDC	Parecer 09/90	311
PEC	Plenário	3
PL	Conclusiva	193

Apensados

PEC	14
PL	58
PL	63
PLP	8

Apreciados em 2015

1413

Equipe técnica da CCJC

Alexandra Zaban Bittencourt
Ana Paula de Almeida Pacheco
Bruno Ávila e Silva Sampaio de Almeida
Débora Andrade Capp
Fábio da Silva Alexandre
Gabriel Almeida Vieira E Silva
Gilson Durão Gil (Coronel Durão)
Kelly Miriam Pena
Lyvia Fernanda Morais Guerra Lucas
Marcelo Martins Silva
Maria Luisa Corrêa de Abreu
Maria Raimunda Natalina Aires dos Santos
Marilene Oliveira Braule
Marina Braga Lima Albano Mota
Ozelita Marcelino de Arruda
Patrícia Medeiros Berto
Pedro Julian Luger
Tereza Cristina Ismael Mariz Maia
Ulisses Afrânio Palhares Castelo Branco
Vinícius Telles Netto Vasconcelos

Estagiários

Gessyca Lima Galvão
Leonan Ferreira da Silva
Letícia Ramos Vieira
Lucas dos Santos Dias
Thiago Scoralick Duarte Dias

Pró-Adolescentes

Ana Clara de Miranda Cronemberger Vieira
Janaina Nascimento Paiva
Mateus Silva Santos
Silas Muniz dos Santos

Agradecimento especial a todos os colaboradores que não estão listados, mas participaram da equipe durante o ano de 2015.